INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HUMANIDADES

LUCAS RODRIGUES BARRETO

LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ARQUIVO PÚBLICO E DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE PARA AGUÇAR A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Vitória/E.S.
2024

LUCAS RODRIGUES BARRETO

LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ARQUIVO PÚBLICO E DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE PARA AGUÇAR A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrine Lino Pinto

Vitória/ E.S.
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

B273L Barreto, Lucas Rodrigues.
Laboratório de experiência no ensino de história : Arquivo Público e documentos escritos como fonte para aguçar a consciência histórica / Lucas Rodrigues Barreto. – 2024.
129 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Sabrine Lino Pinto.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, 2024.

1. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2. Documentos Arquivísticos – Espírito Santo. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos). 4. Ditadura - Brasil - História - Séc. XX. 5. Memória Coletiva – História. 6. Humanidades. I. Pinto, Sabrine Lino. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21: 025.1714

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB6/ES – 656

LUCAS RODRIGUES BARRETO

LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: ARQUIVO PÚBLICO E DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE PARA AGUÇAR A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Aprovada em 17 de junho de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
SABRINE LINO PINTO
Data: 18/06/2024 10:13:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Doutora Sabrine Lino Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO DONIZETTI SGARBI
Data: 18/06/2024 12:48:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Doutor Antonio Donizetti Sgarbi
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno

gov.br Documento assinado digitalmente
REGINA CELI FRECHIANI BITTE
Data: 19/06/2024 11:47:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Doutora Regina Celi Frechiani Bitte
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Membro Externo

LUCAS RODRIGUES BARRETO

BARRETO, Lucas Rodrigues; PINTO, Sabrine Lino. **Desarquive-se**: perseguição às manifestações estudantis no Espírito Santo (1968-1985). Vitória: Ifes, 2024. 48 p. (E-book).

Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades.

Aprovado em 17 de junho de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Doutor Antonio Donizetti Sgarbi
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno

Doutora Regina Celi Frechiani Bitte
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

À Edineia Rodrigues de Oliveira, minha mãe, por ter doado tudo de si a mim.

Ao casal Márcia Farsoni e Dorval Paz, que sempre foram meus alicerces para todos os momentos que passei durante a vida e no desenvolvimento desta dissertação.

A Edivaldo dos Santos Barreto, meu pai, pelo apoio.

A Vinícius Rodrigues Barreto, meu irmão, pelas ligações, que me fizeram rir.

À Sabrine Lino Pinto, minha orientadora, que topou caminhar ao meu lado nessa jornada, e que sempre pude contar com suas preciosas observações e dicas.

A Walas Silva Coelho, pela companhia, compreensão e suporte.

A Tulho Martins dos Reis, nossas trocas de e-mail's foram essenciais para aguçar minhas sensibilidades.

A Matheus Israel Gonçalves, grande amigo, pelo apoio e suporte durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

À Dra. Regina Celli Frechiane Bitte e ao Dr. Antonio Donizetti Sgarbi que desde o Sehum, qualificação até a defesa desta dissertação tiveram um olhar atento, crítico e acima de tudo, respeitoso sobre a produção desta pesquisa e seus aprimoramentos.

À professora Mariana Calazans Wanick, pela sensibilidade de permitir que esta pesquisa fosse desenvolvida em suas aulas.

Aos meus professores e professoras que contribuíram para a constante busca pelo conhecimento, de forma humana e crítica.

Aos meus colegas do Mestrado.

Aos servidores e servidoras do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Aos servidores e servidoras da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, que me acompanharam em boa parte deste trabalho.

Aos estudantes do 3º V4, da Escola Estadual Maria Ortiz.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que subsidiam os estudos e pesquisas de milhares de estudantes em instituições públicas e privadas.

“A vida não pode ser economizada para amanhã. Acontece sempre no presente.”

Rubem Alves

RESUMO

A presente pesquisa vinculada à linha de Práticas Educativas em Ensino de Humanidades, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), tem por objetivo discutir o Ensino de História numa perspectiva humanista, explorando as potencialidades das fontes documentais escritas, presentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), com um recorte temático das manifestações estudantis, durante a Ditadura Civil Militar Brasileira, de 1968 a 1985. Nesse ínterim, o arquivo é considerado como um laboratório de experiências, que aproxima a teoria aprendida em sala de aula da compreensão de como se constitui a metodologia histórica e, por meio dos usos de documentos históricos no ensino de história, aproxima o estudante do conteúdo curricular. Refletir como é constituída a escrita da História, com a necessidade da narrativa histórica para o ensino e aprendizagem, é fundamental para que os estudantes aprimorarem suas capacidades de analisar o mundo. Nessa ótica humanista, onde a experiência tem fundamental contribuição para constituir o saber, serviu como referencial teórico Jörn Rüsen e o conceito de *Consciência Histórica*, integrado com uma perspectiva que valoriza as sensibilidades, a natureza, a *experiência* subjetiva, e sobretudo, uma educação que tem a humanização como pilar central do ser humano para um olhar crítico reflexivo, defendido pelo educador Rubem Alves. Com a finalidade de atingir os objetivos, foi proposta uma atividade durante a visita de uma turma de ensino médio ao APEES que consistiu na utilização do acervo do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, especificamente a coleção sobre as manifestações estudantis durante o Regime Civil Militar. Após a atividade, foi aplicado um questionário, para diagnosticar as percepções desses discentes. Ainda, por se tratar de uma pesquisa que une prática e a experiência, o produto educacional proposto é um caderno de mediação, que foi validado por meio da atividade realizada durante a visita ao APEES. Ele tem por finalidade o desenvolvimento de atividades práticas, fundamental para possibilitar a integração da visita ao arquivo público com os documentos nele presentes, fomentando o exercício da cidadania e reflexões frente aos problemas e desafios de estudar esse período da história do Brasil, sobretudo com recorte para o Espírito Santo.

Palavras-chaves: Arquivo Público; Documentos Escritos; Ditadura Civil-Militar; Consciência histórica; Humanização, Memória.

ABSTRACT

The present research, linked to the line of Educational Practices in Humanities Teaching of the Graduate Program in Humanities Education (PPGEH), aims to discuss History Education from a humanistic perspective, exploring the potential of written documentary sources found in the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES), with a thematic focus on student demonstrations during the Brazilian Civil-Military Dictatorship from 1968 to 1985. In this interim, the archive is considered a laboratory of experiences that bridges the theory learned in the classroom with the understanding of how historical methodology is constituted. Through the use of historical documents in history teaching, it connects students to the curriculum content. Reflecting on how History is written, with the necessity of historical narrative for teaching and learning, is fundamental for students to enhance their abilities to analyze the world. In this humanistic perspective, where experience contributes fundamentally to knowledge, Jörn Rüsen's concept of Historical Consciousness served as a theoretical reference, integrated with a perspective that values sensitivities, nature, subjective experience, and above all, an education that places humanization as a central pillar of human beings for a critical reflective outlook, advocated by educator Rubem Alves. To achieve these objectives, an activity was proposed during a visit of a high school class to APEES, involving the use of the collection from the Department of Political and Social Order of Espírito Santo, specifically focusing on student demonstrations during the Civil-Military Regime. Following the activity, a questionnaire was administered to diagnose the perceptions of these students. Furthermore, as this research combines practice and experience, the proposed educational product is a mediation handbook, validated through the activity conducted during the visit to APEES. Its purpose is to develop practical activities essential for integrating the visit to the public archive with the documents therein, fostering the exercise of citizenship and reflections on the challenges of studying this period of Brazilian history, particularly with a focus on Espírito Santo.

Keywords: Public Archive; Written Documents; Civil-Military Dictatorship; Historical awareness; Humanization, Memory.

LISTA DE SIGLAS

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
Ifes - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
DOPS/ES - Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo
Scielo Brasil - *Scietific Eletronic Library Online*
UDN - União Democrática Nacional
Paebes - Programa de Avaliação da Educação Básica
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
BNCC - Base Nacional Comum Curricular

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sede do Arquivo Público e Biblioteca 31
Figura 2 – Estudantes caminhando 69
Figura 3 – Estudantes no hall de entrada do APEES 70
Figura 4 – Estudantes reunidos próximo ao painel do bonde de 1940 71
Figura 5 – Documentos originais 72
Figura 6 – Estudantes reunidos em torno dos documentos da DOPS/ES 73
Figura 7 – Demonstração de como os documentos ficam organizados 74
Figura 8 – Estudante utilizando uma máquina de microfilme 76
Figura 9 – Discussão dos estudantes sobre um documento 78
Figura 10 – Palavras-chave descritas pelos estudantes 84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados por área temática 21

Quadro 2 - Revisão de Literatura 24

Quadro 3 - Volumes publicados – Coleção Canaã.....32

Quadro 4 - Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica 62

Quadro 5 - Espaço onde os estudantes aprenderam o conteúdo de Regime Civil Militar.....81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas dos alunos à questão de que se conheciam o APEES.....79

Gráfico 2 – Respostas à questão se já haviam estudado o conteúdo sobre o Regime Civil Militar 80

Gráfico 3 – Resposta da questão acerca do conhecimento da História do Regime Civil Militar, com recorte para o Espírito Santo.....81

Gráfico 4 – Respostas da questão relacionada ao conhecimento acerca da perseguição dos estudantes secundarista (alunos do ensino médio) e universitário pelo Regime Civil Militar no Espírito Santo 83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 ESTABELECENDO DIÁLOGOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 20

3 ARQUIVO PÚBLICO, DITADURA CIVIL MILITAR E O CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS 30

3.1 O ARQUIVO PÚBLICO E SUA HISTÓRIA COM O ESPÍRITO SANTO 30

3.2 DITADURA CIVIL MILITAR 35

3.3 O CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS 39

3.4 DOCUMENTO HISTÓRICO 43

4 ENTRELAÇANDO EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS: JÖRN RÜSEN E RUBEM ALVES 46

4.1 JÖRN RÜSEN E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DA TEORIA E DIDÁTICA DA HISTÓRIA 48

4.2 RUBEM ALVES E SUA RELAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA.....49

4.3 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E EXPERIÊNCIAS DO CORPO AO PENSAR E SENTIR: DIÁLOGO PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANISTA E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA.....51

5 PERCURSO METODOLÓGICO 59

5.1 ARQUIVO PÚBLICO E A COMUNIDADE ESCOLAR – DIAGNÓSTICO 64

5.2 OS ACASOS DA PESQUISA 65

5.3 ANÁLISE DO ACERVO E SELEÇÃO DE DOCUMENTOS 66

5.4 A SALA DE AULA VAI AO ARQUIVO – VISITA GUIADA 68

5.5 A SALA DE AULA VAI AO ARQUIVO – EXECUÇÃO DA ATIVIDADE 77

5.6 QUESTIONAMENTO DIAGNÓSTICO – EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS 79

6 PRODUTO EDUCACIONAL 87

6.1 METODOLOGIA DE ENSINO 87

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 92

REFERÊNCIAS 95

ANEXOS 100

APÊNDICES 101

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO ENVIADO AO MEDIADOR DO APEES 101

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO DISPONIBILIZADO AOS ESTUDANTES APÓS REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE NO APEES 103

APÊNDICE III - ROTEIRO DE ATIVIDADE 106

APÊNDICE IV - PERGUNTAS PROPOSTAS PARA CADA DOCUMENTO .108

APÊNDICE V - DOCUMENTOS SELECIONADOS QUE COMPÕEM O CADERNO DE MEDIAÇÃO 112

APÊNDICE VI - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO 134

1. INTRODUÇÃO

A memória é a capacidade humana de guardar o passado com sentimentos e que, ao serem movidas pelo pensar do ser, aguça a sensibilidade, essa, peça fundamental que nos torna seres humanos pensantes. Inicio este memorial elencando trajetórias que vieram à mente no momento da escrita desse.

É com orgulho e admiração que escrevo este memorial sobre minha trajetória de superação e conquista, porque advindo de uma família da classe trabalhadora e enfrentei o desafio de trilhar um espaço que era limitado para mim, a Universidade.

Desde criança, aprendi com minha mãe, Edineia Rodrigues de Oliveira, o valor da educação, que ela, mesmo sem conclusão do ensino fundamental, pois não teve oportunidade, pelo contexto que viveu nos fins da década de 1970, sabia que o caminho para transformar a realidade era pela educação. Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas, sempre tive o apoio dos meus pais e amigos. Filho da escola pública, tive acesso a um ensino de qualidade que me motivou a perseguir meus sonhos.

Após concluir o ensino médio, deparei-me com um novo desafio: ingressar em uma Universidade Federal. Consegui! Essa conquista representava um sonho coletivo, pois sou o primeiro da minha família a concluir um curso de graduação em uma universidade.

A jornada acadêmica, na Universidade Federal do Espírito Santo, especificamente no curso de História, foi marcada por um compromisso e desenvolvimento com as reflexões propostas nas aulas e nas vivências.

O encantado pela disciplina de História, foi motivado, sem dúvidas, pelo Dr. Jorge Luís Verly Barbosa, meu professor Ensino Fundamental II, em quem espelhei a escolha de curso superior, principalmente por admirar o ofício docente.

Descrever o sentimento ao qual vivenciamos é trazer para um trabalho acadêmico seu lado humano, expondo os resultados da soma de experiências vividas. Desde a concepção do projeto até as tentativas dos primeiros rascunhos, não deixei de refletir o motivo da escrita deste trabalho.

Sem dúvidas, quero deixar minha parcela de contribuição para o fomento e valorização da História, sobretudo capixaba. Tenho uma enorme gratidão ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), espaço que comecei a atuar ainda

como estagiário de graduação em História e que posteriormente foi minha primeira atuação profissional como historiador, após me tornar servidor.

Imerso nos acervos do APEES, vi a necessidade de pensar como articular aqueles documentos com o ensino de História, propondo extrapolar o que é aprendido nos livros didáticos e preocupado em como estimular os estudantes e até mesmo a mim a criarem suas próprias pesquisas, instigando a curiosidade de responder os porquês.

Por fim, a realização desta pesquisa e entrega do caderno de mediação faz parte de uma inquietação por acreditar que o APEES tem potencial para além de espaço de preservação de memória, mas, também, de laboratório para as aulas de História.

Não posso deixar de destacar as políticas de acesso e fortalecimento da educação pública, implementadas, sobretudo, nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oportunizaram à classe trabalhadora o acesso a todos os níveis de educação desse país, e sem dúvidas, continuaremos a luta por políticas efetivas de permanência.

Estudar História é exercitar o conhecimento de si com o mundo, afinal, a história não pode ser entendida como um fato estático que está distante da realidade humana. Relacionando com a concepção humanista, a História tem um papel fundamental de permitir aos humanos ter a ideia de um mundo interpretado de forma subjetiva, pautado pelas experiências, ou seja, o entendimento da História é ação e interpretação do diferente, adicionando vivências de cada um dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, o APEES foi escolhido como objeto de pesquisa porque é um espaço que fortalece e promove o exercício da experiência na construção e compreensão da História, porque há uma pluralidade de fontes históricas que abarcam os conteúdos estudados nos livros didáticos, um ambiente de curiosidade e que delega ação ao estudante, indo além de um ser passivo de conteúdo.

O ensino de História permite aos estudantes interagir com as ferramentas de compreensão, dando condições e amplitude de sua percepção do mundo. Visitar um arquivo é trabalhar com o tempo vivido e ter contato com múltiplas fontes; é permitir ao/à estudante desvendar o mundo de forma que aprender história tenha significado, servindo de complemento e suporte para o trabalho além da sala de aula.

Nesse contexto, como as fontes escritas, presentes no APEES, podem ser exploradas como ferramentas que possibilitam um diálogo entre o tempo vivido e o presente, servindo como um laboratório para experiências dos conteúdos estudados em sala de aula, na disciplina de História?

Considerando o contexto social e cultural dos estudantes, ir ao APEES é democratizar o acesso à instituição pública e aproximar o ambiente escolar de outros espaços, promovendo o lado sensível do ser humano enquanto indivíduo na construção do conhecimento.

Compreender e inserir o APEES nesse cenário como espaço de visitação e de aprendizagem é integrar ambiente de preservação de memórias com a prática cotidiana. Levar os estudantes para uma “visita” ao APEES não pode ser entendido apenas como um passeio complementar, mas cabe à escola e aos docentes uma abordagem desse espaço como parte da sociedade.

Visitar um Arquivo Público é sair da sala de aula e ir ao laboratório, aproximar a teoria de sua prática, transformando esse lugar de memórias em uma instituição com significados para a sociedade, ao mesmo tempo que reflete a necessidade de sua preservação. Nesse espaço, estreita-se distância entre os conhecimentos da academia e o saber escolar, presentes nos livros didáticos. Levar a sala de aula para um arquivo é desfragmentar uma visão limitante, que se tem em achar que é um lugar exclusivo de acervos e limitados de acesso apenas aos pesquisadores da academia.

Nessa perspectiva que coloca os estudantes no centro do processo de aprendizagem, utilizaremos Jörn Rüsen como referencial teórico e seu conceito de *Consciência Histórica*. Por essa ótica é importante no processo de ensino e aprendizagem, a liberdade e o conhecimento como necessários ao ser humano, integrado com sua experiência vivida, defendida por Rubem Alves, que pautou suas falas, escritos e reflexões na percepção de valores presentes no cotidiano dos indivíduos como fator central na formação humana e sua essência.

Ratificando ambos teóricos, observam-se que existem alternativas para (re) pensar as metodologias de aprendizagem que podem ser colocadas em prática fora da sala de aula, por meio da ação e da constituição do indivíduo como criador de conhecimentos.

Por conseguinte, a presente pesquisa de mestrado profissional objetiva, também, criar um caderno de mediação explorando as potencialidades das fontes

documentais escritas, presentes no APEES, com um recorte temático das manifestações estudantis durante a Ditadura Civil Militar Brasileira, de 1968 a 1985, que poderá ser atrelado às visitas ao APEES, integrando a tríade Espaço não formal de Aprendizagem, Escola e Ensino de História.

Se estamos falando de liberdade na construção de conhecimento, envolvendo experiência com o tempo vivido, é primordial trazer para o debate fontes sobre a Ditadura Civil Militar Brasileira, pois, com os direitos legais do livre exercício da cidadania, resguardados e reforçados pela lei, não nos tornamos seres passivos de uma história única, estática e inquestionada.

Ao contrário desses tempos de cerceamento de direitos e liberdade individuais, até mesmo no campo da pesquisa, abordar esses documentos do período torna-se a principal atividade de fomento à formação da *Consciência Histórica* e sensibilização do ser humano aos episódios ocorridos, tentando compreendê-la por uma visão humanizadora e crítica.

O objetivo desta dissertação é explorar o conceito de *Consciência Histórica* por meio do uso das fontes escritas produzidas durante a Ditadura Civil Militar no Espírito Santo, especificamente sobre as manifestações estudantis, presentes no APEES e incorporar ao processo de ensino e aprendizagem, a liberdade e o conhecimento como necessários ao ser humano, integrado com sua experiência vivida e percepções dos estudantes, participantes desse processo.

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou:

- Explorar as potencialidades do uso das fontes escritas presentes no APEES como material didático para usos na Educação Básica;
- Apresentar o conhecimento histórico, presente nos documentos escritos, como uma construção das gerações anteriores;
- Estimular o uso e a apropriação dos acervos, pelos estudantes, refletindo a noção de que somos seres históricos;
- Elaborar um caderno de mediação para auxiliar professores na utilização de acervos como instrumento de ensino.

Dentro da problemática, buscou-se compreender como os documentos históricos presentes no APEES são ferramentas na construção do conhecimento histórico para estudantes da Educação Básica e refletir o desenvolvimento da *Consciência Histórica* como um conceito que promove reconhecimento, valorização da

mobilização e a participação social, sobretudo dos estudantes, nos processos de lutas, conquistas e garantias de direitos reprimidos durante a Ditadura Civil Militar, aqui nas terras capixabas.

Por fim, a pesquisa culminou na elaboração do caderno de mediação intitulado: *DESARQUIVE-SE: Perseguição às manifestações Estudantis no Espírito Santo (1968-1985)*, que elencou questões sobre os documentos do período das manifestações estudantis durante a Ditadura Civil Militar no Espírito Santo com atividades e roteiro, presentes no APEES e sua relação com a *consciência histórica* dos estudantes.

Dado o exposto, esta dissertação é composta por 6 capítulos, divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo trata-se da introdução, tecendo o contexto da pesquisa e suas inquietações. No segundo capítulo, procuramos estabelecer o diálogo com as produções acadêmicas existentes que forneceram e expuseram os recortes estudados sobre o tema Arquivo Público e Ensino de História.

Na sequência, no capítulo 3, abordamos o histórico do local da pesquisa, o APEES, o conceito e contexto da Ditadura Civil Militar, as manifestações estudantis e sobre documento histórico. No quarto capítulo, discorremos sobre Jörn Rüsen e Rubem Alves e suas contribuições teóricas que embasaram a pesquisa.

Em seguida, compondo o capítulo 5, discorremos sobre o percurso metodológico da pesquisa, os acasos e os desdobramentos da investigação, sobre as atividades desenvolvidas na visita e percepções dos estudantes.

Por fim, no capítulo sexto há a descrição do produto educacional e a metodologia educacional aplicada a ele.

2. ESTABELECENDO DIÁLOGOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O levantamento bibliográfico aqui proposto tem como base o seguinte problema de pesquisa: *Como as fontes escritas do fundo documental do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob o recorte das Manifestações Estudantis, custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, podem possibilitar um diálogo entre o tempo vivido e o presente, servindo como um laboratório de experiências dos conteúdos estudados em sala de aula na disciplina de História e sua relação com a Consciência Histórica?*

A partir desse problema, construiu-se um quadro que serviu de base para a identificação dos trabalhos produzidos pelas pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, com intuito de estabelecer relações que compõem a revisão de literatura desta dissertação.

A discussão em pares aqui proposta tem por característica uma ação exploratória e descritiva, conforme estudo bibliométrico, defendido pelos autores Ferreira (2002); Silva *et al* (2011) e Vermelho e Areu (2005), que objetiva a constituição de indicadores que facilitam uma visualização dos trabalhos produzidos, considerando artigos científicos, teses e dissertações.

Ademais, para realizar uma revisão teórica sólida, é fundamental estabelecer um estado do conhecimento, que é constituído na "[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo", Morosini e Fernandes (2014, p.102), o que dialoga com a ação exploratória e descritiva na discussão em pares.

A construção do quadro de revisão de literatura foi realizada durante os meses de maio a julho de 2022, pesquisando nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo Brasil) e do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) os seguintes pares de descritores: 1) *Consciência Histórica e Ensino de História*; 2) *Arquivo Público e Ensino de História*; 3*) Fontes documentais e Ensino de História*; 4) *Regime Militar e Ensino de História*; 5) *Jörn Rüsen e Ensino de História*.

Para discorrer sobre essa etapa relevante para a colocação da presente pesquisa, é importante destacar o uso do operador booleano *AND*, que reúne termos diferenciados na busca avançada e das aspas que resultou na filtragem e delimitação

dos resultados, evitando que a construção do quadro se estendesse a assuntos que fugissem do escopo da pesquisa. O levantamento bibliográfico levou em consideração os trabalhos produzidos entre 2010 a 2022.

Primeiramente, na base da Scielo Brasil, os critérios para análise dos resultados encontrados levaram em consideração a busca somente no idioma português, delimitando a data de publicação, entre os anos 2010[1] a 2022. Pesquisadas os termos *Consciência Histórica* e *Ensino de História*, utilizando o operador *and*, foram encontrados 18 resultados, desses, dois foram excluídos por estarem na área temática das ciências da saúde, restando apenas 16 resultados, que foram divididos por área, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Resultados por área temática

Área temática	Trabalhos
Educação	11
Humanidades	1
História	4
Total	16

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com os resultados obtidos, foram analisados os títulos, para mais uma filtragem e realizada a leitura do resumo dos artigos. Grande parte dos trabalhos, 8, estavam investigando o ensino de história e sua relação com o período de pandemia assolado pelo vírus da covid-19 (2020 a 2022).

Os resultados encontrados para a pesquisa do par *Arquivo Público* e *Ensino de História* foram 8 títulos, sendo que nenhum resultado se aproximou do problema de pesquisa. Também, com o par *Ensino de História* e *Fontes documentais* não foram encontrados trabalhos entre os 16 resultados obtidos que se aproximassem do problema de pesquisa. Observamos que alguns títulos tinha o termo “fonte” na composição, por isso apareceu como resultado, mas não se tratava de fonte documental.

[1] Optou-se por iniciar em 2010 porque foi o ano da publicação, em Português, da obra Jörn Rüsen e o ensino de história, organizada por Maria Auxiliadora Schimidt, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins.

Para o par de descritores *Ensino de História* e *Regime Militar* foram encontrados 13 trabalhos, sendo que 12 não dialogavam com a indagação da pesquisa, restando apenas 1 resultado.

Por questões historiográficas[2], além do termo *Regime Militar*, foram acrescentados Ditadura Militar e Regime Civil Militar, entretanto, os resultados permaneceram iguais aos iniciais, com exceção de apenas um trabalho que dialogava com a proposta de pesquisa.

Os resultados da Scielo Brasil, sobretudo, estavam limitados aos artigos científicos, que após leitura dos resumos, observou-se que não havia uma aproximação efetiva à pesquisa, embora nos desse um panorama da temática a qual a presente pesquisa se encontra, nas áreas de Educação, História e Humanidades.

Após acessar os resultados da Scielo Brasil, foi feita uma pesquisa utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Diferente da Scielo Brasil, que os resultados se restringiram aos artigos científicos, publicados em periódicos, no catálogo analisado, ficaram restritos em dissertações e teses.

Para o primeiro par de descritores, *Ensino de História e Consciência Histórica*, foram encontrados 141.327 resultados. Pelo quantitativo de trabalhos encontrados, optou-se por refinar a pesquisa, utilizando o filtro que limitava o resultado apenas em dissertações e teses, diminuindo para 3.534 resultados.

Vale ressaltar que, após o resultado filtrado, consideraram-se apenas as dissertações dos mestrados profissionais e teses. O resultado expressivo de 1.453 dissertações profissionais permite fazer a inferência da crescente produção dos mestrados profissionais no Brasil e fazer um paralelo desses dados com a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, proposta pelo Plano Nacional de Educação, meta 14, “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”[3]. Nesse sentido, observou-se a crescente presença da produção acadêmica voltada para os mestrados profissionais.

Em seguida, filtrou-se os resultados por área de concentração, resultando em 1.122 resultados, ainda considerando-se uma quantidade elevada como resultado.

---

[2] Sobre a discussão em torno da Ditadura Militar no Brasil, incluindo na discussão o termo civil-militar, acessar: 1547943350_ARQUIVO_artigo-ANPUH2019.pdf (Acesso em 12/06/2022)

[3] Para acessar o documento na íntegra, ver: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014 (Acesso em 12/06/2022).

Com isso, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos dos trabalhos para excluir resultados que não tinham nenhuma relação com a pesquisa, tendo como parâmetro a presença no título dos trabalhos do par de descritores, cujo resultado final foi de 15 trabalhos.

No processo de exclusão constatou-se, nesse primeiro momento de pesquisa, que os trabalhos encontrados, em sua grande maioria tinha, na composição do título o termo “ensino”, um termo muito comum aplicado a outras áreas. Mas, com a exclusão do termo ensino foi possível reduzir o quantitativo e, após leitura dos resumos, chegou-se ao número de 10 trabalhos, sendo uma tese e 9 dissertações de mestrado profissional.

Nos pares *Arquivo Público* e *Ensino de História*, no catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram 4.002 resultados e, quando aplicado o filtro que delimitava a pesquisa em dissertações de mestrado profissional e teses, reduziu-se para 1.965 trabalhos. E, quando selecionada ainda a área de concentração Ensino de História e História, o resultado declinou para 1.092 trabalhos. Até aqui, no processo de levantamento dos trabalhos presentes na plataforma, pôde-se constatar, após leitura comparativa dos resumos e os resultados encontrados, que muitos trabalhos se repetiam, portanto, foram considerados duas dissertações.

Com a busca pelos descritores *Fontes documentais* e *Ensino de História* foram encontrados 5.286 resultados, que passou para 2.416 trabalhos quando aplicado o filtro que delimitava resultados de mestrado profissional e teses. Entretanto, os 1.247 resultados, após o filtro da área de concentração, Ensino de História e Educação, obteve-se mais resultados iguais aos encontrados anteriormente.

Por fim, para os descritores *Ensino de História* e *Consciência Histórica*, os resultados foram semelhantes ao quantitativo de trabalhos encontrados nos descritores anteriormente, não obtendo-se nenhum resultado inédito que dialogasse com o problema da pesquisa, especificadamente.

Optou-se por não colocar os quadros de cada etapa da pesquisa bibliográfica, por questão da sua extensão. Dado o exposto, dos trabalhos que dialogaram com a proposta dessa investigação, após leitura de cada um dos resumos dos 26 trabalhos selecionados, obteve-se 20 trabalhos, conforme dispostos no Quadro 2.

Quadro 2: Revisão de Literatura

Nº	Título do Trabalho	Nome do autor/orientador	Ano de Publicação/ Defesa	Formato de Publicação
1	Consciência Histórica de estudantes de Educação Física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen	Mateus Camargo Pereira e Fernanda Moreto Impolcetto	2020	Artigo
2	Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica	Maria Auxiliadora Schmidt e Ana Cláudia Urban	2016	Artigo
3	A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à didática da história	Wilian Carlos Cipriani Barom e Luis Fernando Cerri	2012	Artigo
4	A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história	Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schimidt e Tânia Maria F. Braga Garcia	2005	Artigo
5	O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar	Elaine Lourenço	2010	Artigo
6	Arquivar a vida: Uma possibilidade para o ensino de História	Geyso Dongley Germinari	2012	Artigo
7	Tempo de lembrar: Memórias da Ditadura e Ensino de História do Amapá	Danilo Mateus da Silva Pacheco	2018	Dissertação Mestrado Profissional
8	Arquivo e Educação: Relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico	Décio de Santana Filho e Fábio Francisco de Almeida Castilho	2022	Artigo
9	Educação Patrimonial: O papel social do Arquivo Nacional	Railane Antunes Pereira	2016	Dissertação Mestrado Profissional
10	A sala de Aula no arquivo – Análise de uma experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo como alunos da Educação Básica	Stanley Plácido da Rosa Silva e Andressa Cristina Oliver Barbosa	2019	Artigo
11	O uso de fontes como estratégia didática para aprendizagem histórica na educação básica	Quincas Rodriguez de Souza	2016	Dissertação Mestrado Profissional
12	As memórias dos jovens sobre a Ditadura Civil-Militar e a função social do historiador/professor	Licia Gomes Quinan	2016	Dissertação Mestrado Profissional
13	Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba-PR)	Luiz Gabriel da Silva	2018	Dissertação Mestrado Profissional

14	O golpe civil-militar de 1964 no Jornal Tribuna de Itararé: a imprensa como fonte para o Ensino de História	Daniel Bonin Barreto	2021	Dissertação Mestrado Profissional
15	O Trabalho com fontes impressas periódicas nas aulas de história: um estudo de caso sobre o desenvolvimento do pensamento histórico	Fabrício Adriano	2018	Dissertação Mestrado Profissional
16	A relação de estudantes do ensino fundamental II como as fontes históricas na produção de conhecimentos históricos	Luana Zucoloto Mattos Moreira	2018	Dissertação Mestrado Profissional
17	A Repressão e Tortura: Memórias das mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná (1964-1985)	Marcio Roberto Nogueira Diniz	2021	Dissertação Mestrado Profissional
18	O ensinado, o aprendido: a educação histórica e a consciência histórica	Edinalva Padre Aguiar	2013	Tese de Doutorado
19	Investigação nas aulas de história: contribuição das fontes históricas na aprendizagem de estudantes do nono ano do ensino fundamental	Elisabete Becker Salomão	2020	Dissertação Mestrado Profissional
20	Formação histórica e Humana em Jörn Rüsen: O livro didático em perspectiva	Angela Caciano	2020	Dissertação Mestrado Profissional

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A revisão bibliográfica composta pelos resultados dos 20 trabalhos selecionados permitiu tecer reflexões acerca da relação entre a tríade *Arquivo Público*, *Ensino de História* e *Consciência Histórica*. Uma consideração relevante constatada foi a temporalidade das pesquisas, que são bem atuais no momento da escrita desta dissertação, demonstrando que é um campo de investigação crescente, envolvendo pesquisas empíricas atreladas à bibliografia e documentos.

O artigo intitulado *Consciência Histórica de estudantes de Educação Física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen,* Pereira e Impolcetto (2020), buscaram identificar a relação entre consciência histórica e o corpo humano, para disciplina de educação física e analisar as narrativas produzidas pelos estudantes, destacando a importância dos centros de memórias e museus de futebol, para promoção da educação histórica.

No sentido de expor novas pesquisas que objetivam reflexões sobre a renovação da prática no ensino de História, as autoras Schmidt e Urban (2016), discorrem sobre a importância de novas trajetórias para pensar a aprendizagem histórica, com bases na ótica de Jörn Rüsen. Nesse aspecto, a revisão dos trabalhos

produzidos, destacam que as metodologias ativas instigam a utilização do pensamento dedutivo pelos alunos, despertando o interesse pelo passado.

Complementou ainda, Schmidt e Garcia (2005), descrevendo o projeto “Recriando Histórias”, que resultou em diversas sequências didáticas que tinha como preocupação de refletir o conhecimento histórico, e qual o papel da escola nessa reformulação.

Na tese de doutorado intitulada *O ensinado, o aprendido: a educação histórica e a consciência histórica,* Aguiar (2013), analisou como os estudantes utilizam o conhecimento histórico como instrumento de sentidos nas suas vidas práticas. Estabeleceu uma reflexão partindo do conceito de *Consciência histórica*, de Jörn Rüsen, da relação entre a experiencia do tempo e a intenção no tempo na vida humana.

Destacando a contribuição para a teoria da História, os autores Barrom e Cerri (2012) propuseram o contexto da modernidade e pós modernidade, para a teoria da História, na busca por compreender o caráter científico da história, a valorização do método e sua relação com o historiador. O trabalho contribuiu para estabelecer uma relação entre teoria, ensino e didática da história, para esta pesquisa.

O livro didático e sua relação com o ensino de história foi analisado por Caciano (2020), que utilizou a formação humana e histórica, concebida por Jörn Rüsen para estabelecer como são abordados os conteúdos e proposta aos professores, com objetivo de compreender o que seria o “livro didático ideal”.

Partindo do contexto da Ditadura Civil Militar, o artigo *O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar,* Lourenço (2010), analisou e resgatou memórias dos professores de rede pública paulista, expondo as percepções em torno da constante vigilância e as diversas formas de aceitação ou resistência ao regime imposto. O recorte da pesquisa tem a escola de educação básica como espaço analisado, que também era vigiado, assim como as universidades.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Tempo de lembrar: Memórias da Ditadura e Ensino de História do Amapá,* Pacheco (2018) analisou os currículos prescritivos da Educação Básica em diálogo com as memórias dos docentes, suas práticas e também os seus testemunhos orais. Explorou como as memórias contribuem para resgatar contextos e estabelecer novos olhares da história.

Ainda sobre o estudo da memória como ponto de análise, os trabalhos de Quinan (2016) e Diniz (2021) buscaram compreender, o primeiro, como os jovens tratam as memórias da Ditadura Civil Militar brasileira para constituírem o pensamento de um período, além de destacar o papel do historiador/professor nessa construção e reflexão, e o segundo pelo resgate das memórias femininas que viveram no contexto autoritário. Ambos trabalhos elencam a necessidade de refletirmos o pensamento crítico sobre o período da política brasileira, como a promoção da democracia e os Direitos Humanos como fundamentos de valorização da democracia.

O grupo composto por 10 trabalhos, (Germinari, 2012; Santana e Castilho, 2022; Pereira, 2016; Silva e Barbosa, 2019; Souza, 2016; Silva, 2018; Barreto, 2021; Adriano, 2018; Moreira, 2018; Salomão, 2020), discute possibilidades e metodologias que exploram os usos dos documentos para o ensino de história e, ainda, como espaços não formais de educação podem contribuir para a Educação Patrimonial. Sobre usar documentos nas aulas de história, é importante porque eles

> conseguem mobilizar a aprendizagem histórica estudantil e nos mantem numa posição de defendê-las enquanto parte fundamental da metodologia para o ensino da História em contexto escolar que se diferencia de outras maneiras de aprender sobre o passado, posto que está referenciado na ciência histórica. (Moreira, 2018, p.174).

O Quadro 2 possibilitou discorrer sobre como a educação se faz, também, com pesquisa, evocando para o centro das discussões acadêmicas a sala de aula como espaço de construção de conhecimento, uma troca entre as produções da academia com o cotidiano da escola. Além disso, o conceito de *consciência histórica* não ficou restrita apenas a própria disciplina de História, mas serviu de ponto para pautar, por exemplo, pesquisas que envolvem o corpo e seus movimentos e que permitem possibilidades de tecer interdisciplinaridade entre os campos do saber e compreender que pesquisar é trazer para discussão a pluralidade e usos dos conceitos por diversas óticas.

Conforme Santos (2006), que definiu o conceito de Ecologia do Saber como forma de extrapolar a monocultura do saber imposto pela educação formal, centrada pela ciência moderna,

> A ecologia dos saberes refere-se ao reconhecimento da infinita pluralidade dos saberes e da necessidade de conjugações específicas desses saberes para realizar determinadas ações. A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem

> contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clama sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais (Santos, 2006, p.154).

Para além da área da educação e ensino, foram abordados recortes de discussão historiográficas, com análise documental e exposição de dados empíricos, integrando prática e teoria, elencando abordagens de tratamento das fontes com dimensões da História Política e Social. Essa análise possibilita o desenvolvimento de olhares para os temas da História e estabelecer conexões com as sociedades do passado a partir do presente, mas de fontes pretéritas.

Dentro da ótica de revisão bibliográfica, pode-se evocar que o conhecimento produzido, dialogado e ensinado é resultado de discussões entre os diferentes sujeitos, do presente que se vive e o do passado vivido, bem como averiguar que as pesquisas levantadas aqui culminaram em respostas diferentes, imprescindíveis para os historiadores, e quando trabalhadas em sala de aula, leva-se aos estudantes e professores a oportunidade de dialogarem e refletirem acerca dessas experiências históricas.

Outra percepção ao fazer a leitura dos trabalhos é que as fontes históricas são mais que comunicadoras com o passado, é a porta para se compreender e investigar nossas relações múltiplas com outros contextos e sociedade, claro, enfatizando a necessidade de trazer para o contexto de sua produção, para não cair na seara anacronista, ou seja, de projetar no passado sentimentos e valores do presente.

A pesquisa por pares permitiu criar uma relação entre distanciamentos e encontros das pesquisas levantadas com a proposta de pesquisa, dado o problema inicialmente. No que tange aos distanciamentos, algumas pesquisas são bastante específicas das áreas da educação, não fazendo paralelo direto com o ensino de história. As pesquisas obtidas neste levantamento dialogam com a pesquisa aqui proposta, pois levam em consideração o período de Ditadura Civil Militar no Brasil, também como usos de fontes documentais, tanto escritas, como audiovisuais e propostas de estudo de caso, constituindo um ambiente diverso para produção específica da pesquisa, com recorte para o Espírito Santo e do Fundo Dops, custodiados pelo APEES.

No que tange às pesquisas relacionadas à Ditadura Civil Militar no Brasil, há uma expressiva produção de trabalhos acadêmicos. Entretanto, quando limitamos à

História do Espírito Santo e a relação entre pesquisas da área de educação e o período da ditadura no estado, não foi encontrado resultado nas plataformas utilizadas, o que não impede existir outros trabalhos que estão catalogados em outras plataformas científicas.

Ao desenvolver a pesquisa por pares, foi possível estabelecer o *Estado de Conhecimento*, conceito defendido pelas autoras Morosini e Fernandes (2014), pois a pesquisas já produzidas sobre a temática desta dissertação nos forneceu um arcabouço das ideias e reflexões já existentes. Nesse sentido, subsidiou a pesquisa do objeto em estudo, o que facilitou os próximos passos da investigação e novas abordagens.

Após a pesquisa bibliográfica e respectivas leituras, observamos que o presente trabalho tem como diferencial que a sua proposta e reflexão teórica foram executadas e observadas na prática, e culminaram na produção do Caderno de Mediação e nas percepções das experiências dos estudantes.

3. ARQUIVO PÚBLICO, DITADURA CIVIL MILITAR E O CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS

Pertenço a uma geração frustrada, e é a partir desta experiência que penso e falo.

Rubem Alves

Iniciar esse tópico com um excerto do Rubem Alves é um privilégio em um contexto onde a Democracia é, ainda, efetiva, pois durante a Ditadura Civil Militar, ele foi perseguido e precisou ficar exilado. Poder escrever, pesquisar e abrir arquivos é uma das inúmeras possibilidades de exercício pleno da cidadania em uma democracia.

Esses três conceitos que dão título ao presente tópico têm muita relação com a pesquisa, pois vejo o ato de pesquisar como uma forma de resistência e a possibilidade de integrar Ciência com Memória, de pessoas que não puderam viver para ler essa dissertação, mas que permitiram essa oportunidade aos pesquisadores e pesquisadoras, que se debruçam sobre o tema, poder ter o trabalho e a liberdade em abrir documentos e, a partir deles, tecerem suas respectivas pesquisas.

3.1 O Arquivo Público e sua história com o Espírito Santo

Sabe-se que o estudo dos conceitos é um campo importante para as Ciências Humanas, sobretudo para permitir reflexões no campo científico. Utilizamos todos os dias diversas palavras com o objetivo de ser compreendido por outras pessoas, mas nem paramos para pensar no porquê daquele uso. Consultando o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), buscou-se o significado da palavra arquivo, definida como o

> 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos. 4 Móvel destinado à guarda de documentos. (Arquivo Nacional, 2005, p. 27).

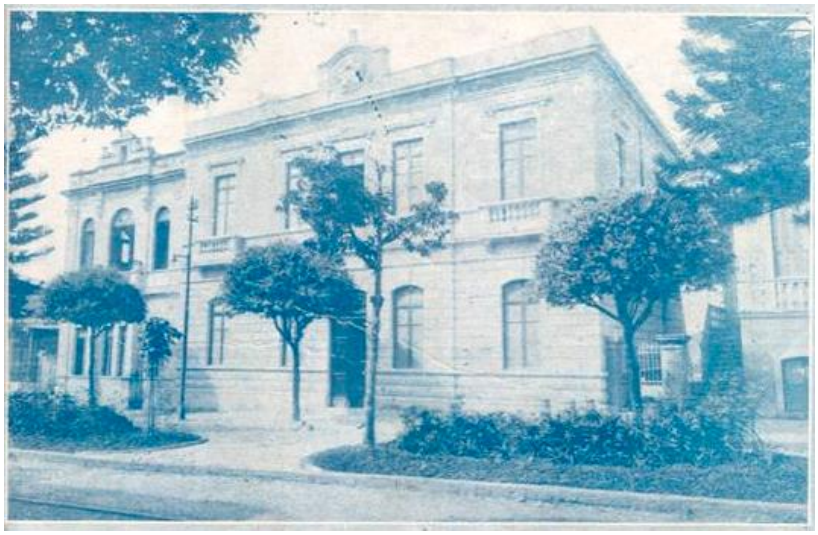
A partir do significado, é possível tecer o histórico do APEES, o espaço onde foi realizada a pesquisa. Um fator interessante é a questão de rupturas e permanências ao longo da história da humanidade, pois as palavras, quando transformadas em conceitos, permitem reflexões dentro dos campos dos saberes.

Em 1908, Jerônimo de Souza Monteiro assumiu o governo da província do Espírito Santo. Em 18 de julho do mesmo ano foi criado o *Archivo Público do Estado do Espírito Santo*[4], localizado anexo à Biblioteca Pública, que se situava no Centro de Vitória. Em dezembro daquele ano, foi regulamentada a Lei nº 559, onde o arquivo estaria dependente da Secretaria Geral do Governo. Assim, o Arquivo começou a organizar e reunir os documentos, que ficaram divididos em quatro ordens: Legislativo e Administrativo; Judiciário; História e Geografia; Literatura e Arte.

Em 1910, o Arquivo passa a se chamar *Archivo Público Espírito-Santense* e foi instalado em um dos salões do Palácio do Governo, vinculado à Diretoria do Interior e Justiça[5], em conjunto com a Biblioteca Pública. Essa união seria, mais tarde, regulamentada por decreto[6]. Em 1921, ambos foram subordinados à Secretaria do Interior[7] , Espírito Santo (2022).

No governo de Florentino Avidos, iniciou-se a construção do prédio para abrigar o Arquivo Público e a Biblioteca, que foi inaugurado em novembro de 1926, situado à rua Frei Pedro Palácios, na cidade Alta, no centro de Vitória (Figura 1), que passou a contar com estantes de aço, instrumentos inovadores à época.

Figura 1: Sede do arquivo Público e Biblioteca



Fonte: Arquivo Público (192?).

Em 1927, o Arquivo respondeu a uma demanda de organização e catálogo. Livros, documentos e papeis úteis à administração pública foram recolhidos e estavam

4 Decreto nº 135, de 18 de julho de 1908, conforme Anexo I.
5 Decreto nº 583, de 05 de março de 1910.
6 Decreto nº 1.738, de 31 de março, publicado em 18 de abril de 1914.
7 Decreto nº 4.404, de 14 de junho de 1921.

depositados no prédio. Essa reorganização dos acervos custodiados no Arquivo, facilitou responder às necessidades das diversas secretarias de Estado, anteriores a 1923. No início dos anos 1930, o Arquivo Público recebeu documentos do extinto Congresso Legislativo, para reorganização.

Em 1943, o Arquivo deixou de ser um órgão compartilhado com a Biblioteca pública[8], continuando apenas subordinado à Secretaria do Interior e Justiça. No ano seguinte, iniciou-se a catalogação da série Governadoria, a ofício de Moysés de Medeiros Accioly. Durante a Ditadura Civil Militar, o Arquivo passou a ser vinculado ao Departamento de Administração Geral (DAG)[9], que mais tarde seria renomeado de Secretaria de Administração.

A partir de 1979, a Biblioteca Pública mudou-se definitivamente para o bairro Praia do Suá, em Vitória. Levando em consideração que desde 1926 o prédio abrigou esses dois órgãos, era necessária uma reforma, que durou dois anos. Em 1983, o prédio onde funcionava o órgão, já reformado, foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual pelo Conselho Estadual de Cultura, Espírito Santo (2022).

Nas décadas posteriores, muitas ações foram realizadas pelo Arquivo, com destaque para publicações de catálogos, livros, inventários documentais e criação da Coleção Canaã que continua vigente, um projeto importante para divulgação e valorização das produções históricas sobre o Espírito Santo, como organizado no Quadro 3.

Quadro 3: Volumes publicados – Coleção Canaã

1	Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória	1995
2	Projecto de um Novo Arrabalde	1996
3	Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Estado do Espírito Santo (1585 - 1822)	2000
4	Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas	1998
5	Viagem à Província do Espírito Santo	2004
6	Colônias Imperiais na Terra do Café	2008
7	Viagem de Pedro II ao Espírito Santo	2008
8	História do Estado do Espírito Santo	2008
9	Os Capixabas Holandeses	2008

8 Decreto nº 142, de agosto de 1943, confirmado pelo art. 15 do decreto nº 15.090 de 28 de outubro de 1943.
9 Lei nº 2.296, de julho de 1967.

10	Pomeranos Sob O Cruzeiro do Sul	2013
11	Carlos Lindenberg	2010
12	Província do Espírito Santo	2010
13	Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas	2011
14	Viagem ao Espírito Santo - 1888	2013
15	Fazenda do Centro	2013
17	Nossa Vida no Brasil	2013
18	Viagem Pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo	2013
19	Imigrantes - Espírito Santo	2014
20	Italianos	2014
21	Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX	2014
22	Negros no Espírito Santo	2016
23	Raízes da Imigração Alemã - História e Cultura Alemã no Estado do Espírito Santo	2016
24	Jerônimo Monteiro - Sua vida e sua obra	2017
25	Espírito Santo Indígena - Conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860	2017
26	Sobre Política Capixaba na Primeira República	2018
27	Viagens à Capitania do Espírito Santo	2018
28	Viagem às Colônias Italianas do Espírito Santo	2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ainda na cronologia histórica do Arquivo Público, no ano de 2008, os trabalhos de atendimentos foram transferidos da rua Pedro Palácios para sua atual sede, no edifício Getúlio Resende, situado à rua Sete de Setembro, no centro de Vitória, espaço cedido pelo Governo do Espírito Santo. Para nossa pesquisa, esse mesmo ano é muito importante, pois o APEES passou a integrar o *Projeto Memórias Reveladas - Centro de Referências das lutas Políticas no Brasil,* sob coordenação do Arquivo Nacional e fomentado pela Casa Civil da Presidência da República. O projeto tinha por objetivo organizar, catalogar, descrever, reproduzir e dar acesso a uma base de dados, via internet, à documentação digitalizada, todos produzidos pela DOPS do Espírito Santo durante o período do Regime Civil Militar, de 1964-1984.

Em 2011, o Governo Estadual, após uma série de reformas de adaptação e modernização, inaugurou a sede do Arquivo, facilitando o acesso e fortalecimento da

organização e preservação dos documentos históricos, onde as salas de acervos ganharam climatização, controle de umidade, estantes deslizantes e laboratórios e um Centro de Processamento de Dados, já atendendo a progressiva expansão da digitalização de documentos, conforme Espírito Santo (2022).

A nova instalação permitiu uma maior visibilidade institucional à população, ampliando seu público frequentador. Além disso, as diversas exposições, eventos e extensão têm criado um ambiente facilitador e significativo para a comunidade escolar e o público em geral, para além dos pesquisadores acadêmicos.

Em 2017, o Arquivo ganhou mais um instrumento de divulgação da História do Espírito Santo com o lançamento da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Desde sua origem, o Arquivo do Estado do Espírito Santo esteve incumbido em responder às demandas da administração pública estadual, fornecendo suporte e sustentação da gerência do funcionamento da máquina pública. Nesse sentido, o Arquivo tem por missão acesso à informação, preservação, guarda e organização de toda documentação acumulada e/ou produzidas pelo poder executivo capixaba, além de garantir o acesso à informação e promover a transparência governamental. Isso é especialmente importante em um estado como o Espírito Santo, que tem uma relevante história de lutas sociais e políticas.

Ao disponibilizar informações e documentos históricos, o APEES permite que os cidadãos tenham acesso a informações sobre a história do estado nos campos cultural, social, econômico e político.

Acrescido em ser um espaço público, que garante à toda sociedade o acesso irrestrito aos documentos, peça fundamental para formação de consciência, reforça memórias e identidades dos capixabas, contemplando diversas exposições e constituindo seu papel, também, de mediador cultural.

O acervo do APEES vem se expandindo e elencando novas aquisições documentais e, em 2022, o APEES conta com mais de 11 fundos documentais, alargando sua atuação nas fases diversas da documentação, presente em Espírito Santo (2022).

Antes do término desta dissertação, foi publicado em 03 de abril de 2024, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, a Lei Complementar Nº 1.076, que dispõe sobre a transformação do APEES em autarquia, Espírito Santo (2024).

O Ensino de História baseado na construção e reforço do exercício da cidadania dos estudantes é componente essencial na constituição de um ser humano emancipado socialmente. Nesse sentido, como o conceito de *consciência histórica* atrelada à experiência vivida pode contribuir para o ensino e aprendizagem na disciplina de História, para além da sala de aula?

Estar presente em outros espaços não formais de educação é, também, momento de aprendizado, pois possibilita ao estudante explorar-se enquanto ser histórico. Dentro dessa ótica, o APEES é um aliado dos professores como local propício e mediador entre ensino, aprendizagem e experiências vividas pela sociedade em um determinado tempo, por isso a preocupação em destacar o processo de rupturas e permanências, porque a conservação dos documentos continua a mesma, mas seus usos não podem ficar exclusivos aos estudantes e pesquisadores da academia somente.

3.2 Ditadura Civil Militar

Um outro conceito que cabe discussão é Ditadura Civil Militar, o que explica o porquê optou-se pelo uso do termo e não apenas Ditadura Militar. Não se trata apenas de uma ação dos militares, pois, no contexto da época, observou-se a participação de civis no processo que culminou no Golpe Civil Militar, em 1964.

A historiografia apresentou o termo “Civil-Militar” para caracterizar o golpe de 1964 e sua sequência. É entendido como um período para além da atuação das forças armadas, pois parte dos civis também apoiaram o decorrer das ações no cenário nacional, até 1985. À medida que as sociedades e os Estados evoluem, é importante que a historiografia continue a analisar criticamente o papel das forças armadas na governança política e a refletir sobre o uso do termo "Civil-Militar" como uma categoria analítica.

O historiador Daniel Aarão Reis (2012), destaca a noção errônea de “Ditadura Militar”, e faz uma autocrítica de si, já que anteriormente havia publicado textos utilizando o termo[10], justificando em sua reportagem publicada no jornal Globo, em 31/10/2012:

> Tornou-se um lugar comum chamar o regime político existente entre 1964 e 1979 (sic) de ‘ditadura militar’. Trata-se de um exercício de memória, que se mantém graças a diferentes interesses, a hábitos adquiridos e à preguiça intelectual. O problema é que esta memória

> não contribui para a compreensão da história recente do país e da ditadura em particular. É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964. É como tapar o sol com a peneira. (Reis, 2012, Online).

Nesse trecho, o professor evoca a necessidade de análise aprofundada do contexto da época e que seja compreendido o movimento articulado pela elite civil, como União Democrática Nacional (UDN), setores empresariais, imprensa e o apoio dos segmentos da sociedade brasileira, como por exemplo, as classes médias, setores da Igreja Católica e Ordens dos Advogados.

Então, dizer que a Ditadura foi colocada como alternativa pelas forças armadas é um equívoco quando não compreendido o processo de sua tomada de poder, visto que anteriormente no cenário brasileiro, o populismo encontrava-se em decadência, houve a perda de apoio de setores expressivos da sociedade brasileira ao governo de João Goulart e suas propostas de reformas sociais e econômicas e o contexto internacional contra a expansão do comunismo.

Nesse contexto de apoio civil ao Regime e perseguição aos cidadãos, fazendo relação com o referencial teórico desta dissertação, Rubem Alves estava sendo perseguido dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), na qual era pastor, como discutido por Paixão (2014), que analisou a contribuição da Igreja dentro do período da Ditadura Civil Militar Brasileira, o que reforça a tese da participação da sociedade civil e instituições no alinhamento com o Regime.

Dentro da IPB, o ambiente se tornou lugar de perseguições, denúncias, acusações, punições entre outras formas de autoritarismo, o dogmatismo de seus dirigentes acabou por abolir a liberdade de fé e culto tão defendidos pela igreja pelo alinhamento às práticas punitivas a seus membros. O autoritarismo instalado dentro da IPB resultou na perseguição de Rubem Alves, sendo necessária sua renúncia religiosa por meio de uma carta e exílio nos Estados Unidos da América. Assim,

> Ninguém pode indefinidamente contrariar suas convicções e valores espirituais, sem que o próprio espírito sucumba. Estou convencido de que a Igreja Presbiteriana do Brasil hoje é, uma grotesca ressurreição dos aspectos mais repulsivos do Catolicismo Medieval. Continuar fiel a ela, continuar a ser contado como um dos seus ministros, é compactuar com uma conspiração contra a liberdade e o amor. Por isto tomei hoje, 15 de setembro de 1970, a decisão de romper com ela. “Como andarão dois juntos se não tiverem de acordo?”. Solicito, portanto, do POMN[11]

[11] POMN: Presbitério Oeste de Minas Gerais

> , de forma irrevogável, que o meu nome seja cortado tanto do rol dos pastores quanto do rol de membros da IPB (Araújo, 1985, p. 98-100).

Para Reis (2012), o apoio da sociedade civil durou até 1979, sobretudo com a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)[12], quando os movimentos se intensificaram e a Ditadura se revelou à sociedade com as vivências observadas anteriormente pela população. O contexto de descontrole econômico foi um agravante para o desgaste do Regime após 1979 e, com o restabelecimento do pluripartidarismo, em 1980, cabe ratificar o papel importante da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais para as mudanças políticas no Brasil, que resultou na promulgação da Constituição em 1988.

Ainda na discussão historiográfica, um ponto intrigante sobre a História do Espírito Santo é como o termo Ditadura Civil Militar aparece em um livro clássico da História Capixaba[13], consultado para contextualizar esta dissertação. No entanto, no livro *História do Espírito Santo*, do escritor José Teixeira de Oliveira, o período de 1964 a 1974 é denominado como "A Revolução chega ao Espírito Santo", enfatizando, ainda, que a "Revolução de Março de 1964" estabeleceu o sistema de escolha do então novo governador, Christiano Dias Lopes Filho.

Nesse sentindo, o capítulo do livro supracitado trata, pautado na historiografia positivista, que foi uma abordagem predominante no século XIX, que buscava aplicar os princípios do positivismo, uma corrente filosófica desenvolvida por Isidore Auguste Marie François Xavier Comte[14] e John Stuart Mill[15], ao estudo da História. Essa perspectiva tinha como objetivo estabelecer a História como uma ciência objetiva e sistemática, baseada em fatos concretos e na observação empírica.

---

[12] O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, reforçou o Poder Executivo e, entre outras medidas, endureceu a censura prévia à Imprensa, possibilitou a suspensão dos direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros, cassou os direitos políticos dos que fossem considerados ameaças ao regime e decretou estado de sítio. Com efeitos duradouros, vigorou até dezembro de 1978. O ano de 1968, conhecido na História do Brasil como o "ano que não acabou", foi o estopim para que diversos protestos fossem organizados pelos estudantes, com destaque aos universitários. No final de 1968, foram 11 deputados federais cassados e esse número aumentou em 1969, incluindo Ministros do Supremo tribunal Federal que foram também cassados.

[13] Considerado um livro enciclopédico da História do Espírito Santo. Para saber mais sobre o autor e a obra acesse: https://secult.es.gov.br/biblioteca-publica-expoe-acervo-do-escritor-j. Acesso em: 28 maio 2023.

[14] Filósofo francês, nascido na cidade de Montpellier em 19 de janeiro de 1798, fundador da filosofia positivista.

[15] Filósofo e economista londrino, nascido em 20 de maio de 1806, foi um grande influenciador liberal do século XIX

O positivismo historiográfico valorizava a ideia de que os eventos históricos poderiam ser explicados por meio de leis gerais e causais. Seu principal propósito era descobrir essas leis e utilizar o método científico para analisar e interpretar os acontecimentos históricos. Essa abordagem enfatizou a importância dos documentos como base para a construção do conhecimento histórico.

No entanto, a historiografia positivista apresentava algumas contradições e limitações significativas. Uma delas era a ideia de neutralidade e objetividade absolutas na escrita da História. Os historiadores positivistas acreditavam que era possível alcançar uma visão imparcial e isenta de valores ao narrar os eventos passados. No entanto, essa postura era contestada por outros teóricos, que argumentavam que a seleção dos fatos, a interpretação das fontes e a própria construção da narrativa histórica eram influenciadas por pressupostos e valores implícitos do historiador.

Outra contradição estava na busca pelas leis gerais e universais na História. Os positivistas acreditavam que, assim como nas ciências naturais, era possível descobrir leis que regiam o desenvolvimento histórico. No entanto, essa visão desconsiderava a complexidade e a particularidade dos eventos humanos, bem como a influência dos elementos subjetivos, como a cultura, as mentalidades e as motivações individuais e coletivas. Isso levou a uma visão simplista e determinista da História, reduzindo-a a uma sequência linear de causas e efeitos.

Além disso, o positivismo historiográfico negligenciava a importância da narrativa e da interpretação na construção do conhecimento histórico. Os positivistas buscavam uma objetividade fria, baseada em fatos e evidências, mas muitas vezes deixavam de lado a dimensão subjetiva e emocional dos eventos históricos, assim como a importância da contextualização e da compreensão dos processos sociais, culturais e políticos envolvidos.

Essas contradições e limitações da historiografia positivista foram amplamente debatidas e criticadas ao longo do século XX, resultando no desenvolvimento de outras abordagens historiográficas, como a história social, a história cultural, a história das mentalidades e a história pós-moderna, que buscaram superar as deficiências do positivismo e proporcionar uma compreensão ampla e complexa do passado.

Explanadas as características e contradições da Escola Positivista, é possível estabelecer uma relação da corrente historiográfica abordada pelo autor, José

Teixeira de Oliveira, pois, com uma visão positivista e metódica, é possível observar a preocupação dele em apresentar os dados retirados dos documentos, sem uma análise contextual ou que dialogasse com outras fontes. Percebe-se que o autor se baseou na premissa de que as fontes falam por si, conforme destacou Azevedo (2010, p. 10) que

> De acordo com o pensamento positivista, o historiador deve ser imparcial inexistindo interdependência entre ele e o seu objeto; a história existe em si, objetivamente e se oferece através dos documentos; os fatos devem ser extraídos dos documentos rigorosamente criticados interna e externamente e organizados em sequência cronológica.

Essa percepção da escrita do livro História do Espírito Santo nos remete a falta de discussão dos critérios adotados para situar as fontes utilizadas na produção da narrativa por quem o produziu. Portanto, há uma lacuna no contexto das informações utilizadas por Oliveira (2008), que apresenta ao longo da sua escrita dados estatísticos selecionados de uma fonte produzida pelo próprio Governador à época, que, portanto, não pode ser considerada como verdade única, porque sabemos que os dados produzidos pelo governo possuem interesse, conflitos e perspectivas sociais de sua exposição.

Nesse aspecto, Le Goff (1994) acrescenta a importância das fontes documentais nas respostas significativas à problemática do contexto histórico estudado, e que o texto produzido a partir delas só terá significado quando responder aos questionamentos a elas imposto, na qual cabe ao pesquisador ou pesquisadora uma análise minuciosa e contextualizada do passado. Para Durante (2022), compete ao historiador, ao elencar uma fonte documental como representativa de um período, realizar uma operação desprovida de neutralidade e extrair deles as informações necessárias na constituição da narrativa, confrontando com outras fontes e narrativas.

3.3 O contexto das manifestações estudantis

O período da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por diversas manifestações estudantis em todo o país. O Espírito Santo não foi exceção, uma vez que estudantes capixabas também se mobilizaram enquanto resistência contra o regime autoritário. Nesse subtópico, o objetivo é analisar as manifestações estudantis ocorridas no Espírito Santo durante esse período, buscando compreender suas causas, características e desdobramentos.

Para compreender as manifestações estudantis no Espírito Santo durante esse contexto autoritário é fundamental contextualizar a situação política e social do estado nesse período. Durante a Ditadura Civil Militar Brasileira, que teve início em 1964 e perdurou até 1985, o estado do Espírito Santo vivenciou um contexto político e social marcado por uma série de transformações e contradições. A imposição de um regime autoritário e repressivo teve profundas consequências na vida dos capixabas, afetando tanto a estrutura política quanto a sociedade como um todo, afinal, como bem destacado por Alves (1985), todos eram suspeitos, sendo necessário espionar o cidadão e isolar o inimigo interno.

No aspecto político, o Espírito Santo foi palco de um intenso controle estatal, com a supressão das liberdades individuais e a imposição de uma estrutura governamental centralizada. O governo militar estabeleceu um sistema político de caráter autoritário, que restringiu as atividades dos partidos políticos e limitou a participação popular. As eleições passaram a ser indiretas e submetidas a um rígido controle, o que resultou na nomeação de governadores e prefeitos alinhados ao regime.

Partindo desse contexto nacional para o regional, curiosamente, antes do Golpe Civil Militar de 1º de abril de 1964, a política capixaba estava distante da efervescência da política nacional, claro, não estando imune a tais conflitos, pois os grandes jornais de circulação, como A Tribuna e A Gazeta, na véspera do Golpe declararam seus posicionamentos a favor, conforme Pereira e Marvila (2005).

Em análise à Revista Capixaba (1969), edição especial “Cinco Anos de Revolução, 1964-1969”, é possível destacar que, mesmo com a tentativa de alinhamento quase que por completo entre os executivos federal, estadual e municipal, no Espírito Santo houveram muitos municípios como São Mateus, Linhares, Colatina, Vila Velha e Cariacica que não tiveram seus prefeitos destacados em falas na seção da revista, na qual era dada a oportunidade aos mesmos parabenizarem à Revolução.

Nesse sentido, é importante ao historiador uma análise crítica da fonte, pois, ao ser questionado o motivo pelo qual prefeitos das cidades de Piúma, Vitória, Castelo, Nova Venécia e Atílio Vivacqua, entre outros, tiveram mais espaço nesse

periódico, percebeu-se o alinhamento desses aos Governos Federal e Estadual, ambos dirigidos pela Arena[16].

Nesse período, foram instituídas diversas medidas de repressão política no estado. Com o objetivo de controle social, o Regime apoiou-se no sistema de repressão, sendo criado primeiramente, o Sistema Nacional de Informação, em 1964, pelo general Golbery do Couto e Silva. Também, foram criados órgãos de segurança no âmbito estadual, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que atuavam na perseguição e repressão de opositores políticos, ativistas sociais, estudantes e sindicalistas. Muitos foram presos, torturados e até mesmo assassinados por se posicionarem contra o regime.

Resgatando um trecho da Revista Capixaba (1969):

> De 1964 para cá, o Brasil se conhece. Êle sabe das suas possibilidades e dos perigos que corre. Isto se deve à rêde de informações criada no País para sua própria defesa. Até 1964 podia-se perfeitamente aquilatar as dificuldades de um governador ao tomar uma decisão de caráter nacional. Não possui na sua assessoria um órgão capaz de lhe informar os acontecimentos que desenrolavam naquele momento, em todo o País. O Brasil não se conhecia em sua casa, ainda mais que se tramavam contra sua segurança. Estávamos desamparados, ingenuamente despreparados. Hoje, graças à Revolução de 64 e a iniciativa dos órgãos militares, há um serviço de informações no País, capaz de em pouco minutos colocar o presidente a par de todos os problemas. (Revista Capixaba, 1969, p.55)

Nesse excerto é possível inferir uma justificativa dada pelo Regime para existência de órgãos de informação, mas nas entrelinhas e análise de dossiês de estudantes, por exemplo, que estão custodiados pelo Apees, observou-se que, na

[16] O partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional) foi uma organização política que teve uma importante participação durante a Ditadura Militar no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985. O partido ARENA foi fundado em 1966, durante o período da Ditadura Civil Militar no Brasil, como uma coalizão de diferentes grupos políticos que apoiavam o governo militar. Era considerado o partido oficial do regime e sua criação foi incentivada e organizada pelos próprios militares, com o objetivo de obter sustentação política e legitimidade para o governo. O partido ARENA desempenhou um papel fundamental no suporte político ao regime militar. Seu principal objetivo era garantir a governabilidade e a estabilidade do governo militar, através da eleição de candidatos favoráveis ao regime em cargos legislativos e executivos. A ideologia do partido era alinhada aos princípios do regime, que incluíam o anticomunismo, a defesa da ordem e da segurança nacional, além do nacionalismo e do desenvolvimento econômico. Após a abertura política e a redemocratização do Brasil, o partido ARENA foi extinto em 1980. Bastistella (2021) destaca como culminância a origem a outros partidos políticos que buscaram se adaptar ao novo contexto democrático. Seus membros e lideranças se dispersaram entre diversas legendas e o partido deixou de existir como uma entidade política distinta. É importante compreender o contexto histórico da Ditadura Militar no Brasil e a participação do partido ARENA como parte fundamental desse período, sempre considerando as diversas perspectivas e análises que existem sobre esse tema complexo e controverso da história brasileira.

verdade, aqueles jovens estavam sendo espionados, ao longo dos dias, não apenas com o objetivo de segurança nacional, mas de *isolar o inimigo interno*.

Além disso, o Espírito Santo foi afetado pelo modelo econômico implementado pelos militares. A política de desenvolvimento adotada priorizava a industrialização e a modernização da economia, o que resultou na expansão do setor industrial no estado[17]. A região da Grande Vitória, recebeu amplos investimentos, conhecidos como “grandes projetos”, dos órgãos de planejamento estatais e se transformou em um importante polo industrial.

No entanto, essas transformações econômicas também trouxeram impactos sociais significativos. A migração em massa para as áreas urbanas em busca de emprego nas indústrias gerou o crescimento desordenado das cidades e a precarização das condições de vida para muitos trabalhadores. O aumento da pobreza e das desigualdades sociais foi uma das consequências mais visíveis desse processo. Para Motta e Reis (2014, p. 11),

> É indizível a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade – social e geográfica -, revolvida nos alicerces culturais, por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo.

Os autores descrevem as mudanças sociais e urbanas que ocorreram rapidamente no Espírito Santo durante a transição de uma economia baseada no café e no modelo primário-exportador para um projeto urbano-industrial moderno a partir da segunda metade da década de 1960. Essas transformações foram impulsionadas pelas políticas de desenvolvimento industrial implementadas durante o mandato do governador Christiano Dias Lopes (1967-1971).

Apesar da repressão e das transformações econômicas, também houve resistência da sociedade à Ditadura Civil Militar no Espírito Santo. Movimentos estudantis, sindicatos e grupos de oposição se mobilizaram contra a ditadura, mesmo enfrentando a violência e a perseguição dos órgãos de repressão. A luta pela redemocratização e a defesa dos direitos humanos foram bandeiras levantadas por muitos capixabas.

---

[17] Vale leitura do artigo: DE ANDRADE, I. a. e. A modernização do Espírito Santo nos anos 1970 e 1980 e a crise fundamental do capital: um exame a partir do setor de papel e celulose no âmbito dos "grandes projetos". **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/45880/29373. Acesso em: 06 jun. 2023.

Acredita-se que o movimento estudantil tenha sido alvo principal das investigações realizadas pelo Regime Militar no Espírito Santo, de acordo com Furtado (2017). A documentação textual resultante dessas investigações constitui o Fundo DOPS/ES, localizado no APEES, que será parte da pesquisa de campo utilizada para reflexão das percepções dos estudantes e sua relação com o conceito de *Consciência Histórica* e *experiência*.

A pesquisa concentra-se exclusivamente no acervo do APEES, com recorte às manifestações estudantis, pois há documentação que envolve o movimento de estudantes secundaristas e universitários, aproximando-se ao contexto do público a ser pesquisado, estudantes de Ensino Médio.

Ainda sobre as manifestações estudantis, Cipriano (2002), destaca que viver sob vigilância constante de uma Ditadura Militar é

> Uma experiência humana indesejável e insubstituível ouvir gritos dos torturados até a morte, ver os fantasmas dos torturadores nos perseguirem até nos delírios, ouvir as súplicas das mães na busca do corpo dos filhos para sepultar, ver presos incorporarem-se as prisões e perderem as referências do mundo e não mais conseguirem aceitar a vida em liberdade. (CIPRIANO, 2002, p.16)

Esse trecho foi evocado em virtude da necessidade de abordar a vida de quem vivenciou “um serviço de informação no País”, supracitado na Revista Capixaba, pois não se tratava de preocupação institucional apenas, mas sim de um instrumento de controle e repressão aos que discordavam do Regime. Em tempo, elucida a necessidade da preservação das memórias e, sobretudo, do Estado Democrático de Direito.

Em suma, o contexto político e social do Espírito Santo durante a Ditadura Militar Brasileira foi caracterizado por um regime autoritário e repressivo, que controlava as instituições políticas e impunha restrições às liberdades individuais. Ao mesmo tempo, o estado vivenciou uma transformação econômica marcada pelo desenvolvimento industrial, mas também pela ampliação das desigualdades sociais. A resistência e a luta pela redemocratização foram presentes, mesmo diante das adversidades. A memória desse período é fundamental para compreendermos os desafios e conquistas do processo.

3.4 Documento Histórico

Refletir sobre a memória amiúde nos leva a considerar o papel dos documentos como importante ferramenta que possibilita a reconstrução da história

humana. Essa reconstrução ocorre por meio da conexão entre eventos passados, permitindo-nos revisitar o passado a partir do presente. O pensamento sobre a memória também nos transporta diretamente para o passado.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 65), documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte”.

Considerando o conceito de Documento, é possível evocar o conceito de Documento Histórico, que possui em sua essência a capacidade de desvendar parte do passado, permitindo tecer fatos e impressões do período em que o documento em si fora produzido.

Um documento torna-se histórico quando é questionado pelo Historiador/pesquisador e, paralelamente, traz o contexto de sua produção e quando uma interpretação lhe é atribuída. Se não houver esse movimento de questionar os documentos, por si só continuará sendo um documento, um registro. Karnal e Tastsc (2009) destacam que a construção de um documento histórico é permanente, pois há a capacidade de transformá-lo quando evocadas novas questões, decorrentes de ideias anteriores.

Também, um documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita , Karnal e Tatsch (2009, p.24).

Nesse contexto, os documentos da Ditadura Civil-Militar no Espírito Santo, encontrados no acervo APEES, são documentos históricos que nos permite compreender os eventos e as práticas desse período da História do Brasil, sobretudo do Espírito Santo.

Os relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que oferecem um panorama detalhado das atividades de vigilância, repressão e controle político durante o regime autoritário, foram selecionados para constituírem o caderno de mediação e as atividades realizadas pelos estudantes, durante a visita ao APEES, como uma ação proposta da presente pesquisa, cujo relato e análise constam no capítulo 5.

Esses relatórios contêm informações sobre prisões, interrogatórios, monitoramento de indivíduos e grupos considerados subversivos, além de revelarem

as estratégias e táticas empregadas pelo regime para manter seu domínio. O estudo desses documentos que estão no APEES é essencial para uma análise crítica e aprofundada desse período da história brasileira, permitindo uma compreensão dos impactos e das consequências do Regime no Espírito Santo.

Nesse sentido, novas interpretações poderão ser produzidas a partir do uso dos documentos históricos como ferramenta no ensino de História, consoante ao que Le Goff (1990) destaca quando expõe que

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento [...] permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990, p. 545).

O documento histórico constitui uma evidência vivida em um dado contexto da humanidade e oferece visões significativas sobre a mentalidade e os comportamentos da sociedade que o produziu. Cada documento carrega consigo uma intenção específica e as linguagens utilizadas pelas sociedades para expressar seus valores e ideias refletem o contexto histórico em que foram criadas.

Considerando o contexto histórico e a discussão teórica apresentada até aqui, é importante tecermos uma relação com o ensino de História, a partir das reflexões dos referenciais teóricos, de Rubem Alves e Jörn Rüsen.

4. ENTRELAÇANDO EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS: JÖRN RÜSEN E RUBEM ALVES

O verbo para a História é agir. É criar o início, acompanhar e ver desenvolver uma narrativa, por isso a importância da pesquisa em História, sobretudo na área de Ensino. Portanto, a ação é a capacidade ontológica do ser humano. Agir é dar sentido ao começo, seja compreender ou ressignificar o compreendido.

Trazer para o debate a ação, nos remete a refletir uma ponderação destacada por Han (2018), na qual a sociedade atual passa os dedos sem mãos, evocando o conceito de *homo digitalis*, porque esse não age. Ele utiliza esse termo para descrever a transformação do ser humano na era digital, em que a tecnologia e a comunicação digital têm um papel central em nossas vidas. Segundo Han (2018), *homo digitalis* é caracterizado pela sua imersão na cultura digital, pela constante conexão e pela presença predominante das tecnologias digitais em seu cotidiano. Esse termo destaca a forma como as pessoas estão cada vez mais integradas às redes sociais, aplicativos, dispositivos móveis e outras tecnologias digitais.

Argumenta ainda, que, ao contrário do *homo laborans* (ser humano do trabalho) e do *homo videns* (ser humano da visão), o *homo digitalis* se torna uma figura que está constantemente *online*, interagindo com conteúdos digitais e criando uma identidade virtual. Ele enfatiza que a cultura digital nos leva a uma constante exposição de nossas vidas e uma busca por visibilidade, criando uma sociedade do espetáculo, em que a atenção é voltada para a autopromoção e o narcisismo.

Uma das preocupações em relação ao *homo digitalis* é o impacto dessa cultura digital na nossa liberdade e privacidade. Ele argumenta que, embora tenhamos acesso a uma infinidade de informações e possibilidades de conexão, também estamos sendo constantemente monitorados e controlados, muitas vezes voluntariamente, em troca de conveniência e acesso a serviços, escreveu Han (2018).

Além disso, discute como o excesso de informação e a aceleração do ritmo de vida digital afetam a nossa capacidade de concentração e reflexão. Ele argumenta que estamos nos tornando mais superficiais, buscando uma gratificação imediata e uma constante estimulação, o que compromete nossa capacidade de atenção prolongada e de reflexão profunda.

Assim, o conceito de *homo digitalis* do filósofo sul coreano Byung-Chul Han representa a transformação do ser humano na era digital, marcada pela imersão na cultura digital, pela exposição constante e pela busca por visibilidade. Aborda, portanto, preocupações sobre a perda da privacidade, a superficialidade e a falta de reflexão na sociedade contemporânea, impulsionadas pela cultura digital.

Sem a ação, o ser humano se torna um habitat à negação de seu tempo à história ou mesmo inviabiliza a compreensão do seu passado, colocando em risco a constituição identitária e que

> A cultura digital se baseia no dedo contador. A história, porém, é uma narrativa. Ela não enumera. Enumerar é uma categoria pós histórica. Nem Tweets, nem informações se reúnem em uma narrativa. Também o mural não narra nenhuma história de vida, nenhuma biografia. Ele é um aditivo, e não é narrativo. O homem digital passa os dedos no sentido de que ele enumera e calcula constantemente. O digital aleatoriza o número e o enumera" (Han, 2018, p.66).

A relação entre escrever e produzir pesquisas em Ensino de História é trazer e resgatar o ser humano na construção de narrativas; é fazer História no sentido de compreender sua ação, porque, como enfatizou Heidegger (1992), que a ação é feita pelas mãos.

Nesse sentido, o contexto digital aqui criticado tem por objeto as manchetes de jornais, imagens e *blogs,* nas quais o horror e a banalização dos registros das atrocidades cometidas durante o Regime Civil Militar não causam mais repulsa, porque tudo pode ser conteúdo consumível, sem um contexto ou mesmo atendimento do público.

> O choque tomou lugar da contemplação enquanto postura de recepção frente a uma pintura. O choque, porém, não é mais adequado para a caracterização da percepção hoje. Ele é um tipo de reação imunológica. Nisso ele se assemelha à repulsa. As imagens não provocam hoje nenhum espanto. Mesmo imagens repulsivas devem nos entreter. Elas são tornadas consumíveis (Han, 2018, p.66).

Relacionar essa reflexão do mundo digital com a necessidade da ação de estudar História, possibilita o resgate da experiência das ações passadas, tão defendidas pelos dois autores, Jörn Rüsen e Rubem Alves, referenciais teóricos que embasam essa pesquisa.

Não é possível desvincular o ensino da ótica humana, do fazer, das ações e experimentações, pois o recorte do tema da pesquisa é a relação entre Arquivo e Ensino de História, com ênfase nas manifestações estudantis, em resposta ao

Regime Civil Militar que perdurou no Espírito Santo até 1985. Quando tratamos esse período com criticidade e humanidade, a negação não tem espaço, preocupação importante para trazer o Ser humano para o centro de uma pesquisa em humanidades, pois ratifica-se a importância de estudar e se pesquisar o período, que leva em consideração a produção humana das fontes históricas, seus contextos e fatos.

Então, negar a História é uma impossibilidade, porque ela é o resultado da criação humana, em todas as áreas, tanto sociais quanto econômicas, culturais, entre outras. A partir da ação, da construção e da experiência é possível trazer para o debate historiográfico a teoria da História vinculada com o processo de humanização das experiências constituídas pelos atores históricos. Estudantes, professores, comunidade escolar, todos são constituintes e fazedores de História a todo momento.

4.1 Jörn Rüsen e suas contribuições para os campos da Teoria e Didática da História

Antes da discussão teórica, optou-se pela abordagem da biografia dos teóricos, para resgatar suas trajetórias, também, como pessoas do processo histórico. Jörn Rüsen, nascido em 16 de agosto de 1938, é um renomado historiador e teórico alemão. Ele é conhecido por suas contribuições significativas para a teoria da história e para a compreensão do papel da memória na construção do conhecimento histórico, Rüsen (2015).

Nascido em Lüdenscheid, na Alemanha, Rüsen estudou filosofia, história e teologia na Universidade de Münster e na Universidade Livre de Berlim. Ele obteve seu doutorado em 1967, com uma tese sobre a hermenêutica da história. Ao longo de sua carreira, ele atuou em várias universidades renomadas, incluindo a Universidade de Bielefeld e a Universidade de Witten/Herdecke.

Rüsen é conhecido por desenvolver a teoria da história como uma disciplina reflexiva. Ele argumenta que a história não é apenas o estudo do passado, mas também uma forma de conhecimento que é influenciada pelas perspectivas, valores e contextos presentes. Sua abordagem busca compreender como o conhecimento histórico é construído e como diferentes narrativas históricas podem ser entendidas e interpretadas, Rüsen (2015).

Uma das principais contribuições de Rüsen para a teoria da história é o conceito de *consciência histórica*. Ele defende que a *consciência histórica* é uma capacidade essencial para compreender e interpretar o passado de forma significativa. Essa consciência envolve reconhecer a multiplicidade de perspectivas e interpretações históricas, compreender as relações entre passado, presente e futuro, e refletir criticamente sobre a natureza da própria disciplina histórica.

Ao longo de sua carreira, Rüsen publicou extensivamente sobre teoria da história, hermenêutica, epistemologia histórica e pedagogia histórica. Suas obras são amplamente reconhecidas e influentes no campo da historiografia e têm sido traduzidas para várias línguas.

Além de suas contribuições teóricas, Rüsen também se envolveu ativamente na promoção do ensino de história. Ele defende a importância de uma educação histórica crítica, que desenvolva a *consciência histórica* nos estudantes, estimulando o pensamento reflexivo, a análise de fontes e a compreensão dos diferentes pontos de vista.

Considerado um dos principais teóricos contemporâneos da história, Rüsen tem sua abordagem reflexiva e sua ênfase na consciência histórica como ferramentas para uma compreensão sofisticada do papel da história na sociedade. Sua obra continua a influenciar historiadores, teóricos da história e educadores em todo o mundo.

4.2 Rubem Alves e sua relação com a Experiência Significativa

Em diálogo com Rüsen e o conceito de *Consciência Histórica*, Rubem Alves, importante teórico brasileiro, enfatiza o significado da aprendizagem e dela a necessidade de tecer relações cognitivas das experiências vividas, como bem afirmou que os mundos de cada um são feitos como pedaços do próprio corpo, conforme Alves (1982).

A aprendizagem significativa não pode estar apenas na cabeça, ela deve ser parte do corpo das vivências de cada indivíduo. Também, antes de aprofundarmos a discussão da tese de Rubem Alves, faz-se necessário conhecer sua biografia. Cabe, aqui um destaque da escolha desse teórico, pois foi perseguido pelo Regime Civil Militar, exilando-se. Nesse tempo, pôde produzir e tecer reflexões que contribuíram para o campo da educação no Brasil.

Rubem Alves, nascido no dia 15 de setembro de 1933, foi um renomado educador, escritor e teólogo brasileiro. Sua trajetória foi marcada por uma profunda sensibilidade humanista e um olhar crítico sobre a sociedade. Além de sua contribuição para a educação, ele também se destacou como autor de diversos livros que abordavam temas como filosofia, psicologia, espiritualidade e poesia.

Rubem Alves iniciou sua formação acadêmica em teologia, graduando-se no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas. Posteriormente, obteve seu Doutorado em Filosofia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Sua vivência no exterior o expôs a diferentes correntes de pensamento e influenciou sua perspectiva crítica sobre a sociedade brasileira.

Durante o Regime Civil Militar, que governou o Brasil de 1964 a 1985, Rubem Alves tornou-se uma voz ativa na resistência ao autoritarismo e à censura imposta pelo governo. Suas posições críticas e suas reflexões sobre a liberdade, a justiça social e a importância da educação lhe renderam perseguição por parte das autoridades.

Em 1968, em meio à crescente repressão do Regime, Rubem Alves foi convidado para lecionar na Universidade de Campinas (Unicamp). No entanto, sua nomeação foi impedida pelos militares, e ele foi obrigado a se exilar em território estadunidense. Durante seu exílio, Alves lecionou na Yale *University* e na Universidade de Syracuse, mantendo-se ativo no campo acadêmico.

Durante o período de exílio, Rubem Alves aproveitou para aprofundar suas reflexões sobre a educação e escreveu obras que se tornaram referências na área, como "A alegria de ensinar" e "Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras". Seus textos revelavam sua visão humanista e sua crítica à educação tradicional, defendendo a importância de despertar a curiosidade e a criatividade nos estudantes.

Somente em 1974 é que Rubem Alves retornou ao Brasil. Ele continuou sua carreira acadêmica e se envolveu em projetos educacionais, defendendo uma educação que valorizasse a sensibilidade, o afeto e a liberdade de expressão. Além disso, dedicou-se à escrita, publicando uma extensa obra literária que abrangia diversos gêneros, incluindo contos, crônicas e ensaios.

Rubem Alves deixou um legado de pensamento crítico e humanista, que continua a inspirar educadores e pensadores em todo o país. Sua coragem e sua

busca pela liberdade de expressão durante o período de exílio no Regime Militar destacam-se como exemplos de resistência e defesa da democracia.

Sua contribuição para a educação e seu olhar sensível sobre a condição humana permanecem como referências essenciais para o pensamento contemporâneo.

Cabe ressaltar que estudar Rubem Alves e relacioná-lo com a pesquisa é um trabalho de interpretação e um desafio, como bem colocou o professor Antônio Joaquim Severino (2007, p. 115), em *O que eles pensam de Rubem Alves:* "não é nada fácil sistematizar um pensamento que afirma a pretensão explícita de romper com toda a sistematicidade, tal como concebida em nossa tradição filosófica logocentrada".

4.3 Consciência Histórica e Experiências do corpo ao pensar e sentir: Diálogo para uma educação Humanista e sua relação com a Memória

Refletir Didática da História e a aprendizagem pela experiência aplicadas a outros espaços que não são limitados pela sala de aula é uma tarefa que demanda uma discussão e uma reflexão dos lugares da História. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como pressuposto o diálogo entre Rüsen e Alves, com o objetivo de subsidiar, teoricamente, a escrita desta dissertação.

Rüsen, enquanto teórico da História, propõe, por meio da investigação, os usos das fontes históricas com potencializadoras do processo de ensino e aprendizagem da História, destacando a necessidade de uma educação crítica e examinadora, olhando para o estudante como autor histórico dentro da sociedade.

Pesquisar o ensino de História e sua relação com a didática da História é poder, antes de se dedicar às questões práticas do ensino da História, preocupar-se com a necessidade, os objetivos e as funções do ensino da História, como defendido por Bergmann (1985, p. 36) em seu artigo intitulado *A História na reflexão didática*[18].

O conceito de *consciência histórica*, estudado por Rüsen, aborda, com um recorte para a História, três qualidades: a primeira ligada ao ambiente da Memória, essa responsável pela mobilização da experiência do tempo passado; a segunda, ligada a continuidade, relacionada com a experiência real do tempo às intenções e às

[18]Publicado originalmente em: BERGMANN, Klaus, et al. (Orgs.) – *Handbuch der Geschichisdidaktik.* Düsseldorf, Schwann-Verlag, 1985, pp. 207-217. Tradução de Augustin Wernet. Revisão de Marcos A. da Silva.

expectativas humanas, e a última, ligada à identidade de autores e ouvintes; assim, essas qualidades, que compõem a narrativa histórica, possibilitam a vida prática no tempo, uma orientação para o ser humano.

Para Jörn Rüsen, a *Consciência Histórica* abrange todas as formas de pensamento relacionadas à história, nas quais os indivíduos têm a experiência do passado e o interpretam como uma narrativa histórica. Em essência, a consciência histórica é a capacidade de compreender e dar significado aos eventos do passado, conectando-os com o presente e refletindo sobre seu impacto no futuro. Segundo o autor, "(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo", Rüsen (2010, p. 57).

No ponto de vista qualitativo, visitas com atividades propostas dialogam e possibilitam evocar contribuição do APEES no processo de permitir que os educandos possam extrair informações das diversas fontes e compreender o contexto em que foram produzidas, também identificar suas intenções, compará-las, e ao mesmo tempo fazer paralelos.

Estabelecendo uma relação entre didática da história e teoria, Marc Bloch em seu livro *Apologia da História ou o ofício de historiador*, enfatiza a relação entre prática e ambiente de memória, onde cabe inserir mais uma vez os arquivos como espaços das investigações dos vestígios, sobreviventes ao tempo e é importante situar a relação entre o passado e como nos interessamos por ele. Assim, destaca Bloch (2002, p. 83) que

> [...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos [...], em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Portanto, a *consciência histórica* é uma importante garantidora da identidade do indivíduo no mundo, que se relaciona com o coletivo na evolução do tempo, de tal modo, a História é vista como um processo e que conteúdos e qualidades humanas podem sofrer alterações pelas ações e intervenções dos agentes históricos, esses sujeitos de seu tempo.

De acordo com Jörn Rüsen (2011), tanto o ensino quanto a aprendizagem não se restringem ao ambiente escolar, mas é necessário relacioná-los também à teoria e vida prática. A partir do caso alemão, o autor expõe que a didática não pode ser entendida como uma forma de abordar história, e consequentemente, a apresentação das fontes por si só não é uma didática complementar para a aula de História.

Esse pensamento de didática promove o afastamento entre o historiador e suas relações com a História, criando uma desfragmentação da relação entre historiador, História e o processo do ensino de História. O fazer história não pode ser tarefa apenas dos historiadores acadêmicos, enquanto os professores de história transpõem conteúdo aos estudantes, considerados vazios. Estudar História demanda pluralidade de relações.

Destaca-se a preocupação de John Rüsen em estabelecer uma analogia entre a vida prática dos sujeitos, tanto dos discentes quanto dos docentes e a ciência histórica, ao propor um processo de ensino e aprendizagem que envolve ensinar história partindo do pressuposto dos interesses dos envolvidos. Esse culmina no processo de construção de sentidos, como resultado do envolvimento do conhecimento dos sujeitos, de si, para si e para o mundo.

Rüsen (2011) discorre sobre a formação da *consciência histórica* como aprendizado histórico, tratando-a como um processo de como o indivíduo se organiza e dá sentido às suas experiências, sejam elas coletivas ou individuais. Nesse contexto, cabe à História ter a função didática de formadora de *consciência história*, na qual os sujeitos se relacionam com o mundo, ao mesmo tempo que sua experiência com o tempo e intenções possuem significados.

Por conseguinte*, Consciência histórica* deve ser vista como um processo que envolve três pilares: cognitivo, emocional e pragmático. Acredita-se que o trabalho com as fontes no espaço do Arquivo Público possibilita integrar o passado com a didática do ensino de História, como laboratórios de experiências da vida prática no tempo, esse constituindo uma *auto identidade histórica*, termo cunhado por Bergmann (1985, p.37), consistente dos e nos estudantes.

Segundo Rüsen (2001), a compreensão das operações da consciência histórica está relacionada, de certa forma, ao entendimento de uma "teoria da historicidade da orientação da existência humana", Rüsen (2001, p. 78). Em outras

palavras, ele acredita que a consciência histórica não é resultado de uma escolha individual, mas algo inerente à condição humana de forma universal.

Rubem Alves complementa que os seres Humanos são dotados de consciência, com uma finalidade, seja ela necessária para a reflexão ou mesmo que envolva paixões. Reforçando a ideia Russeniana, a consciência histórica tem suas raízes na historicidade presente na vida prática dos seres humanos. Retomando o início do capítulo, reforça-se a ação como força motriz do ser humano na constituição da História e

> Que os homens tenham consciência da história baseia-se, afinal, no fato de que seu próprio agir é histórico. Como usam intencionalidade, os homens inserem, pois, seu tempo interno (...) no contato com a natureza externa, na confrontação com as condições e as circunstancias de seu agir, nas suas relações com os demais homens e com si mesmos. Com isso, o agir humano é, em seu cerne, histórico. E 'histórico' significa aqui, simplesmente que o processo temporal do agir humano pode ser entendido, por princípio, como não natural, ou seja: um processo que supera sempre os limites do tempo natural. (Rüsen , 2001, p. 79).

Nesse sentido da ação, Rubem Alves complementa com uma visão humanista como a consciência do ser humano a partir, da antropologia do corpo que é uma abordagem sensível e poética, evocando a relação entre o corpo humano e as questões existenciais, culturais e espirituais. Pensar é ação não materializada, assim como a *consciência histórica* é inerente do ser humano, parte do seu corpo.

Para isso, na visão alvesiana, o corpo é mais do que uma estrutura física; é uma expressão de nossa identidade e uma forma de estar no mundo. Ele nos convida a olhar para o corpo como uma fonte de conhecimento e sabedoria, capaz de nos revelar aspectos profundos da nossa condição humana, destacando a importância de resgatar a dimensão sensível do corpo, muitas vezes negligenciada pela racionalidade moderna. E nesse cenário, reconhecer a importância dos sentidos, das sensações e das emoções como formas de acesso ao conhecimento e à compreensão de nós mesmos e do mundo ao nosso redor, ele explica que,

> Com efeito, a consciência é o enredo dessa história. É a maneira pela qual organizamos as memórias. Quando olhamos para trás, descobrimos que o nosso passado não é uma sucessão indiferenciada de eventos. Há regiões de claridade e de sombras, de orgulho e de vergonha, de prazer e de dor. (Alves, 1987, p. 58).

Esse trecho, permite inferir uma visão sensível de se abordar a temática do Regime Civil Militar Brasileiro, sobretudo com foco no Espírito Santo, pois as fontes

existentes que podem ser trabalhadas pelos estudantes, no Apees, são repletas de sentimentos e sentidos que devem ser analisadas e vivenciadas por quem está praticando a ação de análise crítica dessa documentação e aguçar a dor e angústia por meio dos documentos preservados e produzidos, também como o sentimento de resistência vivenciado pelos estudantes partícipes dos movimentos estudantis à época.

Rubem Alves nos convida a olhar para além da superficialidade física e a compreender o corpo como um território rico em significados, sensações e possibilidades. É um convite para reconectar-nos com nossa corporeidade, valorizando a dimensão sensível, a diversidade cultural e a espiritualidade que habita em nós. Essa abordagem nos convida a redescobrir e respeitar o corpo como uma expressão única de nossa existência humana, atrelado à memória, sua produção e preservação.

Em consonância com Alves (1987), quem faz relações históricas e possui consciência enquanto característica inata do ser é o corpo, por isso a escolha do diálogo com a presente pesquisa, pois, nas Ciências Humanas, o que é objeto de pesquisa é o ser humano e sua capacidade de se relacionar, e completa que

> A consciência da significação apenas ocorre quando sentimos que a realidade é uma expressão do coração e um instrumento para ele. Quando isto não acontece a personalidade se sente cercada por um mundo estranho e corre perigo de se precipitar no caos. (Alves, 1987, p.92).

No aspecto da sintonia entre ensino e história, Schmidt (2017) destaca que o processo de construção de sentidos, a partir do conhecimento que é produzido, tem relação profunda com o envolvimento do ser, uma preocupação intrinsecamente ligada à visão rüseniana, pois é a partir dos sentidos que as experiências do sujeito no tempo ganham significado e a vida humana passa a tecer ligações cognitivas de forma a aproximar o indivíduo à sua prática.

Um documento é uma produção, resultado da capacidade do ser humano em materializar um pensamento entre passado, presente e futuro, imbuído de subjetividade e objetivo. Por isso que a *Consciência Histórica* está atrelada à memória histórica, porque é no tempo que as ações ganham significado e servem de guia para compreensão da existência e seu contexto, Rüsen (2011).

Até aqui, observou-se a relação entre Alves e Rüsen como suporte para o entendimento do processo didático, dos usos das fontes históricas presentes no

Apees, a partir da experiência dos estudantes. Rüsen está preocupado com os usos das fontes históricas para a constituição do aprendizado, da manifestação da *Consciência Histórica*, e complementa Alves, que defende que só é possível porque existe a matéria, o corpo humano. E como o corpo do ser humano é repleto de sensibilidades, essas estão atreladas à *Consciência Histórica*.

Ambos autores se complementam e é possível constatar quando o ser humano é colocado no centro do aprendizado: é através da experiência vivida, do contato com a vida prática. Por isso, justifica-se a preocupação de explorar as fontes históricas dentro do Apees, para além de uma simples visita técnica escolar. É a partir desse episódio que narrativas são criadas, reformuladas, deletadas ou desenvolvidas, uma vez que

> Aqueles que querem preservar o passado no presente fazem-no através do apoio dos velhos valores. Se a tarefa humana, pelo contrário, é preparar o novo, então que os velhos valores devem ser rompidos. (Alves, 1987, p.106).

Como a narrativa histórica é um dos elementos centrais na construção e compreensão do conhecimento histórico, cabe destacar que Rüsen nos convida a refletir sobre o poder e a importância das narrativas na interpretação e na difusão da história.

Segundo Rüsen (2015), a história é contada e compreendida por meio de narrativas. É por meio dessas histórias que damos significado aos eventos passados, pois atribuímos sentido aos personagens históricos e construímos uma visão coesa e compreensível do passado. As narrativas históricas nos ajudam a conectar os fatos e a compreender os processos históricos, fornecendo uma estrutura e uma lógica para a história.

No entanto, Rüsen (2015) também nos alerta para a natureza subjetiva e interpretativa das narrativas históricas. Cada narrativa é influenciada pela perspectiva, pelas crenças e pelos valores de quem a escreve, por isso o destaque para leitura das fontes a partir do estudante e para o estudante, porque assim é possível estabelecer um diálogo de múltiplas perspectivas para uma compreensão abrangente e crítica do passado.

Outro aspecto destacado por Rüsen (2015) é a importância da coerência narrativa na compreensão da história. As narrativas históricas buscam criar uma sequência lógica de eventos, relacionando causas e consequências para que

possamos entender as relações entre os acontecimentos históricos. No entanto, devemos ter em mente que essa coerência narrativa não é uma representação exata da realidade histórica, mas sim uma construção interpretativa de um dado recorte temporal.

Em consonância com Alves (1987), Rüsen (2015) ressalta a relevância das emoções e dos sentimentos na narrativa histórica. Ele argumenta que as emoções podem desempenhar um papel significativo na nossa relação com o passado, influenciando nossas interpretações e nos conectando afetivamente com a história. As narrativas históricas que evocam emoções podem ser envolventes e impactantes, permitindo uma compreensão profunda e empática do passado.

A valorização do processo cognitivo do corpo por meio das sensibilidades humanas, imbuídas de sentimentos, nos remete a relacionar com a pedagogia do psicólogo e pedagogo francês Henri Wallon e que o processo de ensino é uma atividade essencial para a o desenvolvimento de conhecimentos e a formação dos indivíduos. Nesse contexto, a teoria pedagógica de Henri Wallon oferece contribuições importantes para compreendermos como ocorre o processo de aprendizagem e como promover um ensino significativo e efetivo, Wallon (1992).

Wallon (1992) estabelece a integração entre os aspectos biológicos, sociais e emocionais no processo de desenvolvimento humano. Sua abordagem enfatiza a importância do contexto social e afetivo na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo das crianças, consequentemente do ser humano.

Sob ótica de Walon (1992), infere-se que a aula de História, no espaço de produção de conhecimento, como o APEES, considera as emoções, os afetos e as interações sociais como elementos fundamentais na formação do conhecimento. Ele destaca a importância de criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, que valorize as relações interpessoais e estimule o interesse e a curiosidade dos estudantes, além do aspecto de proporcionar o desenvolvimento integral desse indivíduo.

A temática de analisar fontes históricas oriundas das manifestações estudantis também tem como pilar o desenvolvimento do cidadão crítico, um facilitador para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Rubem Alves (1987, p. 142) reforça que

> Sobrevivemos na medida em que somos capazes de interagir com o nosso meio ambiente natural através da mediação da sociedade à qual pertencemos. É esta complexa malha de relacionamentos que faz

> nascer a consciência, consciência que emerge da sociedade e reflete as suas condições presentes. Não importando que forma ela assuma, a nossa vida consciente é sempre um sintoma da situação existencial na qual ocorre a luta pela sobrevivência.

Integrada à sensibilidade humana, a narrativa histórica, como defendida por Jörn Rüsen, é uma forma essencial de compreensão e preservação da história. Ela nos permite dar sentido aos eventos passados, relacionar causas e consequências e criar uma conexão emocional com o passado. No entanto, devemos estar cientes da subjetividade das narrativas, buscar múltiplas perspectivas e questionar a coerência narrativa para uma compreensão mais crítica e abrangente do passado, não esquecendo de estabelecer diálogos com outras narrativas já estabelecidas.

Uma questão, que foi levantada durante a escrita do capítulo, foi que Rubem Alves escreveu seu livro *Gestação do Futuro*, resultado de sua tese de Doutorado, em 1969 (traduzida em 1987), enquanto Rüsen, na Alemanha, estava discorrendo sobre Didática da História e Teoria, no final dos anos 1990. Mesmo em espaços temporais diferentes, suas ideias se complementam, de forma contemporânea e efetiva, com semelhanças em suas narrativas.

Dado o exposto, com base na relação entre *Consciência Histórica* e *Aprendizagem das Sensibilidades*, buscou-se estabelecer uma reflexão da leitura de mundo a partir do ser humano e para o ser humano, o que facilita evocar para a discussão a própria *Consciência Histórica*, inata do ser humano, bem como a capacidade de poder mover ferramentas para compreender aquele presente vivido a partir do passado, que também foi vivido.

É interessante quando há o resgate dos sentidos, dos conhecimentos para uma leitura do mundo, do cotidiano a partir de descobertas, por isso, os usos das fontes históricas são facilitadores do processo de ensino e aprendizagem, pois significa trazer para o debate central da educação e do campo das humanidades a preocupação do indivíduo enquanto descobridor.

A educação estimula a leitura, como defendeu Alves (1987), imbuída de magia poética por apresentar narrativas, mas que, na pesquisa, preocupa-se em que os estudantes constituam suas percepções a partir da utilização e leitura das fontes históricas, fazendo paralelo com o conteúdo trabalhado em sala de aula, ou não, mas que facilite aos estudantes criar narrativas na vida prática, como defende Rüsen (2015).

5. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada na presente pesquisa é intervencionista, de caráter qualitativo, e está ligada, de modo interdisciplinar, à ecologia do saber.[19] Assim, para se atingir os objetivos da investigação proposta, os campos da História e Educação serão contribuintes para a dissertação. A articulação e reflexão dos conceitos de documento, educação patrimonial e arquivo formam a tríade da relação, produção e construção do ensino de História, de forma crítica e inclusiva.

O ensino de História permite aos estudantes interagir com as ferramentas de compreensão, dando condições e amplitude de sua percepção do mundo ao seu redor. Visitar um arquivo é trabalhar com o tempo vivido e ter contato com múltiplas fontes, permitindo ao educando que desvende o mundo de forma que aprender história tenha significado, servindo de complemento e suporte para o trabalho além da sala de aula.

Nesse contexto, como as fontes escritas, presentes no APEES, podem ser exploradas como ferramentas que possibilitam um diálogo entre o tempo vivido e o presente, servindo como um laboratório para experiências dos conteúdos estudados em sala de aula, na disciplina de História?

Para responder o problema de pesquisa, parte-se de uma hipótese, pautada por entender que os usos do Arquivo Público, para além de mera visita, permitem aos estudantes e professores estudarem história a partir da experiência com os documentos, no intuito de compreender que o conteúdo presente no livro didático é advindo de um lugar, um tempo e um espaço, ocupados por historiadores, antropólogos, arqueólogos e respeitando uma metodologia.

A projeção da pesquisa com a escrita dessa dissertação tem a preocupação em integrar teoria à prática, com a proposta do Caderno de Mediação, fortalecendo a necessidade da preservação da História e dos espaços que tem essa finalidade, como o APEES. Nesse sentido, a pesquisa poderá ser uma ferramenta facilitadora para que novos recortes temáticos possam ser explorados em uma visita ao APEES, indo além da Ditadura Civil Militar.

---

[19] A ecologia do saber é um termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, e se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento e traz para o debate a importância e contribuições de cada área do saber, para constituir o conhecimento e reflexão do ser humano no mundo. SANTOS, B. DE S.. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71–94, nov. 2007. : Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt. Acesso em 28 de jun. de 2022.

A linha de pesquisa, Práticas Educativas em Ensino de Humanidades, foi adotada para direcionar a hipótese de que há potencialidades no APEES para o ensino e aprendizagem em História, envolvendo memória, documento e o conhecimento do estudante sobre o mundo ao seu redor.

O percurso metodológico se realizou, *a priori*, por um levantamento das pesquisas que abordam a temática, para constituição da fundamentação teórica. A revisão de literatura, contida no Capítulo 2, é resultado do início desse percurso.

O segundo momento foi diagnosticar a relação do APEES com a comunidade escolar e foi aplicado um questionário, presente no Apêndice I, para o responsável pela mediação da visita, com o intuito de obter informações quanto os procedimentos e ações realizadas pelo APEES.

O terceiro momento foi a exposição do projeto, para fortalecer o diálogo do objeto da pesquisa à professora da escola, possibilitando contextualizar a atividade a ser realizada com os estudantes, destacando o estímulo dos usos de documentos escritos no ensino de História.

O quarto momento constitui-se na coleta de dados, por meio da proposta de atividade, que consistiu em levar a turma para visitação ao APEES:

1) A turma tomou ciência sobre a temática escolhida, que foram as Manifestações Estudantis durante o Regime Civil Militar no Brasil;
2) A turma acompanhou o mediador conforme roteiro do próprio APEES;
3) Foi solicitado ao mediador um *tour* pelo APEES para que os estudantes pudessem conhecer os espaços do órgão;
4) Após o *tour*, foi realizada a seleção dos documentos da DOPS, para que os estudantes possam analisar as fontes, conforme roteiro estabelecido, que integrou o Caderno de Mediação;
5) A turma foi dividida em grupos, que ficaram responsáveis em analisar uma fonte, que foi disponibilizada;
6) Cada grupo de estudantes receberam as questões relacionada ao documento, para ser respondida e discutida, conforme informações obtidas do documento analisado;
7) Após as atividades, a turma discutiu em conjunto a percepção das atividades, e por fim;
8) Procedeu-se ao preenchimento do questionário, presente no Apêndice II.

Vale destacar que o tema escolhido se deu em virtude da consonância com o objeto de pesquisa, bem como na tentativa de aproximar os estudantes ao contexto em que a coleção fora constituída, das manifestações estudantis e a perseguição desses durante o Regime Civil Militar, sobretudo no Espírito Santo.

Além do referencial teórico, Jörn Rüsen também foi tomado como base metodológica da realização da pesquisa. Por tratar a História como uma ciência, discorre sobre a pesquisa histórica, como resultado de uma metodologia e que

> O primeiro passo do pensamento histórico consiste em extrair perguntas das orientações temporais prévias da vida prática atual e do acervo de conhecimento histórico disponível – perguntas que poder ser postas à experiência histórica e respondidas a partir dela. (Rüsen, 2015, p.171).

A metodologia de pesquisa de Jörn Rüsen é caracterizada por uma abordagem interdisciplinar e reflexiva, que busca compreender a natureza e a construção do conhecimento histórico. Seu método combina elementos da filosofia, da hermenêutica e da teoria da história, que visa aprofundar a compreensão da relação entre passado, presente e futuro.

Uma das principais características da metodologia de pesquisa de Rüsen é a ênfase na reflexão crítica sobre a natureza da história e do conhecimento histórico. Ele defende que a história é uma construção humana, sujeita a interpretações e perspectivas diferentes e que é fundamental questionar as narrativas e abordagens dominantes.

Após escrever o Capítulo 2, percebi o desafio que foi utilizar o mesmo referencial teórico no metodológico, porque em alguns momentos parece que a pesquisa encaminhava mais para outra revisão bibliográfica do que metodológica. Mas essa aporia foi superada quando foi percebido que a metodologia rüseniana possui etapas e que ao analisar o quadro elaborado pelo autor, percebi que esta dissertação atendeu às operações metodológicas defendidas na pesquisa histórica, conforme apresentado no Quadro 4 , extraído do livro Teoria da História: uma teoria da história como ciência, Rüsen (2015, p.188).

Quadro 4: Esquema das operações metódicas da pesquisa histórica

Métodos	Operações	Regulação, critérios
Heurística I	Elaboração de perguntas que apreendam determinado campo da experiência histórica	Inovação com respeito
Heurística II	Achar, identificar e apreender a documentação do acontecimento no passado, pertinente à pergunta	Nova apreensão de fontes conhecidas, obtenção de novas fontes.
Heurística III	Distinção entre tradição e vestígio como qualidade da manifestação de acontecimento passado	Separação entre determinação de sentido e facticidade.
Crítica	Obtenção de informações controláveis sobre o acontecimento do passado na documentação presente; Crítica externa das fontes: controle de autenticidade; descoberta de falsificações; Crítica Interna das fontes: controle da confiabilidade do conteúdo informativo das fontes	Constatação de fatos com auxílio de ciências especializadas (ciências auxiliares); Autenticação de origem, contemporaneidade da linguagem, etc; Proximidade temporal, possibilidade objetiva, compatibilidade com o acervo de saber.
Interpretação	Conectar os fatos obtidos criticamente em sequência temporais narráveis e capazes de explicar	Teorização de representações de sequencias temporais; critérios reflexivos de significância.

Fonte: Rüsen (2015, p. 188)

Para alcançar nosso objetivo, foram considerados os métodos e operações descritas por Rüsen (2015), pois a pesquisa:

1) Parte de uma indagação, observação com a identificação do objeto a ser pesquisado;
2) Escolha do recorte temático para apreensão da documentação pertinente à pergunta;
3) Relação entre o passado e o presente, por meio da percepção dos estudantes ao fazerem o uso da fonte histórica previamente selecionada como ponto de constituição de narrativas;
4) Interpretação, relacionando os dados obtidos por meio dos questionários respondidos pelos estudantes participantes da pesquisa.

Como Rüsen propõe a análise hermenêutica como um dos principais métodos de investigação, este método tem como objetivo central a busca pela compreensão

das interpretações históricas, considerando o contexto em que foi produzido. Isso implica em uma análise crítica das fontes históricas, bem como das teorias e das narrativas que as permeiam, como realizados nos Capítulos 1 e 2 .

Outro aspecto importante da metodologia de pesquisa de Rüsen é a compreensão da história como uma construção narrativa. Ele argumenta que as narrativas históricas são fundamentais para a compreensão e a interpretação do passado, mas devem ser abordadas de forma crítica.

Rüsen propõe a análise das estruturas narrativas, dos elementos simbólicos e das relações de poder presentes nas narrativas históricas. Esse aspecto foi discutido no subtópico deste capítulo, intitulado questionário diagnóstico – experiência e resultados, após a realização da pesquisa de campo, que contou com um caderno de bordo, responsável pelas anotações das observações.

Antes de iniciar a pesquisa com os estudantes, foi necessário aplicar um questionário fundamentado em entrevista individual, presente no Apêndice I, realizada por meio de questões semiestruturadas ao mediador que recebe as turmas que visitam o APEES, previamente, até mesmo para ouvir quais são suas dificuldades e sucessos quando aborda as temáticas juntamente com as fontes por ele utilizadas.

Afinal, observar quais percalços são desenvolvidos pelo mediador foi fundamental para a elaboração do caderno de mediação, na tentativa de possibilitar aos estudantes terem contato e fazerem análise de fontes, contornando uma posição passiva de meros expectadores.

Em complemento, por se tratar de uma pesquisa intervencionista, é indissociável a pesquisa de campo, pois é o momento de levantamento dos dados, que Lakatos e Marconi (2003, p.186) objetivam como

> [...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para a qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presume relevantes, para analisá-los.

Por fim, após leituras de referenciais teóricos, entrevista com o responsável pela mediação das visitas guiadas no APEES e os dados coletados através do questionário respondido pelos estudantes, foi realizada a interpretação desses dados, com base na metodologia de Rüsen (2015), que implica na interpretação e conexão

dos dados obtidos e relacionando-os com as reflexões propostas pelos referenciais teóricos.

5.1 Arquivo Público e a Comunidade Escolar – Diagnóstico

A primeira parte da pesquisa de campo se deu, *a priori*, pela disponibilização do formulário diagnóstico, por e-mail, ao mediador do APEES, responsável pela condução da visita e recepção dos estudantes. O Formulário foi disponibilizado via *Google Forms*, contendo 9 questões abertas, conforme Apêndice I.

O objetivo do diagnóstico foi coletar as percepções do mediador, para entendimento do contexto de como esse espaço é utilizado pela comunidade escolar.

Conforme respostas obtidas pelo formulário, cerca de 25 (vinte e cinco) visitas de escolas da Educação básica (Ensinos Fundamental II e Médio), são realizadas anualmente no APEES. Considerando que a Rede Pública do Espírito Santo possui 892[20] escolas (Anos Finais e Ensino Médio), podemos inferir que o quantitativo de visitas é pouco expressivo.

Ainda, foi informado que o APEES recebe estudantes e professores dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior, e as atividades desenvolvidas com os estudantes são: apresentação da instituição, histórico e missão, além de mostrar as fontes primárias sob guarda da instituição, tais como: plantas, mapas, fotografias, microfilmes, documentos textuais dos séculos XIX e XX. Em média, uma visita tem duração de 60 minutos.

Durante as visitas, os estudantes têm acesso aos seguintes espaços do APEES : sala de consulta, biblioteca, exposições e leitora de microfilme. Sobre acesso ao acervo, o mediador destacou que, durante a visita, seleciona um documento do acervo para apresentar aos estudantes.

Sobre a disponibilização de materiais didáticos para trabalhar com os estudantes, foi constatado que o APEES não a realiza. Porém, o mediador destacou a necessidade da criação de um subgerência específica voltada à ação educativa, com contratação de profissionais como professores e pedagogos, como sugestão de medidas que poderiam ser implementadas para ampliar e fortalecer a interação do órgão público com a comunidade escolar.

---

[20] Conforme Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Disponível em: https://paineldecontrole.tcees.tc.br/areasTematicas/Educacao-VisaoGeral Acesso em 4 de abr. 2024.

Por fim, mesmo que o APEES não possui uma iniciativa para realizar atividades didáticas, utilizando fontes documentais do seu acervo com os estudantes, algumas ações se destacam para aproximar a sociedade, como forma de integração, tais como visitas guiadas, publicação de livros da coleção Canaã, Revista do APEES e postagens nas redes sociais.

Na culminância desta dissertação de mestrado, será entregue ao APEES um Caderno de Mediação com atividades potencializadoras para utilização de professores e/ou pelo mediador do arquivo, como propostas para as futuras visitas.

No que tange ao Caderno de Mediação confeccionado, a utilização de fontes documentais para o ensino de História tem por objetivo aproximar os professores e estudantes sobre o ofício do historiador e abrir espaço para discussão de como é produzido o conhecimento histórico que está nos livros didáticos de história.

5.2 Os acasos da Pesquisa

Apesar das respostas positivas quanto levar uma turma do 3º do ensino médio de uma escola estadual da cidade de Vitória, por parte do APEES e também da professora que aceitou colaborar com a presente pesquisa, a trajetória para iniciar com a pesquisa de campo foi cheia de desencontros.

O primeiro se deu em virtude da alta demanda[21] de visitas escolares ao APEES no mês de outubro de 2023, que inclusive tínhamos acordado, *a priori*, dia 27 de outubro, o que não ocorreu.

No mês de novembro de 2023 fui informado pela professora da escola que os estudantes estavam com bastante tarefas institucionais, como realização das Provas Brasil, do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e do Exame Nacional do Ensino Médio. Dado o contexto ficou inviável realizar a atividade de campo.

Novamente, no mês de dezembro fomos surpreendidos pela ausência de muitos estudantes; especulamos que, por ser final de ano, alguns já começavam a antecipar suas férias. O ano letivo de 2023, teve como último dia letivo, 14 de

[21] O APEES recebe, em média, duas visitas por mês e com turmas reduzidas, de no máximo 15 estudantes.

dezembro, conforme calendário oficial, da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.[22]

Nesse tempo, aproveitamos os meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024 para selecionar as fontes que seriam utilizadas para compor o Caderno de Mediação, além da escrita de um artigo científico[23].

Entretanto, ao final do mês de janeiro de 2024, entrei em contato com o APEES para marcar uma nova visita com os estudantes, mas fomos surpreendidos, pois a sala de consulta e atendimento estava passando por reformas, e estava interditada até meados do mês de março.

Entrei em contato novamente com o APEES, para marcar uma visita para o dia 27 de março, e mais uma vez, fui surpreendido com a agenda completa para atendimento escolar.

Depois dos acasos descritos, finalmente conseguimos marcar uma data para a ida dos estudantes ao APEES e realizamos a atividade, que ocorreu em 3 de abril de 2024.

5.3 Análise do acervo e seleção de documentos

A seleção e organização dos documentos foram importantes para compor a atividade em grupo, no dia da visita da turma ao APEES, e ao mesmo tempo, os demais documentos que compõem o Caderno de Mediação.

No primeiro momento, foram analisadas 4.581 páginas digitalizadas, do Fundo da DOPS, das subséries 1 - Encontros Nacionais de Estudantes, 3 - Investigação de professores, estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico no Espírito Santo e 4 – Universidade Federal do Espírito Santo.

A análise se deu com a observação dos conteúdos presentes nos dossiês, a fim de selecionar documentos que aproximassem o contexto dos estudantes com o teor, por exemplo, do cotidiano estudantil da época, onde todos eram vigiados. Foram selecionados 10 documentos, conforme Apêndice V, que estão contextualizados conforme conteúdo, após leitura dos mesmos.

---

[22] Calendário disponível na íntegra em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Ensino%20Regular.pdf. (Acesso em 19 de janeiro de 2024)

[23] Artigo publicado em março de 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/analise-de-discurso-perseguicao-a-ideologia-comunista-na-luta-por-direitos-trabalhistas-sob-o-governo-jk-1956/. (Acesso em 26 de abril de 2024)

Entre esses, há um pedido de busca e investigação de estudantes que estavam com viagem marcada para Belém do Pará, para participação do Encontro Científico de Estudantes de Medicina.

Há uma Ordem de Serviço, solicitando investigação de um “possível Movimento Estudantil”, envolvendo estudantes das Universidades Federais do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia. Um panfleto elaborado pelos estudantes do Diretório Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) à época, como parte de provas do dossiê de investigação dos estudantes que organizaram o III Encontro Nacional de Estudantes também foi selecionado para compor esta pesquisa.

Em seguida, uma capa do Jornal do campus de São Carlos, da (Universidade de São Paulo (USP), “O Caaso”, que foi anexado ao processo de investigação do IV Encontro Nacional de Estudantes, no qual estudantes da Ufes iriam participar. E se tratando de uma circular, endereçada aos Governadores, um dos documentos é um anexo que compõe uma investigação de manifestação do Encontro Nacional dos Estudantes.

Ainda parte das manifestações dos estudantes a nível nacional, consta uma listagem de alunos punidos por não cumprirem o Decreto Lei Nº 477/1969 (Brasil, 1969). Na sequência, tem outro relatório, resultado de uma determinação, para investigarem o Ato Cultural pela retomada da Casa do Estudante Capixaba e pela Reconstrução da União Estadual de Estudantes.

Há uma ordem de serviço e relatório de investigação da professora “Maria”, que foi denominada como “adepta fanática do PCB”.

Em seguida, foi selecionada uma carta à população, escrita pelos estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, apresentando suas lutas e reivindicações pela Educação.

Por fim, consta uma solicitação de autorização dos estudantes de engenharia endereçada ao diretor da DOPS/ES para realizarem um Trote dos Calouros de Engenharia, de 1975.

Após seleção dos documentos, criamos o roteiro que foi utilizado na visita ao APEES, com as etapas da proposta, conforme Apêndice III.

As perguntas aos documentos foram elaboradas com o objetivo de instigar e contextualizar os estudantes ao período do Regime Civil Militar no Espírito Santo, assim como integrar tecnologia, porque determinadas perguntas necessitavam de

uma pesquisa utilizando a internet. No Apêndice IV constam as perguntas elaboradas aos documentos utilizados na atividade.

Antes da realização da visita em si, fui à escola para entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos estudantes, conforme modelo contido no Apêndice VI. Conversei com eles sobre a pesquisa, sobre o formulário que eles iriam preencher após a visita e realização da atividade com os documentos no APEES, destacando que os dados coletados são tratados de forma sigilosa, preservando a identidade de cada participante. Apresentei, brevemente, o contexto da Ditadura Civil Militar, destacando que no dia 1º de abril de 2024, havia completado 60 anos do Golpe Civil Militar, que instaurou o Regime.

A escola pesquisada está situada no centro de Vitória, pertencente à rede pública estadual. A turma escolhida para fazer parte da pesquisa é composta por 17 estudantes.

5.4 A sala de aula vai ao Arquivo – Visita Guiada

A visita dos estudantes ao APEES aconteceu no dia 3 de abril de 2024, depois de tantos acasos, conforme relatado. A Escola Estadual fica a 600 metros[24] do APEES, e foi escolhida para a pesquisa devido à facilidade de deslocamento dos estudantes.

Fui acompanhado da professora de História, que me ajudou na tarefa de observar os estudantes e conduzi-los. Saímos da escola pontualmente às 15:51 da tarde e chegamos ao APEES às 16:01.

Nesse percurso, de 10 minutos de caminhada, muitos estudantes começaram a perguntar sobre edificações presentes no centro da Cidade de Vitória. Nesse contexto, a professora, prontamente parava para dar informações históricas, tais como “Aquele é o convento de São Francisco, edificação do século XVI” ou “Esse é o Viaduto Caramuru, construído em 1925”. Na figura 2, temos os estudantes caminhando sobre o viaduto citado.

---

[24] Considerando a trajetória do Google Maps: https://www.google.com.br/maps/dir/Escola+de+1%C2%BA+e+2%C2%BA+Graus+Maria+Ortiz+-+Rua+Francisco+Ara%C3%BAjo+-+Centro,+Vit%C3%B3ria+-+ES/APEES+%E2%80%93+Arquivo+P%C3%BAblico+do+Estado+do+Esp%C3%ADrito+Santo+-+Rua+Sete+de+Setembro+-+Centro,+Vit%C3%B3ria+-+ES/@-20.3189428,-40.340826,17z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0xb83db00eb730a3:0xb418772fc34f8a0d!2m2!1d-40.3401178!2d-20.3211884!1m5!1m1!1s0xb83da5afb7bd33:0xb9e5428c72111ff8!2m2!1d-40.3375264!2d-20.3167057!3e2?entry=ttu (Acesso em 16/04/2024)

Figura 2: Estudantes caminhando

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Quase chegando ao APEES, uma estudante disse aos outros colegas, “venho para a escola todos os dias, e nunca tinha vindo aqui na Rua Sete [Sete de Setembro], ouço muito falar dela.” Nesse momento, fiz um paralelo com o conceito de consciência histórica, sobretudo da relação entre a experiência real do tempo, às intenções e às expectativas humanas, conforme Rüsen (2010) defende.

Ao chegarmos ao APEES, fomos direcionados ao hall principal e nele recebidos pelo mediador, que se apresentou e iniciou a visita guiada, expondo o roteiro, de forma oral e destacando a história da instituição e seu papel social para o Espírito Santo.

Após apresentação, o mediador explanou sobre o prédio, contou sobre seu histórico, rupturas e permanências até chegar aos tempos atuais. Os estudantes, aparentemente, estavam se ambientando com a narrativa.

Em seguida, eles foram desafiados a observarem uma imagem presente no painel do APEES, e através dele, o mediador começou a fazer perguntas, que de forma tímida foi respondida por alguns estudantes, conforme figura 3. Nesse

momento, eu e a professora, fizemos uma intervenção sobre a importância das imagens para a construção do saber histórico e das identidades das populações.

Figura 3: Estudantes no hall de entrada do APEES

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Na sequência, foram apresentados alguns cordéis que faziam parte da exposição que estava acontecendo. Mas como o foco não era a exposição em si, conversamos com o mediador para não aprofundar as falas sobre, mas destacou ao grupo que a visita era gratuita e que qualquer cidadão poderia apreciar.

Em seguida, os estudantes foram direcionados a outro painel, contendo uma fotografia de um bonde, que trafegava à Rua Sete de Setembro, na década de 1940, como mostra a figura 4.

Figura 4: Estudantes reunidos próximo ao painel do bonde de 1940

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

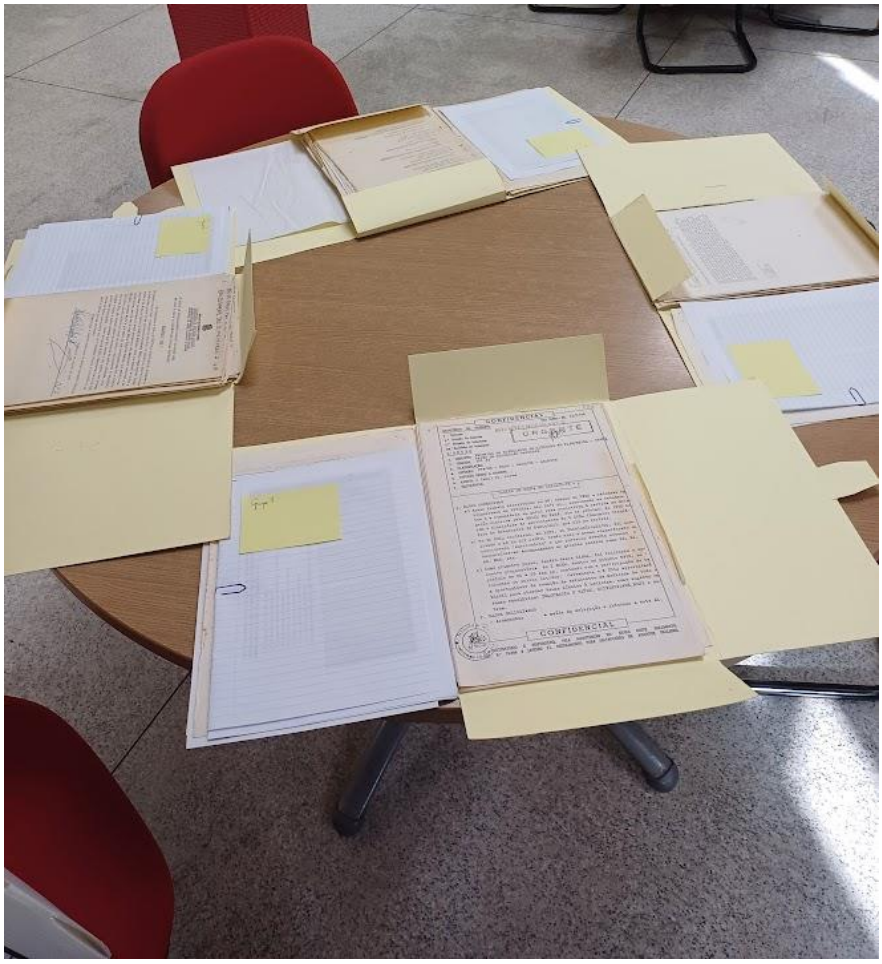
O mediador elencou diversas questões sobre a mobilidade das pessoas na época, assim como vestimentas e a explicação de um ditado popular, “você está pegando o bonde andando”, se referindo a uma conversa que uma pessoa tem com outra e uma terceira acha que sabe sobre o assunto da conversa.

Durante essa apresentação, os estudantes começaram a fazer perguntas tais como, “E a passagem, era cobrada como?” ou “Quem controla o bonde?”. Além das perguntas refletidas em grupo, aproveitei para contextualizar sobre o fim dos bondes nas cidades, principalmente com o advento da política rodoviarista, implementada pelo governo de Juscelino Kubitschek, no fim da década de 1950.

Posteriormente, o grupo foi encaminhado para uma mesa redonda, composta por documentos, pertencentes as caixas 18 e 19, do Fundo DOPS/ES, selecionados pelo pesquisador, previamente, onde estavam os documentos originais, que seriam utilizados na atividade, conforme mostra a figura 5. Optamos por deixá-los expostos, devido ao aviso dos servidores do APEES que não seria possível que os estudantes

manejassem os materiais, para preservar a integridade documental. Com isso, tiramos cópias dos documentos, que já possui acervo digitalizado.

Figura 5: Documentos originais



Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Antes da análise dos documentos, o mediador juntamente com a professora Mariana e eu, expusemos o contexto da produção daqueles documentos, como demostra a Figura 6. Muitos estudantes ficaram surpresos em saber que nos tempos da Regime Civil Militar, estudantes e professores eram vigiados.

Figura 6: Estudantes reunidos em torno dos documentos da DOPS/ES

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Nesse cenário, muitas perguntas foram elencadas pela turma, como “Por que os estudantes eram perseguidos?”; “É sério, estudantes de medicina foram perseguidos?”; “Alunos eram vigiados porque lutavam por seus direitos?”; “Será tem pessoas descritas nesse documento que estão vivas hoje?” ou “Por que tem documento com carimbo de confidencial?”.

Entre as perguntas evocadas pelos estudantes, refletíamos juntos à resposta. Dado o contexto de perguntas e reflexão em conjunto, Rüsen (2011) defende que a aprendizagem não está restrita ao ambiente escolar, mas como é importante relacioná-la com a vida prática, trazer para o contexto do estudante os documentos e instigá-los a analisarem por suas óticas.

Nesse aspecto das perguntas evocadas, é possível relacionar com o conceito de *Consciência Histórica*, que é a capacidade de compreender e atribuir significados aos eventos do passado, conforme defende Rüsen (2010). Observamos que é possível trazer o estudante para o centro da construção do conhecimento, que as preocupações dos estudantes de hoje sobre a constante vigilância da DOPS/ES sobre

a comunidade estudantil da época, aproxima realidades e resgata a dimensão sensível do corpo humano, como defendeu Alves (1987).

A partir dos documentos e seus contextos, indagações foram produzidas e, consequentemente, permitiu uma reflexão crítica e ação transformadora por meio da discussão em grupo. Possibilitou, também, a participação ativa dos estudantes, incentivando-os a identificar o ser humano em seu tempo, analisar cenários e consequências, contribuindo assim para um processo de ensino e aprendizado significativo.

Destacamos a importância do APEES na conservação do acervo, e o papel fundamental da instituição na preservação da memória capixaba, complementando com noções de arquivologia, mostramos aos estudantes como a documentação fica guardada nos acervos do órgão, conforme figura 7.

Figura 7: Demonstração de como os documentos ficam organizados

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Um ponto interessante de destaque, é que no momento da conversa com os estudantes, uma outra pessoa que estava ali no APEES pesquisando, se interessou pelo conteúdo, e pediu para poder expor suas ideias, porque ele tinha vivido à época do Regime. Inclusive, deixou uma provocação, no sentido de dizer “tá vendo aí, estudantes de medicina, engenharia, direito, cursos mais técnicos, também eram perseguidos pela Ditadura Militar, bastava ser estudante”, Participante X (2024).

Agradecemos a participação dele e prosseguimos com a visita. Ratifiquei que após o término do roteiro, voltaríamos para realização da atividade com os documentos.

Em seguida, o mediador mostrou aos estudantes as máquinas de microfilmagem. Ratificou que os jornais microfilmados representam uma valiosa fonte de informação para pesquisadores, historiadores e interessados em acessar o registro histórico de determinada época ou região.

A microfilmagem de jornais permite a preservação e conservação desses documentos de forma compacta e durável, facilitando o armazenamento e a consulta ao longo do tempo. Além disso, a digitalização posterior dos microfilmes amplia ainda o acesso, possibilitando a pesquisa remota e a análise detalhada de conteúdos que abrangem notícias, opiniões, eventos culturais, políticos e sociais, oferecendo assim uma rica perspectiva sobre o passado e suas conexões com o presente. Além de ser uma ferramenta de conservação do acervo físico.

Nas máquinas de microfilme, foram adicionados alguns jornais das décadas de 1920, 1930 e 1940. Ele pediu aos estudantes para manusearem o instrumento, e se atentarem às manchetes, datas, estrutura ortográfica das matérias, propagandas da época e, também, às imagens. A Figura 8 mostra um estudante manuseando uma máquina de microfilme, e lendo uma reportagem.

Figura 8: Estudante utilizando uma máquina de microfilme

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

No momento da experiência de utilização das máquinas de microfilmagem, observei que os estudantes tiravam fotos, compartilhavam nas redes e discutiam a forma de escrever da época. Nesse momento, falamos sobre anacronismo histórico, de modo a se atentar para não julgar o passado com os olhares do presente.

Destacamos que o anacronismo histórico, ao inserir elementos ou perspectivas temporais fora de seu contexto original, pode ser uma armadilha para a compreensão

do passado. Por um lado, quando interpretado de forma ingênua, pode distorcer a verdade histórica ao projetar valores, eventos ou ideias contemporâneas em períodos anteriores, obscurecendo as complexidades e especificidades de cada época.

No total, a visita guiada durou 50 minutos. Percebi que os estudantes foram receptivos e demonstraram estarem empolgados e curiosos. Fizeram muitas perguntas, elencaram observações sobre a narrativa exposta pelo mediador e entre eles, debateram perguntas que eram colocadas. Na sequência, iniciamos a atividade utilizando os documentos selecionados, da DOPS/ES.

5.5 A sala de aula vai ao Arquivo – Execução da atividade

Após a visita guiada, os estudantes foram encaminhados para a sala de consulta do APEES, onde estavam dispostas 5 mesas, e a turma dividida em 5 grupos. Foram distribuídos os documentos, com respectivas atividades, para leitura, interpretação e discussão. A atividade durou cerca de 35 minutos. Destacamos o uso do celular conectado à internet para pesquisa de contexto, como por exemplo “O que dispõe o Decreto Lei 477/1969?”.

Os estudantes estavam curiosos e fazendo diversas perguntas entre eles e pesquisando nos celulares. Perguntas como “O que é um educandário?” ou “O que é um centro acadêmico?” foram elencadas pela turma, e não ficando restritas ao grupo, conforme demonstra a Figura 9 esse momento de interação.

Figura 9: Discussão dos estudantes sobre um documento

Fonte: Acervo do pesquisador (2024).

Durante a atividade, observamos que os estudantes liam os documentos, e em alguns momentos observei afirmações do tipo: “Não é possível que estudantes foram perseguidos só porque queriam participar de um encontro nacional” ou “Como assim, uma professora foi investigada só porque tinha o nome de Maria?”.

Nesse contexto de indagações e afirmações vinda dos estudantes, é possível relacionar com o pilar defendido por Alves (1987), que o desenvolvimento de um cidadão crítico tem sua origem na interação com o meio ambiente e a sociedade, produtora de narrativas, influenciadora de consciência e como as emoções podem impactar o ser humano, quando esse faz a leitura do mundo.

Em consonância com Alves (1987) e Rüsen (2015), foi possível constatar que as narrativas são criadas a partir da leitura do indivíduo sobre o mundo e para o mundo, e que o conteúdo trabalhado em sala de aula tem relação com a prática, afinal, a narrativa histórica não surge de qualquer lugar, ela possui processo de constituição, subjetividades e interconexões com o meio social.

Terminada a atividade, os estudantes preencheram o formulário disponibilizado

na plataforma *Google Forms*, a fim de coletarmos as percepções dos estudantes sobre o APEES e a atividade com fontes documentais. O formulário consta no Apêndice II.

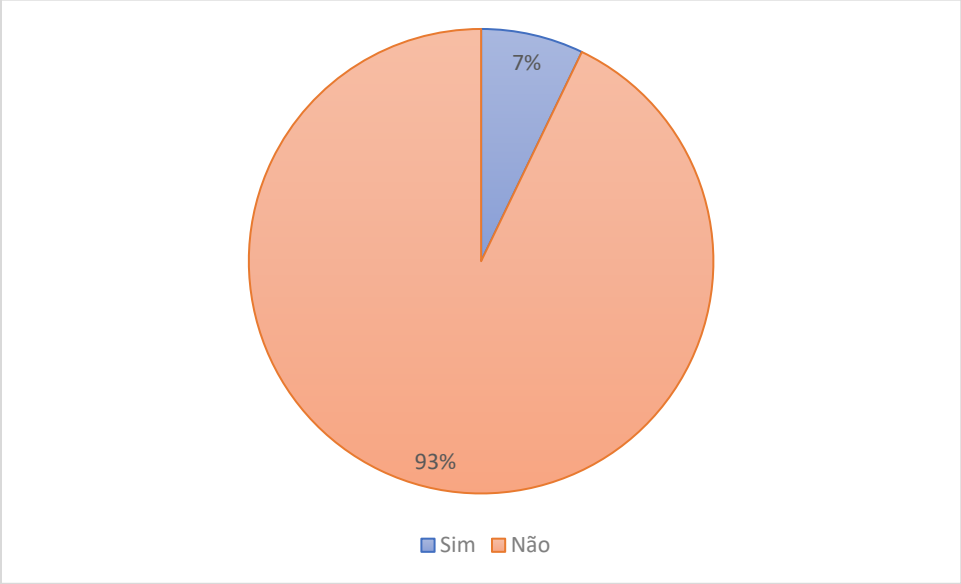
5.6 Questionário diagnóstico – Experiências e Resultados

O questionário proposto aos estudantes tinha como objetivo mapear as percepções sobre o Regime Civil Militar no Espírito Santo e, com isso, avaliar seus conhecimentos, opiniões e experiências em relação ao uso de fontes escritas, do fundo DOPS/ES, custodiadas pelo APEES.

O questionário é composto por 10 questões que explorou três eixos: Relação dos/das estudantes com o APEES; Experiências com as fontes documentais e a relação entre o conteúdo explorado e estudado em sala de aula. Participaram da pesquisa 16 estudantes, do Terceiro Ano do Ensino Médio, entretanto apenas 14 responderam.

O primeiro ponto que analisamos foi a relação entre os estudantes e o APEES. Quando questionados sobre se eles já conheciam o APEES, conforme o Gráfico 1[25], 93 % dos estudantes informaram que não conheciam.

Gráfico 1: Respostas dos alunos à questão de que se conheciam o APEES



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

[25] Para alcançarmos um valor exato para apresentação em quadros, optamos pelo arredondamento a partir da 2ª casa decimal.

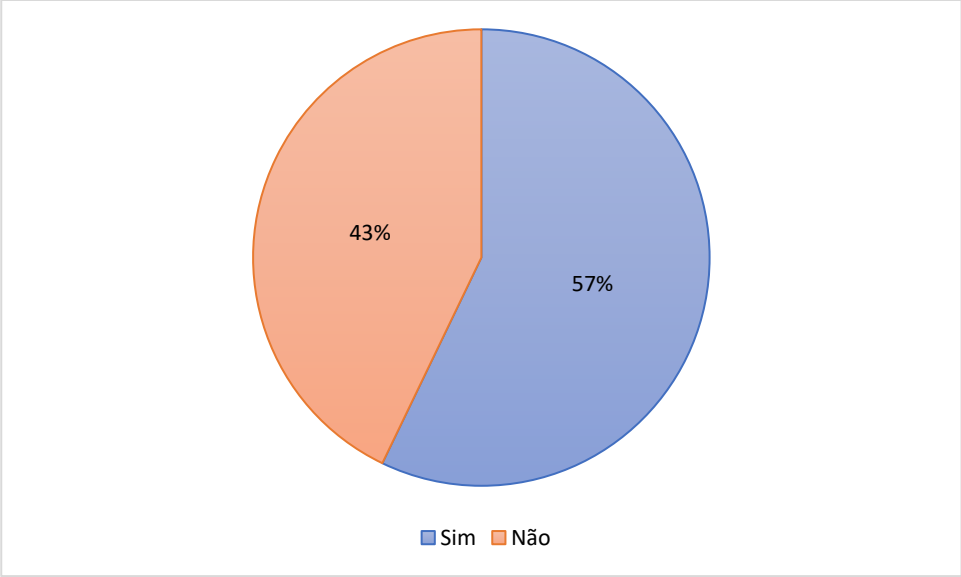
Considerando o dado, é fundamental que os estudantes adquiram familiaridade com o APEES, como parte integrante de sua formação escolar. O acesso a esses documentos históricos proporciona uma compreensão mais profunda da sociedade, política, cultura e economia ao longo do tempo.

Além disso, a análise crítica de fontes primárias presentes nos arquivos públicos capacita os estudantes a desenvolverem habilidades de pesquisa, interpretação e argumentação, fundamentais para a produção de conhecimento embasado e contextualmente relevante.

Assim, o contato com arquivos públicos não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também contribui para a preservação e difusão da memória coletiva e da história.

O Gráfico 2 apresenta os dados referentes ao conteúdo que exploramos na atividade prática, Regime Civil Militar, e 57% dos estudantes havia estudado.

Gráfico 2 : Respostas à questão se já haviam estudado o conteúdo sobre o Regime Civil Militar



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com base no dado apresentado, aproveitamos para investigar em qual lugar os estudantes que responderam “Sim”, aprenderam sobre o conteúdo e, de acordo com o Quadro 5, 75 % dos estudantes responderam que aprenderam na escola pública.

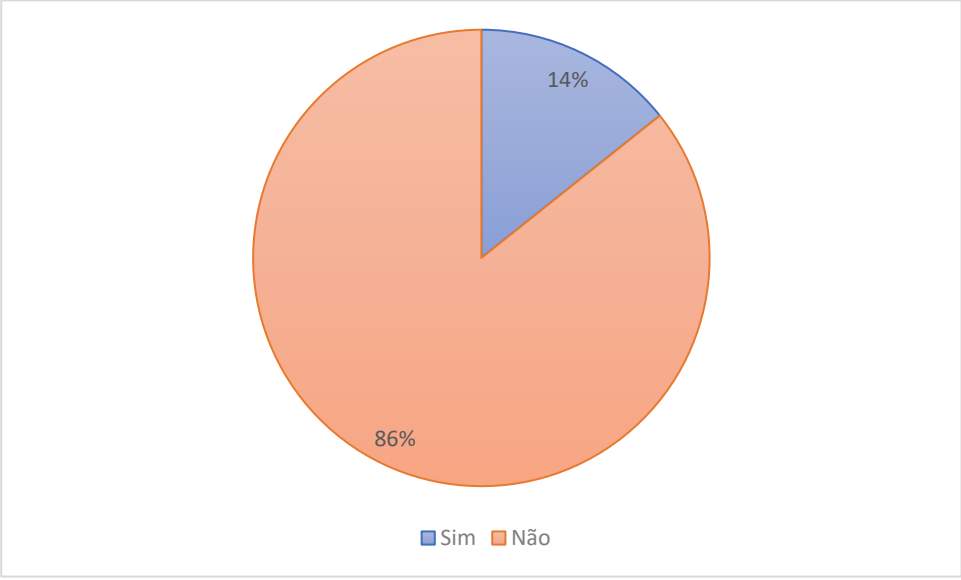
Quadro 5: Espaço onde os estudantes aprenderam o conteúdo de Regime Civil Militar

	Total	*%*
Escola Pública	**6**	**75**
Escola Privada	**0**	**0**
Youtube ou Internet	**1**	**12,5**
Individualmente	**1**	**12,5**
Cursinhos	**0**	**0**
Bibliotecas	**0**	**0**
Arquivo Público	**0**	**0**
Total de alunos	**8**	**100**

Fonte: Elaborado pelo autor. (2024)

Ao delimitarmos o conteúdo de Regime Civil Militar com ênfase no Espírito Santo, 86% dos estudantes afirmaram que não conheciam, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 : Respostas da questão acerca do conhecimento da História do Regime Civil Militar, com recorte para o Espírito Santo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse contexto, é possível inferir como o APEES é uma instituição importante para aproximar os estudantes da realidade à sua volta, pois o conteúdo estudado nos livros didáticos pode ser pesquisado, partindo do contexto onde o estudante vive, porque o Espírito Santo passou pelo período do Regime Civil Militar, com suas particularidades e narrativas.

Indagados sobre se estudar utilizando documentos históricos no APEES deixou a aula de história mais interessante, 100% dos estudantes responderam Sim. E tivemos como justificativa 5 destaques, escolhidos devido aos demais se aproximaram do estudante 2:

> “Ter uma aula no APEES aproximou a gente das fontes e dos eventos da história do Espírito Santo.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 1, 2024).
>
> “A aula no Arquivo permitiu entender como podemos pesquisar nos documentos.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 2, 2024).
>
> “No Arquivo foi possível perceber que a história pode ser pesquisada, de acordo com os documentos.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 3, 2024).
>
> “Gostei de estudar história no Arquivo porque discutimos sobre memória.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 4, 2024).
>
> “Interessante estudar história no APEES porque estudamos sobre a história do Espírito Santo” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 5, 2024).

Com base nas justificativas apresentadas pelos estudantes, é possível relacionar memória e construção do conhecimento histórico defendido por Rüsen (2015), o que resulta em afirmar que o APEES desempenha um papel fundamental no ensino de história.

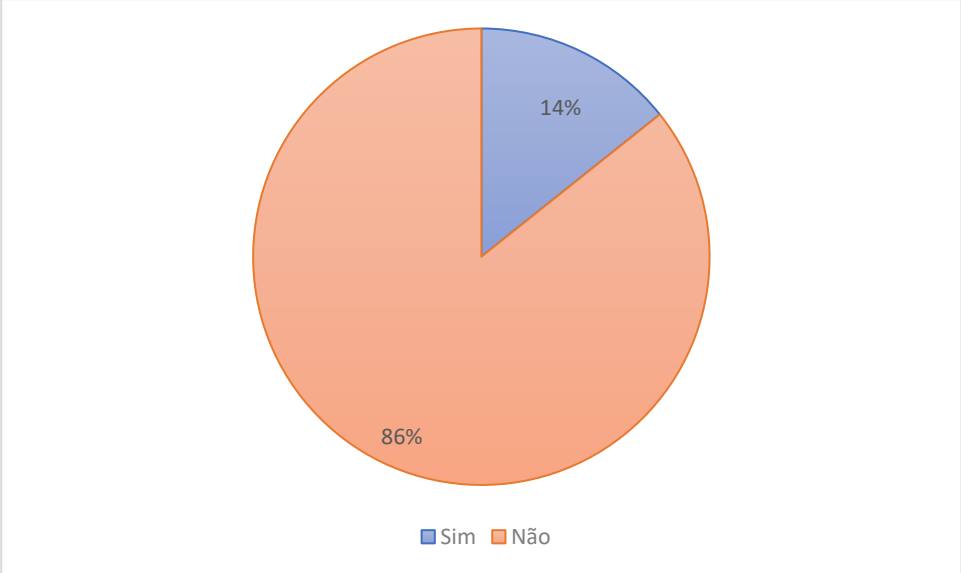
A memória, enquanto construção social e coletiva do passado, permite que as sociedades compreendam e interpretem suas experiências anteriores, tecendo suas identidades e visões de mundo. Nesse sentido, Alves (1987) destaca a importância do ser humano criar significados a partir de suas experiências e sensibilidades, ambos atuados pelo corpo.

Assim, o APEES atuou como mediador e facilitador do processo de ensino e aprendizagem, preservando registros e testemunhos que são fontes primárias essenciais para a pesquisa histórica. Ao acessar e analisar os materiais arquivados,

os estudantes têm a oportunidade de mergulhar nas narrativas históricas, desenvolver habilidades críticas de análise e contextualização, e construir uma compreensão crítica e informada do passado.

Sobre aproximação do conteúdo ao contexto dos estudantes, 86% deles revelaram que não sabiam que os estudantes secundaristas e universitários foram perseguidos pelo Regime Civil Militar no Espírito Santo, conforme demostrado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Respostas da questão relacionada ao conhecimento acerca da perseguição dos estudantes secundaristas (alunos do ensino médio) e universitários pelo Regime Civil Militar no Espírito Santo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Indagados sobre se a visita proporcionou compreender de onde vem o conteúdo de História estudado em sala de aula, todos responderam que sim. E justificaram com as seguintes respostas, ao que tange o ponto de vista ao analisar documentos históricos na íntegra:

> "[..] achei legal pq [porque] nunca tinha visto um documento antigo de verdade." (Trecho da resposta ao formulário do estudante 1, 2024).
>
> "Muito interessante ver de perto arquivos históricos que visam a jornada do Espírito Santo, e não só a parte da capital e estados famosos." (Trecho da resposta ao formulário do estudante 2, 2024).
>
> "[...] acho que tornou a aula mais dinâmica e ter um embasamento sobre o assunto, mesmo que básico. Acredito que é muito mais

> didáticos nós mesmos analisar [mos] os documentos presencialmente do que apenas pela teoria.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 3, 2024).
>
> “[..] analisar documentos históricos é sempre muito interessante e divertido.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 4, 2024).
>
> “Achei muito divertido e interessante estudar dessa forma.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 5, 2024).
>
> “Achei super interessante e intrigante, me fez ter interesse em descobrir sobre o conteúdo e os instrutores foram bastante inclusivos e animados.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 6, 2024).

Observamos que o uso de documentos enriquece o aprendizado, tornando-o mais tangível e significativo, e também estimula a curiosidade, o pensamento questionador e a capacidade de reconstruir narrativas históricas de forma mais autêntica e contextualizada. Rüsen (2010) evoca que, por meio da investigação, é possível potencializar o processo de ensino e aprendizagem de história, onde o estudante é o autor da narrativa dentro da sociedade.

Solicitamos que descrevessem 3 palavras-chave sobre o APEES e o conteúdo estudado, presentes no documento da atividade realizada na visita, pelo respectivo grupo. As respostas do formulário possibilitaram constituir a Figura 10, com as palavras-chave evocadas pelos estudantes. Importante lembrar que destacamos apenas as palavras que mais se repetiram.

Figura 10: Palavras-chaves descritas pelos estudantes

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao que tange o uso dos documentos como ferramenta que facilita a construção do conhecimento histórico, os estudantes escreveram as seguintes justificativas:

> “[...] porque assim o conteúdo é entendido mais facilmente.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 1, 2024).
>
> “[..] pois se torna mais compreensível quando a história é sobre o local que você nasceu.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 2, 2024).
>
> “[...] pois temos contato direto com a fonte histórica.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 3, 2024).
>
> “[...] acabamos aprendendo mais sobre o assunto por conta das dúvidas, fatos e curiosidades que podem vir com o assunto.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 4, 2024).
>
> “[...] conhecendo as fontes históricas diretamente, aprendemos mais Sim, tudo foi muito bem explicado e ajudou bastante.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 6, 2024).
>
> “[...] me deu curiosidade para acompanhar o conteúdo.” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 9, 2024).

Das justificativas apresentadas, os trechos dos estudantes 2 e 4 nos permitem fazer uma inferência e paralelo com Rüsen (2010) e Alves (1987), visto que ambos defendem que, quando o conteúdo é apresentado, o lugar, enquanto meio ambiente do ser humano que está aprendendo, tem importância no processo de aprendizagem, afinal há sensibilidades envolvidas.

Portanto, a leitura do mundo tem e ganha um significado para o ser humano, com desenvolvimento de habilidades de pesquisa, interpretação e contextualização, fundamentais para compreensão do conceito de *Consciência Histórica*.

A última questão do formulário solicitava aos estudantes escreverem sua percepção da experiência no APEES e a importância dos documentos estarem guardados e disponíveis para consulta da população em geral. Na maioria das respostas, eles consideraram que aprender história nesse espaço instigou a curiosidade e foi “mais legal”, complementando ainda que, com as fontes, é possível acessar o passado e compreender o presente. A estudante 2, escreveu que

> Significa muito ter arquivos guardada da nossa história, inclusive se torna memorável para aqueles que viveram nessa época. De grande importância se torna arquivar essas fontes pois precisamos conhecer nossa história, para reconhecer a evolução do nosso país. .” (Trecho da resposta ao formulário do estudante 2, 2024).

Dessa forma, falar de experiência é relacionar corpo, sensibilidades e consciência humana, no processo de aquisição e construção de conhecimento, defendidos por Rüsen (2010) e Alves (1987). A experiência no APEES foi fundamental para constituição de narrativas e sentimentos, sejam eles curiosidades, medo, repulsa e indignação, como observado na visita dos estudantes.

A análise enfatizou o papel dos documentos escritos como fontes didático-metodológicas no ensino de História. Por meio da investigação detalhada das práticas pedagógicas baseadas em documentos arquivísticos, destacou-se a importância desses recursos na construção do conhecimento histórico pelos estudantes. Os resultados apontaram para uma abordagem dinâmica e participativa no processo de aprendizagem, evidenciando a construção de conhecimentos e narrativas que os documentos de arquivo podem agregar ao ensino de História.

Uma outra reflexão é que os estudantes perceberam que é fundamental para a compreensão e preservação da história do Espírito Santo a missão do APEES. A disponibilidade dos documentos para consulta da população em geral não apenas enriquece o conhecimento coletivo, mas também fortalece o senso de identidade e pertencimento das pessoas à sua comunidade e herança cultural e social.

Além disso, a preservação desses documentos é essencial para garantir o legado de informações às futuras gerações, contribuindo para aguçar a *consciência histórica*. O acesso aos arquivos públicos não só possibilita a pesquisa e o aprendizado, mas também promove uma maior valorização e proteção do patrimônio documental, resguardando a memória coletiva e possibilitando ser espaço de educação para a disciplina de história.

Portanto, os resultados obtidos com o desenvolvimento dessa pesquisa possibilitaram demonstrar as potencialidades do APEES como laboratório para a escola, sobretudo para o ensino de História, com destaque para as experiências vividas e aguçadas pela visita e uso das fontes escritas. A presente análise de resultados deu subsídios para a elaboração do Caderno de Mediação como produto educacional, o qual é apresentado na seção seguinte.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

A partir da atividade desenvolvida com os estudantes, descrita na metodologia, foi elaborado, com base no acervo do APEES, um Caderno de mediação como produto educacional, contendo 10 documentos, do dossiê DOPS, seguidos de questionários, que tem por objetivo estimular os estudantes a discutir e refletir a temática do Regime Militar Brasileiro, no Espírito Santo. Os documentos selecionados constam no Apêndice V.

Para que o contexto dos documentos analisados fosse levado em consideração, optamos por explorar o conceito de *documentos* no caderno de mediação, acrescentando exemplos de documentos históricos e destacar a importância deles para compreensão da história do país.

Para tornar a temática do Caderno de Mediação mais próxima do ensino de história, incluímos perguntas que exploram o uso das fontes primárias com os estudantes. A principal vantagem de se trabalhar com fontes primárias do APEES é a multiplicidade dos documentos dos acervos. Considerando que o trabalho com fontes é enfatizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), optamos por explorar o acervo da DOPS/ES.

Conforme resposta dos estudantes, ao que tange o uso dos documentos como ferramenta que facilita a construção do conhecimento histórico, os estudantes destacaram, favoravelmente, que a aula e a visita ao APEES enriqueceram o aprendizado de História.

Desenvolvemos um roteiro de atividade, como sugestão de aula, utilizando fontes documentais e integração de uma visita ao APEES com a aula de história, que está presente no Caderno de Mediação. Lembrando que ele é apenas sugestivo ao professor.

Importante destacar que Caderno de Mediação não é um produto finalizado, mas sim um provocador para confecção de novos cadernos, com temáticas distintas, a depender do tema que pode ser abordado pela professora ou professor de História, e de livre escolha.

6.1 Metodologia de Ensino

A discussão da teoria com a metodologia de ensino utilizada no Caderno de Mediação, contendo 10 documentos históricos do período da Ditadura Militar no

Espírito Santo, extraídos do Fundo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), custodiados pelo APEES, estabelece-se por definição de documento histórico, o pensamento de Jacques Le Goff, importante historiador da escola dos Annales[26]. Para ele, documento histórico é:

> [...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio" (Le Goff, 2003, p. 538).

A citação leva à reflexão de que um documento histórico não é neutro. Da produção à sua finalidade, deve-se considerar o agente e seu contexto histórico ao qual foi produzido, sua intencionalidade e intervenções do pesquisador que está fazendo a análise e as perguntas aos documentos.

Os documentos que serão selecionados para compor o Caderno de Mediação refletem a intencionalidade pedagógica presente no trabalho com fontes documentais para os estudantes, também com o objetivo do exercício da integração do ensino e pesquisa. Nessa perspectiva, fica a problemática de que os documentos não falam por si, como defendiam os historiadores positivistas[27].

Olhar para o período da Ditadura Militar no Brasil, com o recorte do cotidiano capixaba, abre espaço para possibilidades do entendimento que os acontecimentos históricos não são lineares, pois possuem particularidades e uma multiplicidade de memórias. Esse processo de aproximação do estudante aos documentos históricos é parte da tríade metodológica de Jörn Rüsen.

Partindo da discussão da teoria da História, área principal de pesquisa de Jörn Rüsen, é apresentada a relação da teoria com a didática da História como metodologia de ensino e aprendizagem da disciplina de história. Em Teoria da Aprendizagem Histórica, Jörn Rüsen (2011) destaca a necessidade da fundamentação teórica para a relação do ensino e aprendizagem na sala de aula. Nesse sentido, universidade e escola possuem um relacionamento de dependência, onde a primeira produz o

[26] A Escola dos Annales, constituída no início do século XX, na França, por Marc Bloch e Lucien Febvre, elenca a noção de indivíduo como sujeito histórico, ampliando através de novos métodos pluridisciplinares a concepção de História. Essa corrente historiográfica integra os conhecimentos de História, Sociologia, Psicologia, Economia, Geografia para analisar o ser humano e sua participação na construção histórica ao longo dos tempos e suas relações entre o meio físico e o social.

[27] Corrente filosófica que surgiu na França do século XIX e início do século XX, que tem como idealizadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Afirmavam que o conhecimento histórico era constituído pela análise de documentos históricos, restringindo-se, quase que exclusivamente, aos documentos escritos.

conhecimento científico e a segunda faz apenas sua reprodução. Contrapondo essa perspectiva, Rüsen (2011) apresenta três dimensões para a aprendizagem histórica: experiência, interpretação e orientação. Essa tríade pautará a metodologia de ensino presente no produto educacional, estabelecendo uma relação entre as fontes escritas da Ditadura Militar no Espírito Santo, existentes no APEES e a aprendizagem de estudantes, visitantes desse espaço.

Aprendizagem histórica para Rüsen (2011) é a consciência humana relativa ao tempo, experimentando o tempo para ser significativa, adquirindo e desenvolvendo a competência para atribuir significado ao tempo. Nessa perspectiva, acredita-se que a leitura e interpretações de fontes documentais compõem uma metodologia a ser utilizada pelos professores de História, sobretudo com o diálogo com as fontes documentais do APEES.

O trabalho com documentos históricos, como metodologia, proporciona condições ao estudante sobre sua percepção e compreensão do mundo em que vive e que já foi vivido, aproximando os cotidianos com o conteúdo, promovendo sua comunicação e interlocução com o mundo e que

> [...] O conhecimento da história vivida pelos seres humanos não chega até o presente por revelação, ela é, antes de tudo, uma história da humanidade e de sociedades construídas por outros seres humanos em outras sociedades e temporalidades diferentes, e essa construção se dá a partir de documentos [...]" (Oliveira; Almeida; Fonseca; 2012, p. 24).

Dialogando também com Paulo Freire (2011b), ele destaca a importância da construção de conhecimento pelo sujeito de si e para si, mediados pelo mundo, que ele chamou de educação problematizadora, a qual é definida como sendo

> [...] um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham. Se, de fato, não é possível entendê-los fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de se eles as percebem ou não, e independentemente de como as percebem, é verdade também que a sua forma de atuar, sendo esta ou aquela, é função, em grande parte, de como se percebam no mundo" (Freire, 2011b, p. 100).

A educação problematizadora reforça a centralidade da aprendizagem histórica e o ensino não se torna apenas um ato pautado pela didática da cópia, crítica feita por Rüsen (2011), como se o saber histórico fosse apenas uma transposição do saber científico.

A metodologia rüseniana consiste na reflexão da educação conectada com a práxis do estudante, pautada pela matriz da didática da História, que tem como ponto central a relação fulcral entre vida prática dos sujeitos, estudantes e professores com a ciência da História, um processo que envolve ensino e aprendizagem atrelado ao interesse dos sujeitos, partindo do seu envolvimento com o mundo em que estão.

Para Schmidt (2017), a necessidade do uso, em sala de aula, das fontes históricas como principal método de ensino, rompe com a educação bancária, expressa por Paulo Freire (2011), afinal, o estudante não é mais um depósito de conteúdo, e passa a ser um narrador da história, fundamental no processo de construção de sentidos, pensamento reforçado por Rüsen (2011), que se pauta na produção do próprio autoconhecimento, no conhecimento do mundo e do outro.

Retomando as três operações, experiência, interpretação e orientação, pode-se inferir sua relação com as dimensões da aprendizagem histórica como metodologia, que juntas atuam no sujeito na capacidade de reforço da consciência histórica que

> [...] é o modo pela qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e a intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Assim, a História tem uma função didática de formar consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação (para dentro – apropriação de identidades, e para fora – fornecendo sentidos para ação na vida humana prática)" (Schmidt, 2017, p. 64).

Nesse sentido, a aprendizagem histórica tem uma relação intrínseca com a experiência, essa relacionada com a investigação do sujeito dentro do processo, tornando-se, como afirma Rüsen (2011), a experiência histórica da diferença no tempo do reconhecimento da vida prática.

As fontes documentais podem ter uma significação, compondo a aprendizagem histórica, que na dimensão interpretativa, integram o que Rüsen (2011) chama de Imagem da história, pois a capacidade de interpretação é dar significado histórico, é fomentar a argumentação.

Por fim, a aprendizagem histórica está ligada diretamente à competência da experiência histórica, imbuída de significados e da práxis. A orientação é uma habilidade de aplicar, dentro de determinados conceitos e contextos, o conhecimento histórico na argumentação.

Dado o exposto, o ponto central da metodologia de ensino de Rüsen é a consciência histórica do contato com e dos indivíduos historicamente, fundamentado

pelo contexto, interpretação e narrativa. A metodologia proposta expõe a necessidade dos usos da Didática da História, visando superar a visão de um conteúdo dado e memorizado, promovendo a habilidade de trazer os sujeitos para seus contextos e dar significação ao tempo vivido no presente e passado.

A metodologia de ensino serviu como aliada para validação do produto educacional, principalmente após analisar as percepções dos estudantes, descritas no subtópico 5.6 Questionário diagnóstico – Experiências e Resultados desta dissertação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo desta pesquisa, que é explorar as potencialidades do uso das fontes escritas no ensino de história por meio de uma visita ao APEES, tecemos uma relação entre os conceitos de *Consciência Histórica* e *Experiência* para o ensino e aprendizagem em História. Abordamos a relevância do APEES na experiência de ensino, especialmente ao adotar a perspectiva teórico-metodológica de Jörn Rüsen e Rubem Alves.

Visitar um Arquivo não deve ser apenas uma tarefa recreativa aos estudantes como forma de sair da sala de aula, mas como esse espaço pode ser aproveitado e explorado pela professora e pelo professor de História para a apreensão do conhecimento. Ao mesmo tempo é importante um diálogo entre o espaço público, como o APEES com a comunidade escolar, não se restringindo ao público especializado em pesquisas.

A utilização de documentos durante uma visita ao APEES é estabelecer uma ponte entre o ensino, aprendizagem e sensibilidade humanas, é abrir horizontes ao campo da educação, refletir a prática docente e estabelecer um diálogo entre espaço não formal de educação como os espaços ditos formais.

Ao explorar os documentos no APEES percebe-se um potencial que precisa ser expandido e transformado em curso de formação continuada aos professores, partindo da iniciativa do próprio APEES em parceria com as redes municipais e estaduais de educação.

Um ponto de discussão que observamos com a pesquisa é que a *Consciência Histórica* foi aguçada, por meio das sensibilidades do corpo humano, com o olhar, tocar, trocar e formular ideias, como constatado em campo. O estudante foi colocado no centro do processo, como investigador, um indagador do seu meio ambiente, um indivíduo crítico do conteúdo estudado.

A visita guiada, com o uso de documentos proporcionou uma experiência entre a teoria e a prática do ensino de história. Assim, o ensino e a aprendizagem ganharam um significado, criado pelos próprios estudantes e serviu como estratégia viável para as aulas de história.

O uso de documentos históricos, ainda contribui para que o professor e a professora de História possam explorar os recortes de inúmeros conteúdos em suas aulas. Podem ser utilizados como fontes primárias em atividades de análise crítica,

promovendo uma compreensão dos eventos e contextos históricos. Além disso, podem ser incorporados em simulações históricas, onde os alunos são desafiados a vivenciar e interpretar momentos históricos como protagonistas.

Os documentos também podem ser utilizados como base para projetos de pesquisa, estimulando o pensamento investigativo e a construção autônoma do conhecimento histórico. Dessa forma, a diversidade de abordagens possíveis permite ao docente criar e fortalecer experiências de aprendizagem significativas, que estimulam o interesse dos estudantes pela História, e contribuem para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas.

Uma outra potencialidade que pode ser destacada é a relação entre documentos históricos utilizados com a garantia do exercício da cidadania, pois o acesso à informação revelou criticidade de um período recente da história brasileira que foi a privação dos cidadãos de seus direitos.

Os documentos históricos sobre as manifestações estudantis revelaram as experiências, lutas e conquistas de gerações passadas, fornecendo uma base sólida para a compreensão dos valores democráticos e dos direitos civis dos cidadãos e a importância da participação crítica. Eles permitem que os cidadãos entendam o contexto em que foram estabelecidos os princípios fundamentais da sociedade, como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão e o direito à participação política.

Além disso, ao analisar os documentos históricos, os estudantes puderam, com criticidade, tecer sua percepção em relação ao presente, partindo do passado, questionando as estruturas de poder, as injustiças sociais e as narrativas dominantes. Deste modo, os documentos históricos desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, engajados e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade com pilares democráticos sólidos.

Tanto os documentos quanto à visita ao APEES, representam uma importante ferramenta para o ensino e aprendizagem da disciplina de História. Serviram como mediador dessa relação, e sob uma perspectiva problematizadora e significativa, se mostrou um laboratório de experiências. Nesse sentido, o APEES é um espaço com uma diversidade de acervos originais, únicos e que além de ser espaço de pesquisa possui potencialidades para fortalecer o conhecimento histórico, estabelecendo uma relação com a comunidade escolar.

Para destacar as potencialidades do APEES, desenvolvemos um caderno de

mediação, com um recorte específico sobre as manifestações estudantis perseguidas no Espírito Santo, do fundo documental DOPS/ES, mas que pode ser ampliado a outras temáticas. Este material, caracterizado como o produto educacional da presente pesquisa, ficará disponível no APEES como material complementar às futuras visitas, caso o mediador tenha interesse em utilizá-lo, ou mesmo caso o professor e a professora tenham interesse em realizar atividade somente com as fontes selecionadas em sala de aula.

Os documentos e abordagens utilizadas durante a visita ao APEES, assim como a atividade prática com as fontes desempenham um papel crucial no ensino de história, uma tentativa de preencher lacunas, descobrir silêncios históricos e dar voz a eles. Após a pesquisa percebemos que o APEES é um laboratório de experiência para o ensino de História, pois ao disponibilizar seu espaço, documentos históricos, acesso à informação, ele oferece aos estudantes a possibilidade de aproximar os conteúdos estudados em sala de aula com os documentos custodiados pelo órgão.

Além disso, ao ter acesso a uma diversidade de documentos, os estudantes podem explorar diferentes perspectivas e vozes da e para a História humana, contribuindo para novos olhares e reflexões históricas. Assim, o APEES se torna um aliado para aguçar a Consciência Histórica e as experiências dos estudantes.

8. REFERÊNCIAS

ADRIANO, F. **O trabalho com fontes impressas periódicas nas aulas de História:** um estudo de caso sobre o desenvolvimento do pensamento histórico. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós graduação Profissional em Ensino de História. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431551/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fabricio%20Adriano%20Profhist%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

AGUIAR, E. P. **O ensinado, o aprendido**: a educação histórica e a consciência histórica. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14561/1/Tese%20Edinalva%20Padre%20Aguiar.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

ALVES, M.H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, R. **A gestação do futuro**. Tradução de João Francisco Duarte Júnior. Campinas: Papirus, 1987.

ARAÚJO, J. D. **Inquisição sem fogueiras**. Rio de Janeiro: ISER, 1985.

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. **Antíteses**. Natal, v. 3, n. 6, p.703-728, dez. 2010.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BAROM, W. C. C. e CERRI, L. F. A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à didática da história. **Educação & Realidade**. 2012, v. 37, n. 3, pp. 991-1008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/gBHCVsLVmCJs3m9kNbwLnrG/?format=pdf&lang=pt#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20Teoria%20da,identidade%20%C3%A0s%20pr%C3%A1ticas%20de%20ensino. Acesso em: 9 out. 2022.

BARRETO, D. B. **O golpe civil-militar de 1964 no jornal Tribuna de Itararé**: a imprensa como fonte para o ensino de História. Dissertação de mestrado. Ensino de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/599396/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20-%20Daniel%20Bonin%20Barreto.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

BATISTELLA, A. A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979) . **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/17907. Acesso em: 6 jun. 2023.

BERGMANN, K.; et al. (Orgs.). **Handbuch der Geschichisdidaktik**. Düsseldorf, Schwann-Verlag, 1985, pp. 207-217. Tradução de Augustin Wernet. Revisão de Marcos A. da Silva.

BERGMANN, K. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/fev. 1990.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CACIANO, A. **Formação histórica humanista em Jörn Rüsen**: o livro didático em perspectiva. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade de Ponta Grossa. 2020. Disponível em: https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3303. Acesso em: 11 out. 2022.

CIPRIANO. P. **Pequenas histórias de cadeia.** Vitória, 2002.

DINIZ, M. R. N. **Repressão e tortura**: memórias das mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná (1964-1985). Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em Ensino de História, 2021.Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701004/2/MARCIOROBERTONOGUEIRADINIZPROFHISTORIAUEM.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

DURANTE, D. S. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: História e Perspectiva na preservação da informação. **Revista Antígona**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/15313. Acesso em: 28 mai. 2023.

ESPÍRITO SANTO, Arquivo Público do Estado do. **Histórico: Arquivo do Estado do Espírito Santo**. In: Histórico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. [S. l.], 9 out. 2022. Disponível em: https://ape.es.gov.br/quem-somos. Acesso em: 9 out. 2022.

ESPÍRITO SANTO, Lei Complementar Nº1.076, de 2 de abril de 2023. Dispões sobre a transformação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES em autarquia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, n.26.203, 3 de abril de 2024.

FILHO, D.de S. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Arquivo e Educação: relações de uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/28833/24952/330958. Acesso em 11 out. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.

FURTADO, M. F. **Nas ruas, nas praças: as imagens do movimento estudantil capixaba na Ditadura Militar** (1964-1985). Dissertação de Mestrado. Vitória, Ufes, 2017. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_MARCELLO_FRAN%C3%87A_FURTADO.pdf. Acesso em: 06/06/2023)

GERMINARI, G. D. Arquivar a vida: uma possibilidade para o ensino de História. **Roteiro**, v. 37, n. 1. p.51-70, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4150445 . Acesso em: 11 out. 2022.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história – A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-28.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.

ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges, Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LOURENÇO, E. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, p. 97-120, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200006. Acesso em: 9 out. 2022.

MOREIRA, L. Z. M. **A relação de estudantes de ensino fundamental II com as fontes históricas na produção de conhecimento histórico**. Dissertação de Mestrado, setor de Ciências Humanas da Universidade Federa do Paraná. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432098/2/A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20estudantes%20de%20Ensino%20Fundamental%20II%20com%20as%20fontes%20Hist%C3%B3ricas%20na%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento%20Hist%C3%B3rico%20escolar.%20pdf.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOTTA, R. P. S. REIS, D. A.; RIDENTI, M. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, R. S. de; ALMEIDA, V. L. de; FONSECA, V. A. **A reflexão e a prática no ensino de História**. São Paulo: Blucher, 2012.

OLIVEIRA, J. T de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

PACHECO, D. M. da S. O ensino da ditadura civil-militar no Amapá: entre currículo e a memória. **Revista Tempo Amazônico**, v.6, n. 2, p.154-179. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2086. Acesso em: 11 out. 2022.

PAIXÃO JR, V. G. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). **RIDH,** Bauru, 2014. V.2. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/174/90. Acesso em 05 mai. 2023.

PEREIRA, M. C.; IMPOLCETTO, F. M. Consciência histórica de estudantes de educação física: uma análise a partir da teoria da aprendizagem histórica de Jörn Rüsen. **Movimento**, 2020, v. 26. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.99853. Acesso em: 9 out 2022.

PEREIRA, R. A.. **Educação patrimonial: o papel social do Arquivo Nacional**. 2016. 58 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, W. P.; MARVILLA, M. **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 1964. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

QUINAN, L. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174562/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20profhist%C3%B3ria%20-%20Licia%20Quinan.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

REIS, Daniel Araão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, 31/03/2012. Disponível em: https://www.oabrj.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis. Acesso em: 06 mai. 2023.

REVISTA CAPIXABA. Propriedade da Editora Artenova Ltda. Publicação Mensal. Ano II. Abril de 1969. Nº26.

RÜSEN, J. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.

RÜSEN, J. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2011.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica:** teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SALOMÃO, E. B. **Investigação nas aulas de História: contribuição das fontes históricas na aprendizagem de estudantes do Ensino Fundamental.** Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação Profissional em História. Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601524/2/ELISABETESALOMA%CC%83O-PROFHISTORIAUDESC.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, M. A. M. dos S.; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bnBSVjTpFS7wbs9W659NMGC/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

SCHMIDT, M. A.; URBAN, A. C. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educar em Revista**, n. 60, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.46052. Acesso em: 9 out. 2022.

SCHMIDT, M. A. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, v. 3, n. 2, p. 60-76. 2017. Disponível em: http://revistas.usp.br/revistaintelligere. Acesso em: 28 mai. 05 2022.

SEVERINO, A. J. **O que eles pensam de Rubem Alves**. São Paulo: Instituto Rubem Alves, 2012. Acervo cultural.

SILVA, L. G. da. **Repressão e resistência na Ditadura Civil-Militar**: construção de site temático para o ensino de história local. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, programa de Pós-Graduação em História, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432172/3/Repress%C3%A3o%20e%

20Resistencia%20na%20ditadura%20Civil%20militar%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20site%20tematico%20para%20o%20ensino%20de%20historia%20local.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, S. P. da R. BARBOSA, A. C. O. A sala de aula no arquivo: análise de uma experiência no Arquivo Público do Estado de São Paulo com alunos da Educação Básica. **História & Ensino**, v.25, n. 02, p. 269-296, Londrina, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339242015_A_sala_de_aula_no_arquivo_analise_de_uma_experiencia_no_Arquivo_Publico_do_Estado_de_Sao_Paulo_com_alunos_da_Educacao_Basica. Acesso em: 11 out. 2022.

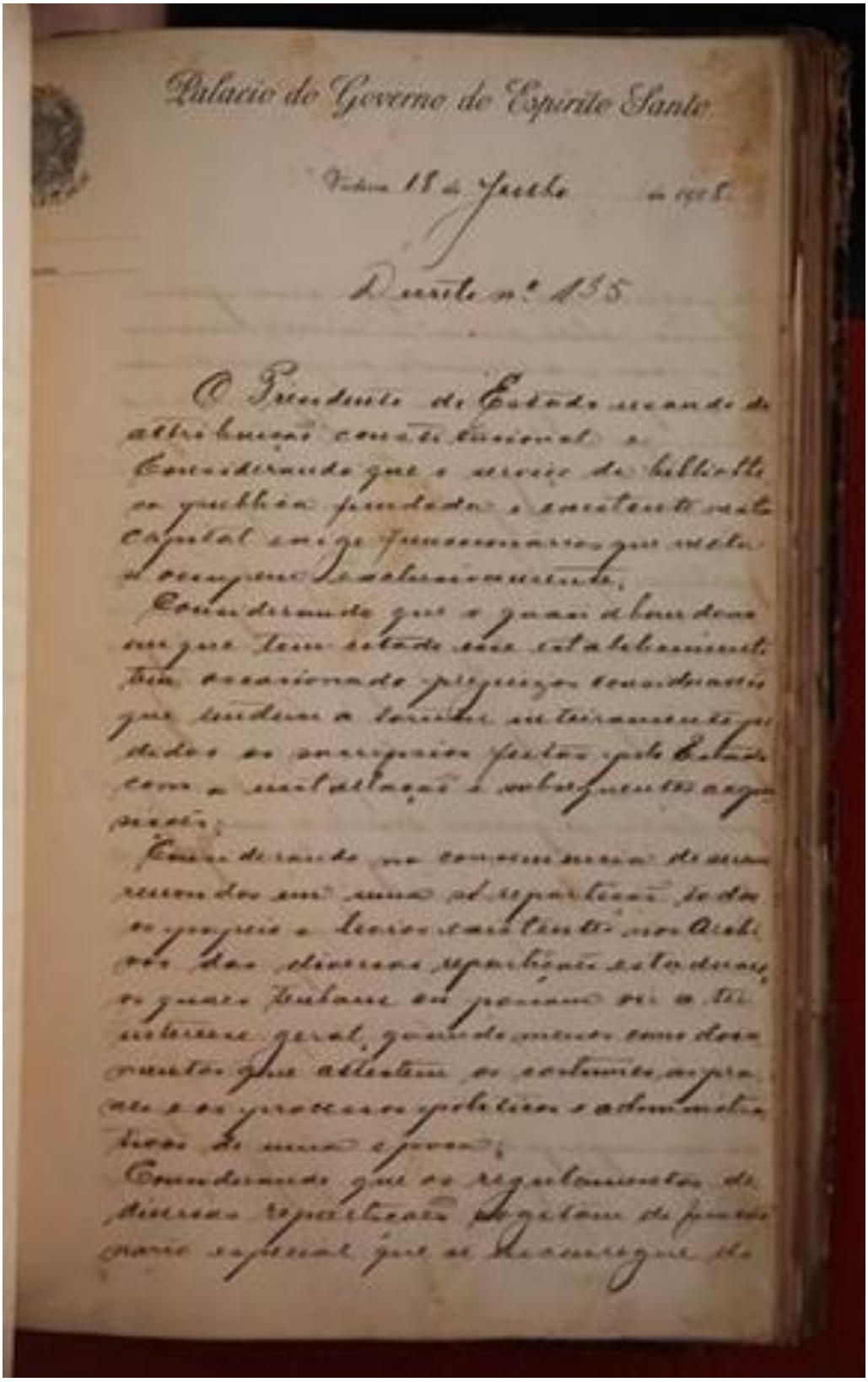
SOUZA, Q. R. de. **O uso de fontes como estratégia didática para aprendizagem histórica na educação básica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174623/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Quincas%20Rodriguez%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento**. São Paulo: 34, 1992.

9. ANEXOS

ANEXO I

Decreto de Criação do Arquivo Público



Palacio do Governo do Espirito Santo

Victoria 18 de Junho de 1908.

Decreto nº 135

O Presidente do Estado usando de attribuição constitucional e

Considerando que o serviço da bibliotheca publica fundada e existente nesta capital exige funccionarios que nella se occupem exclusivamente;

Considerando que o quasi abandono em que tem estado esse estabelecimento tem occasionado prejuizos consideraveis que tendem a tornar inteiramente perdidos os sacrificios feitos pelo Estado com a installação e subsequentes acquisições;

Considerando na conveniencia de serem reunidos em uma só repartição todos os papeis e livros existentes nos Archivos das diversas repartições estaduaes, os quaes tenham ou possam ter a ter interesse geral, quando menos como documentos que attestem os costumes, as praxes e os processos politicos e administrativos de uma epoca;

Considerando que os regulamentos de diversas repartições sugeitam de funccionario especial que se encarregue do

Fonte: APEES, (2022)

10. APÊNDICE

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO ENVIADO AO MEDIADOR DO APEES

Questionário Diagnóstico - Mediador

Olá, espero que esteja bem!

Esse questionário faz parte da etapa de coleta de dados da pesquisa de mestrado intitulada "**LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIA: ARQUIVO PÚBLICO E DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE DIDÁTICO METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA" ,** do programa de Pós Graduação em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória.

Por meio deste formulário serão coletadas informações importantes para entendermos a atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e sua relação com a comunidade escolar.

Agradeço pela participação!

lucas.barreto111@gmail.com Mudar de conta

Não compartilhado

Quantas visitas de escolas da Educação Básica (Ensinos Fundamental II e Médio) são realizadas anualmente ao APEES?

Sua resposta

Quais atividades são realizadas durante a visita?

Sua resposta

Em média, qual a duração de uma visita escolar?

Sua resposta

Quais são os setores e espaços do Apees que os estudantes têm contato?

Sua resposta

Os estudantes têm acesso ao acervo do APEES? Se sim, de que forma?

Sua resposta

São disponibilizados materiais, como atividades didáticas para esse público durante as visitas? Se sim, quais?

Sua resposta

Existem iniciativas por parte do APEES para aproximar e/ou fortalecer a integração entre a Escola e o órgão? Se sim, quais?

Sua resposta

Na sua opinião, quais melhorias poderiam ser implementadas para aprimorar a interação entre o Apees e a comunidade escolar?

Sua resposta

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO DISPONIBILIZADO AOS ESTUDANTES APÓS REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE NO APEES

Questionário Diagnóstico

Prezados (as) Estudantes ,

Obrigado por participar da pesquisa de mestrado que busca compreender melhor os desafios e as suas perspectivas em relação ao ensino e aprendizagem de História com o uso de Fontes Documentais Escritas. Este questionário diagnóstico foi desenvolvido como parte integrante da pesquisa, e sua participação é voluntária e confidencial.

O objetivo deste questionário é mapear as percepções sobre o Regime Civil Militar no Espírito Santo, e com isso avaliar seus conhecimentos, opiniões e experiências em relação ao uso de fontes Escritas, do fundo DOPS, custodiadas pelo APEES.

O questionário é composto por uma 10 questões que explora três eixos: Relação dos/das estudantes com o Apees; Experiências com as fontes documentais e a relação entre o conteúdo explorado e estudado em sala de aula.

Sua participação neste questionário é fundamental para o sucesso desta pesquisa, pois suas respostas contribuirão para reflexões da História Ensina.

Salientamos que suas respostas serão tratadas de forma confidencial e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Nenhuma informação que possa identificá-lo(a) individualmente será divulgada ou compartilhada.

Agradecemos imensamente por sua disposição em contribuir com esta pesquisa. Se tiver alguma dúvida ou preocupação, não hesite em entrar em contato com o pesquisador responsável, cujos dados de contato estarão disponíveis no início do questionário.

Atenciosamente.

lucas.barreto111@gmail.com Mudar de conta

Não compartilhado

Você já conhecia o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Você já havia estudado o conteúdo sobre o Regime Civil Militar (1964-1985)?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Se a resposta anterior foi sim, em qual lugar você estudou o conteúdo?

- ☐ Escola Pública
- ☐ Escola Privada
- ☐ Youtube ou Internet
- ☐ Individualmente
- ☐ Cursinhos
- ☐ Bibliotecas
- ☐ Arquivo Público

Antes da realização desta atividade e visita, você conhecia a História do Regime Civil Militar, com recorte para o Espírito Santo?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Estudar História utilizando documentos históricos, no Arquivo Público, deixou a aula de história mais interessante?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Antes do uso das fontes Históricas e visita ao Apees, você sabia que estudantes secundaristas (alunos do ensino médio) e universitários foram perseguidos pelo Regime Civil Militar no Espírito Santo?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Ir ao Arquivo público te proporcionou compreender de onde vem o conteúdo de História que é estudado em Sala de Aula? E Qual a sua percepção ao analisar Fontes Históricas na íntegra?

Sua resposta

Escreva 3 palavras-chaves sobre o conteúdo estudado, presentes na fonte analisada pelo seu grupo

Sua resposta

O uso dos documentos que estão guardados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo te proporcionou e facilitou a construção de conhecimento histórico? Justifique, em poucas palavras sua resposta.

Sua resposta

Relate, brevemente, sua percepção da Experiência no Arquivo Público do Es e a importância dos documentos estarem guardados e disponíveis para consulta da população em geral?

Sua resposta

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ATIVIDADE

Objetivo Geral: Refletir a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) pela ótica das fontes documentais produzidas pela DOPS, com recorte para as manifestações estudantis.

Público-Alvo: Estudantes do ensino médio.

Duração: 90 min

Recursos necessários: Documentos históricos sobre a Ditadura Militar (pode-se utilizar textos, fotografias, vídeos, depoimentos, entre outros); Acesso à Internet; Folhas de papel e caneta para anotações

1º MOMENTO: CONHECENDO O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Atividade 1: Conversa Introdutória

- Apresentação do Apees;
- Contextualização do Apees e sua importância para sociedade capixaba;
- Recursos: Imagens do Acervo fixadas na parede; Documentos Selecionados do Fundo DOPS.

Atividade 2: Apresentação do Acervo da DOPS

- Contextualização do Fundo e a produção dessa documentação;
- Leitura de um telegrama, documento pertencente o sub série 3 – Investigações de professores, estudantes, e instituições de ensino secundarista e técnico no Espírito Santo;
- Discussão em grupo a partir da seguinte indagação: Você sabia que estudantes e professores foram perseguidos pelo Regime Civil Militar no Espírito Santo?

Atividade 3: Análise de Documentos Oficiais

- Observação de Jornais de época que estão microfilmados;
- Uso da Máquina de Microfilme;

2º MOMENTO: EXPOSIÇÃO DE JORNAIS MICROFILMADOS

Atividade 4: Análise dos documentos produzidos pela DOPS

- Divisão da turma em grupo, para análise das fontes;
- Leitura do documento previamente disponibilizado ao grupo;
- Discussão das questões propostas ao grupo e escrita das respostas.

3º MOMENTO: RESPONDER O FORMULÁRIO SOBRE AS PERCEPÇÕES DA ATIVIDADE REALIZADA E IMPRESSÕES DA VISITA AO APEES

Atividade 5: Reflexões acerca da visita e dos documentos analisados

- Os estudantes respondem ao formulário, com suas impressões da atividade realizada.

Reflexão Final

Este roteiro de atividades visa promover uma compreensão sobre o conteúdo Ditadura Civil-Militar no Brasil, com recorte para o Espírito Santo e das manifestações estudantis desse período, utilizando fontes documentais para estimular o pensamento crítico e aguçar perguntas a partir da experiência de visitar o Apees e realizar ama atividade de análise de documentos históricos.

APÊNDICE IV – PERGUNTAS PROPOSTAS PARA CADA DOCUMENTO

DOCUMENTO 1

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 1, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.1 (Páginas 2,3,4 e 6), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Que tipo de documento é este?
2) Quem escreveu o documento?
3) Quando o documento foi produzido? Em qual cidade?
4) Qual assunto do documento?
5) Por que os estudantes foram investigados?
6) Qual o assunto do “convite”?
7) O que determina a ordem de serviço?
8) Qual a conclusão do Relatório?
9) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 2

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 1, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.1 (Páginas 2,3,4 e 6), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Que tipo de documento é este?
2) Quem escreveu o documento?
3) Quando o documento foi produzido? Em qual cidade?
4) Qual assunto do documento?
5) Por que os estudantes foram investigados?
6) Qual o assunto do “convite”?
7) O que determina a ordem de serviço?
8) Qual a conclusão do Relatório?
9) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 3

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 10, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.10 (Páginas 7, 31 e 32) , e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Quem produziu o Panfleto?
2) O que significa o termo “subversiva”?
3) Sobre o Relatório, o que significa DOPS?

4) O que é um documento confidencial?
5) O que foi proibido pelo Presidente da República?
6) Qual foi a missão dos policiais?
7) Qual o acaso ocorrido entre os policiais e em qual lugar se passou?
8) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 4

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 11, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.11 (Página 2), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) O qual o objetivo do Telegrama?
2) O que é uma circular?
3) A quem era endereçado a circular?
4) Qual objetivo do documento?
5) Quem Produziu o documento?
6) Na sua opinião, porque o governo se sentia ameaçado pelo IV Encontro Nacional dos estudantes?
7) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 5

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 11, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.11 (Páginas 7,8 e 9), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Qual o tipo de documento?
2) Quando o documento foi produzido?
3) Quais são as reivindicações dos manifestantes?
4) Qual o objetivo da figura?
5) Qual o título do Jornal?
6) O que é um Editorial?
7) Quem foi Geisel, citado no Editorial?
8) O que foi o AI-5?
9) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 6

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 14, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie - Encontros Nacionais dos Estudantes - BRES APEES.DES.0.ME.ENE.14 (Páginas 15 e 16), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Os dados do documento foram obtidos em qual data?
2) Quais instituições de ensino tiveram seus estudantes punidos?
3) O que é dum Decreto?
4) O que dispõe o Decreto Lei 477/1969?
5) Como é possível saber o motivo que os estudantes foram desligados?
6) Qual presidente assinou o Decreto?
7) O Decreto citado no documento, tem como base legal qual legislação?
8) Qual a punição do estudante enquadrado por desligamento?
9) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 7

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 1, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie – Investigações de professores, Estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico no Espírito Santo - BRES APEES.DES.0.ME.IMEES.1 (Páginas 26,27 e 28), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Quando o Relatório foi produzido?
2) O que é um documento confidencial?
3) Qual a determinação que foi cumprida?
4) O que os Estudantes reivindicavam?
5) O que é um “Abaixo-Assinado”?
6) Quais dizeres foram descritos no Relatório, que estavam presentes nos cartazes dos estudantes?
7) Foi descrito a presença do estudante Paulo César Hartung Gomes. Qual o último cargo político, que ele ocupou no Espírito Santo?
8) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 8

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 2, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie – Investigações de professores, Estudantes e Instituições de Ensino Secundarista e Técnico no Espírito Santo - BRES APEES.DES.0.ME.IMEES.1 (Páginas 26,27 e 28), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Quando foi produzida a ordem de Serviço?
2) Qual a determinação?
3) Por que a Professora estava sendo procurada?

4) O que é “Linha Ideológica”?
5) Em qual cidade a Professora citada residia?
6) No Relatório de execução da Ordem de Serviço, quem foi interrogada?
7) Qual a conclusão do Relatório do Agente de Segurança?
8) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

DOCUMENTO 9

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 1, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie – Universidade Federal do Espírito Santo - BRES APEES.DES.0.ME.UFES.1 (Página 167), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Quem escreveu a carta?
2) Qual o objetivo da carta?
3) Quais as reivindicações dos estudantes ?
4) Quem era o General Rubem Ludwing?
5) O que é Um Diretório Acadêmico?
6) O que é Um Centro Acadêmico?
7) É possível determinar o período em que o documento foi escrito? Justifique sua resposta.

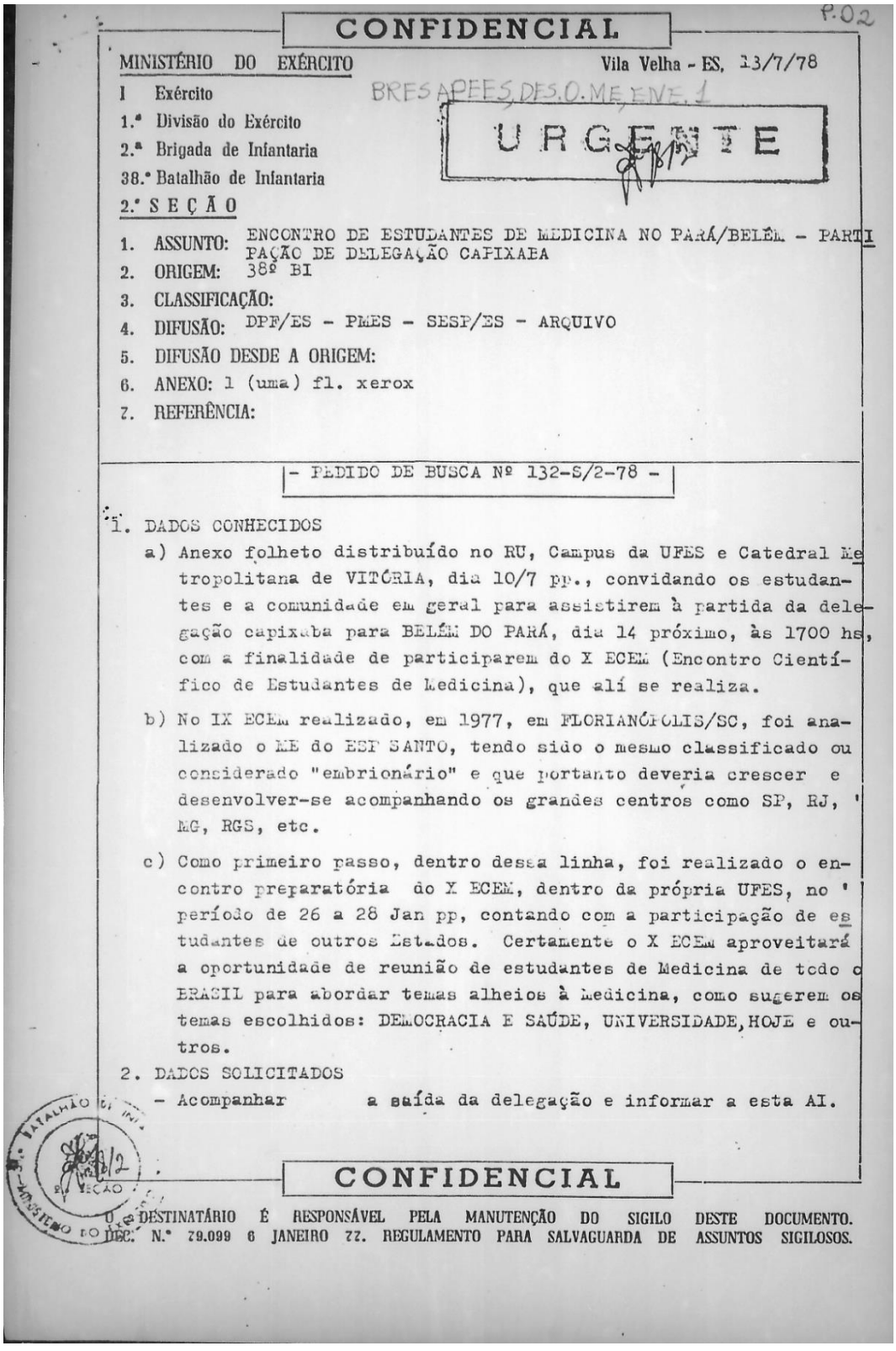
DOCUMENTO 10

Leia o documento abaixo, parte do dossiê 6, do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) , subsérie – Universidade Federal do Espírito Santo - BRES APEES.DES.0.ME.UFES.6 (Página 5), e em seguida, responda em grupo as questões propostas.

1) Quando o documento foi escrito?
2) Quem escreveu o documento?
3) O que é um Diretório Acadêmico?
4) A quem foi endereçado o Ofício de solicitação?
5) Qual a solicitação dos estudantes?
6) É possível saber se as solicitações dos estudantes foram atendidas?
7) Teve alguma palavra que você desconhece? Se sim, qual?

APÊNDICE V – DOCUMENTOS SELECIONADOS QUE COMPOEM O CADERNO DE MEDIAÇÃO

DOCUMENTO 1



P.02

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Vila Velha - ES, 13/7/78

BRES APEES,DFS.O.ME,ENE.1

I Exército
1.ª Divisão do Exército
2.ª Brigada de Infantaria
38.º Batalhão de Infantaria
2.ª S E Ç Ã O

URGENTE

1. ASSUNTO: ENCONTRO DE ESTUDANTES DE MEDICINA NO PARÁ/BELÉM - PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO CAPIXABA
2. ORIGEM: 38º BI
3. CLASSIFICAÇÃO:
4. DIFUSÃO: DPF/ES - PMES - SESP/ES - ARQUIVO
5. DIFUSÃO DESDE A ORIGEM:
6. ANEXO: 1 (uma) fl. xerox
7. REFERÊNCIA:

- PEDIDO DE BUSCA Nº 132-S/2-78 -

1. DADOS CONHECIDOS

a) Anexo folheto distribuído no RU, Campus da UFES e Catedral Metropolitana de VITÓRIA, dia 10/7 pp., convidando os estudantes e a comunidade em geral para assistirem à partida da delegação capixaba para BELÉM DO PARÁ, dia 14 próximo, às 1700 hs, com a finalidade de participarem do X ECEM (Encontro Científico de Estudantes de Medicina), que alí se realiza.

b) No IX ECEM realizado, em 1977, em FLORIANÓPOLIS/SC, foi analizado o ME do ESP SANTO, tendo sido o mesmo classificado ou considerado "embrionário" e que portanto deveria crescer e desenvolver-se acompanhando os grandes centros como SP, RJ, MG, RGS, etc.

c) Como primeiro passo, dentro dessa linha, foi realizado o encontro preparatória do X ECEM, dentro da própria UFES, no período de 26 a 28 Jan pp, contando com a participação de estudantes de outros Estados. Certamente o X ECEm aproveitará a oportunidade de reunião de estudantes de Medicina de todo o BRASIL para abordar temas alheios à Medicina, como sugerem os temas escolhidos: DEMOCRACIA E SAÚDE, UNIVERSIDADE, HOJE e outros.

2. DADOS SOLICITADOS

- Acompanhar a saída da delegação e informar a esta AI.

3.º BATALHÃO DE INF. - 2ª SEÇÃO

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO.
DEC. N.º 79.099 6 JANEIRO 77. REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Fonte: Apees (1978)

BR ES APEES DES. 0. ME, ENE. 1 p. 03

CONVITE

No dia 14 de julho, às 17 horas sairá do Campus Universitário de Goiabeiras, a delegação de 44 estudantes de Medicina da UFES. O destino será Belém(Pará), e a finalidade da viagem é a participação Capichaba no X ECEM-BRASIL (X Encontro Científico de Estudantes de Medicina).

O ECEM é um encontroorganizado por entidades estudantis contando com a colaboração do MEC, Governo do Estado, Prefeitura e Universidade Federal do Pará, tendo como objetivo promover amplas discussões em torno das questões de saúde, com uma programação que inclui: mesa redonda (Democracia e saúde), pinel (Saúde e Assistencia Médica na Amazonia), conferencia (Universidade Hoje), cursos paralelos e apresentação de temas livres.

Contamos com a presença de todos, colegas e comunidade em geral na sexta feira, dia 14, às 17 horas no campus Universi Universitário de Goiabeiras, em frente á Reitoria no momento da partida.

DELEGAÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA
DIRETORIO ACADEMICO DO CENTRO BIO-MEDICO
DIRETORIO ACADEMICO DO CENTRO DE CIENCIAS JURIDICAS E ECONOMICAS
DIRETORIO ACADEMICO DO CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
DIRETORIO ACADEMICO DE CENTRO TECNOLOGICO

Fonte: Apees (1978)

BR ES APEES, DES. O. ME, EVE. 1 P. 04

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA GERAL DA POLICIA CIVIL
SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES

O.S. Nº 009/78 - SII/SPI/ES

O R D E M D E S E R V I Ç O
++++++++++++++++++++++++++++++++++++

O Senhor WALDIR XAVIER, Chefe do Serviço de Investigações e Informações da S. P. I., por nomeações etc., etc.,.....

D E T E R M I N A, aos Agentes Policiais JOÃO MANOEL RODRIGUES LIMA e JOSÉ BOLDRINI, para que no fiel cumprimento da presente, dirijam-se nésta data, no horário de 17,00 horas, ao Campus Universitário de Vitória e adjacencias afim de efetuarem levantamentos quanto a viagem de um contigente estudantil que destina-se ao - encontro de estudantes à Belem-Pará.

Deverão os Agentes retro mencionados informarem o seguinte: meio de transporte utilizado pelos mesmos, numero de estudantes componentes do contigente, numero de ordem, placas e se possivel nome do motorista do coletivo.

Vitória, 14 de Julho de 1.978

Waldir Xavier
Waldir Xavier
Chefe do S.I.I.

v i s t o:

Bel. NILSON NEVES
Sup. Investigações Especiais

Fonte: Apees (1978)

BRESAPEES,DES.O.ME,ENE.1 P.06

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA GERAL DA POLICIA CIVIL
SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES

R E L A T O R I O

Vitória, 17 de Julho de 1978

Dos Agentes Policiais

Ao
Ilmº Sr.
Chefe do Serviço de Investigações e Informações
WALDIR XAVIER

Senhor Chefe:

Comunicamos a V. Sª. que conforme determinação contida na Ordem de Serviço nº 009/78, datada de 14 de Julho do corrente, comparecemos na mesma data ao Campus Universitário, mais precisamente em frente a Reitoria, situado na Avenida Fernando Ferrari, nésta Capital, onde se efetuou a viagem de estudantes universitários do - Curso de Medicina, com a finalidade de participarem do X ECEM (10º Encontro Cientifico de Estudantes de Medicina) que será realizado - na cidade de Belém, Estado do Pará.

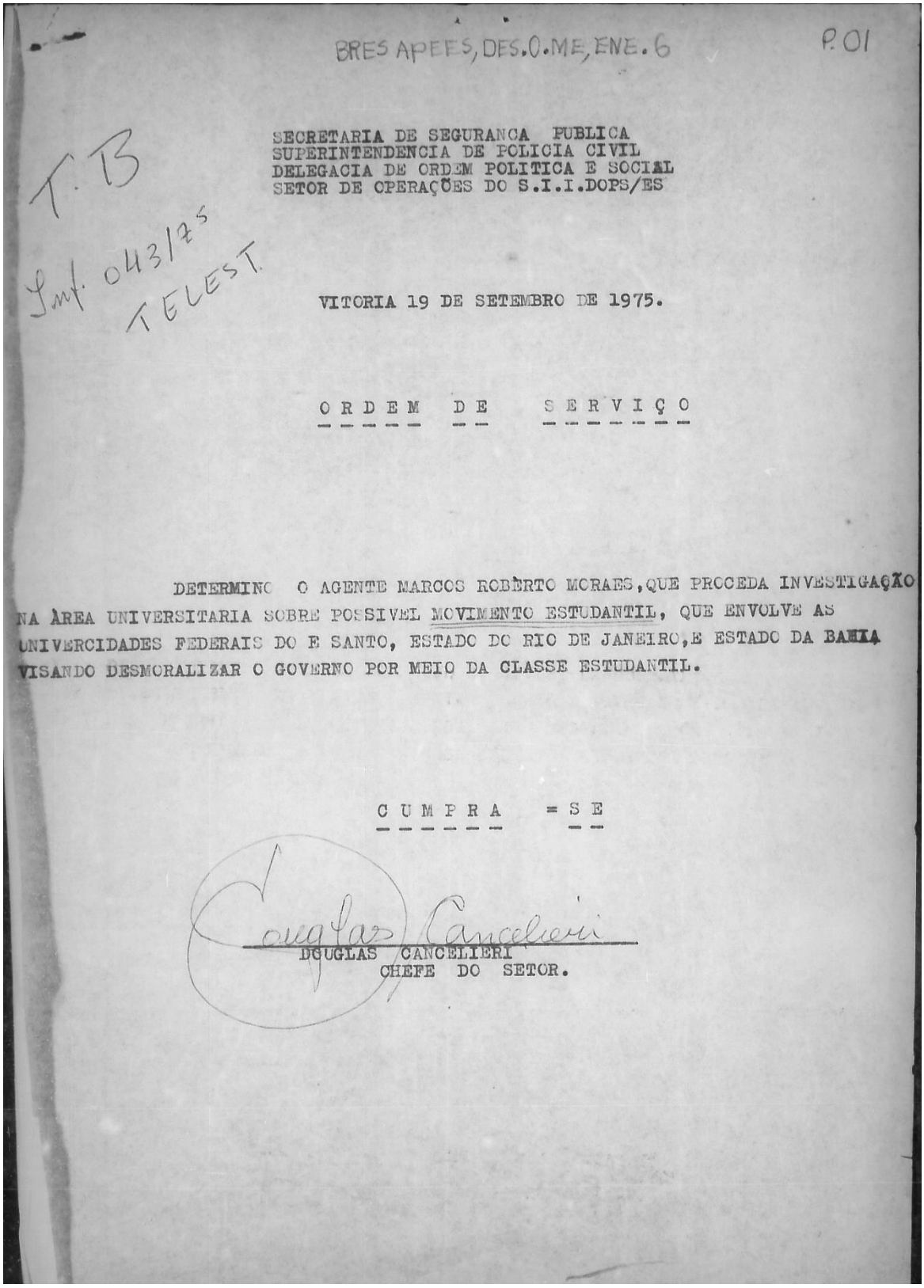
A saida da delegação estudantil se deu as 17,30 horas (dezessete horas e trinta minutos) e não as 17,00 horas (dezessete horas) como estava programado, assim como viajaram somente - trinta e oito (38) alunos e não quarenta e quatro (44) como consta- no panfeto intitulado "CONVITE", encaminhado a êste Serviço pelo - Departamento de Policia Federal désta Capital, sendo os estudantes em sua maioria do sexo masculino.

O meio de transporte utilizado pelos estudantes para a viagem foi o auto-ônibus marca Mercedes Benz, nº de ordem da Empresa 45 (quarenta e cinco), de placas nºs CZ-2375-ES, pertencente à - Empresa MARAPÉ, de Cachoeiro de Itapemerim, nêste Estado, sendo por nós apurado que o referido veiculo seria conduzido durante a viagem pelos motoristas profissionais, funcionários da empresa acima mencionada, de nomes Ademar Dureta e Paulo Scarpo Miliorim.

Quando da partida da referida delegação encontravam-se aproximadamente cinquenta (50) pessoas (em sua maioria de estudantes), não sendo por nós observado nada de anormal antes e após - a partida da delegação mencionada.

Fonte: Apees (1978)

DOCUMENTO 2



BRES APEES, DES.O.ME, ENE.6 P.01

T.B

Inf. 043/75
TELEST.

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SETOR DE OPERAÇÕES DO S.I.I.DOPS/ES

VITORIA 19 DE SETEMBRO DE 1975.

O R D E M D E S E R V I Ç O

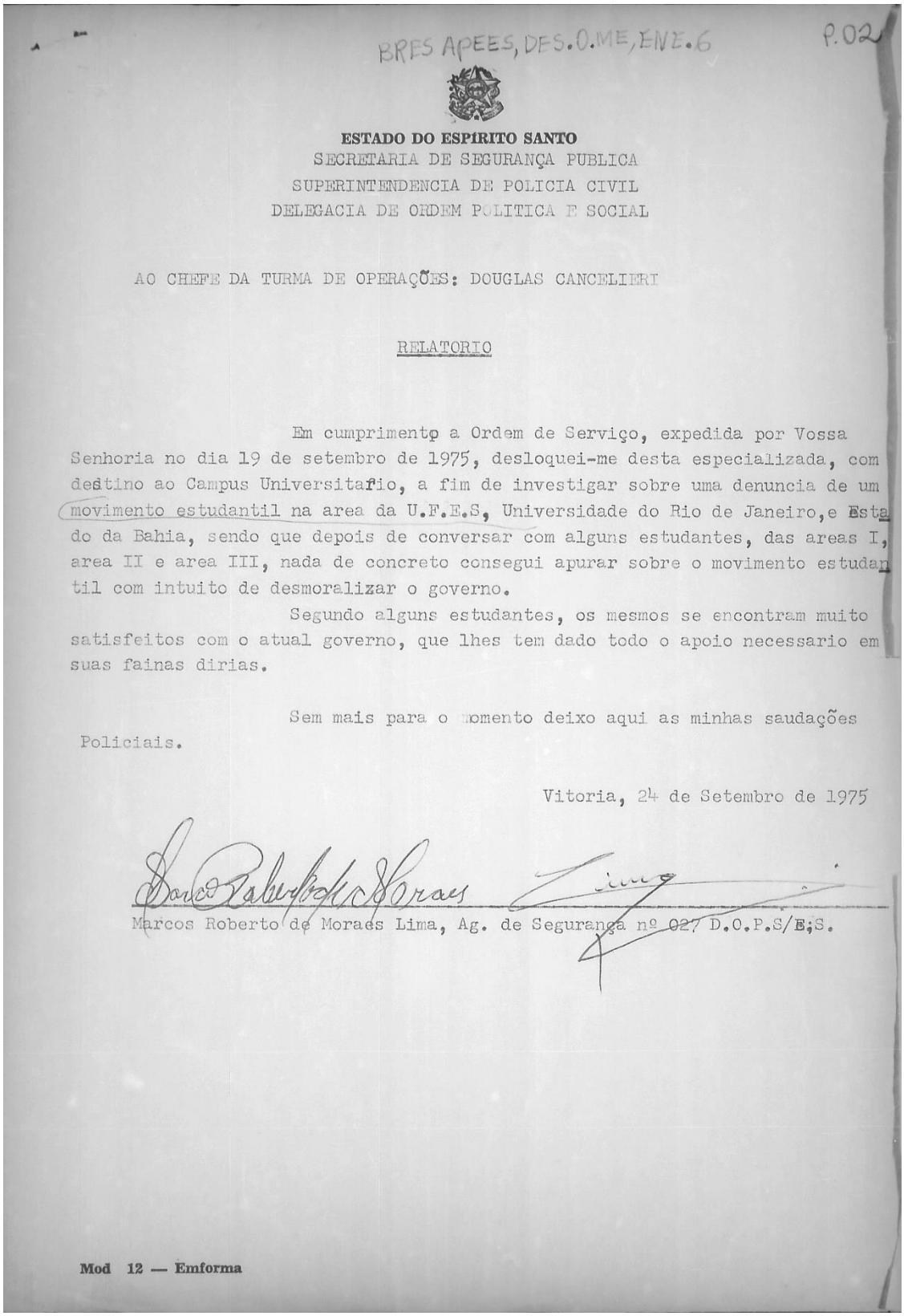
DETERMINO O AGENTE MARCOS ROBÈRTO MORAES, QUE PROCEDA INVESTIGAÇÃO NA ÀREA UNIVERSITARIA SOBRE POSSIVEL MOVIMENTO ESTUDANTIL, QUE ENVOLVE AS UNIVERCIDADES FEDERAIS DO E SANTO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E ESTADO DA BAHIA VISANDO DESMORALIZAR O GOVERNO POR MEIO DA CLASSE ESTUDANTIL.

C U M P R A = S E

Douglas Cancelieri

DOUGLAS CANCELIERI
CHEFE DO SETOR.

Fonte: Apees (1975)



BRES APEES, DES.O.ME, ENE.6 P.02

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

AO CHEFE DA TURMA DE OPERAÇÕES: DOUGLAS CANCELIERI

RELATORIO

Em cumprimento a Ordem de Serviço, expedida por Vossa Senhoria no dia 19 de setembro de 1975, desloquei-me desta especializada, com destino ao Campus Universitario, a fim de investigar sobre uma denuncia de um movimento estudantil na area da U.F.E.S, Universidade do Rio de Janeiro, e Estado da Bahia, sendo que depois de conversar com alguns estudantes, das areas I, area II e area III, nada de concreto consegui apurar sobre o movimento estudantil com intuito de desmoralizar o governo.

Segundo alguns estudantes, os mesmos se encontram muito satisfeitos com o atual governo, que lhes tem dado todo o apoio necessario em suas fainas dirias.

Sem mais para o momento deixo aqui as minhas saudações Policiais.

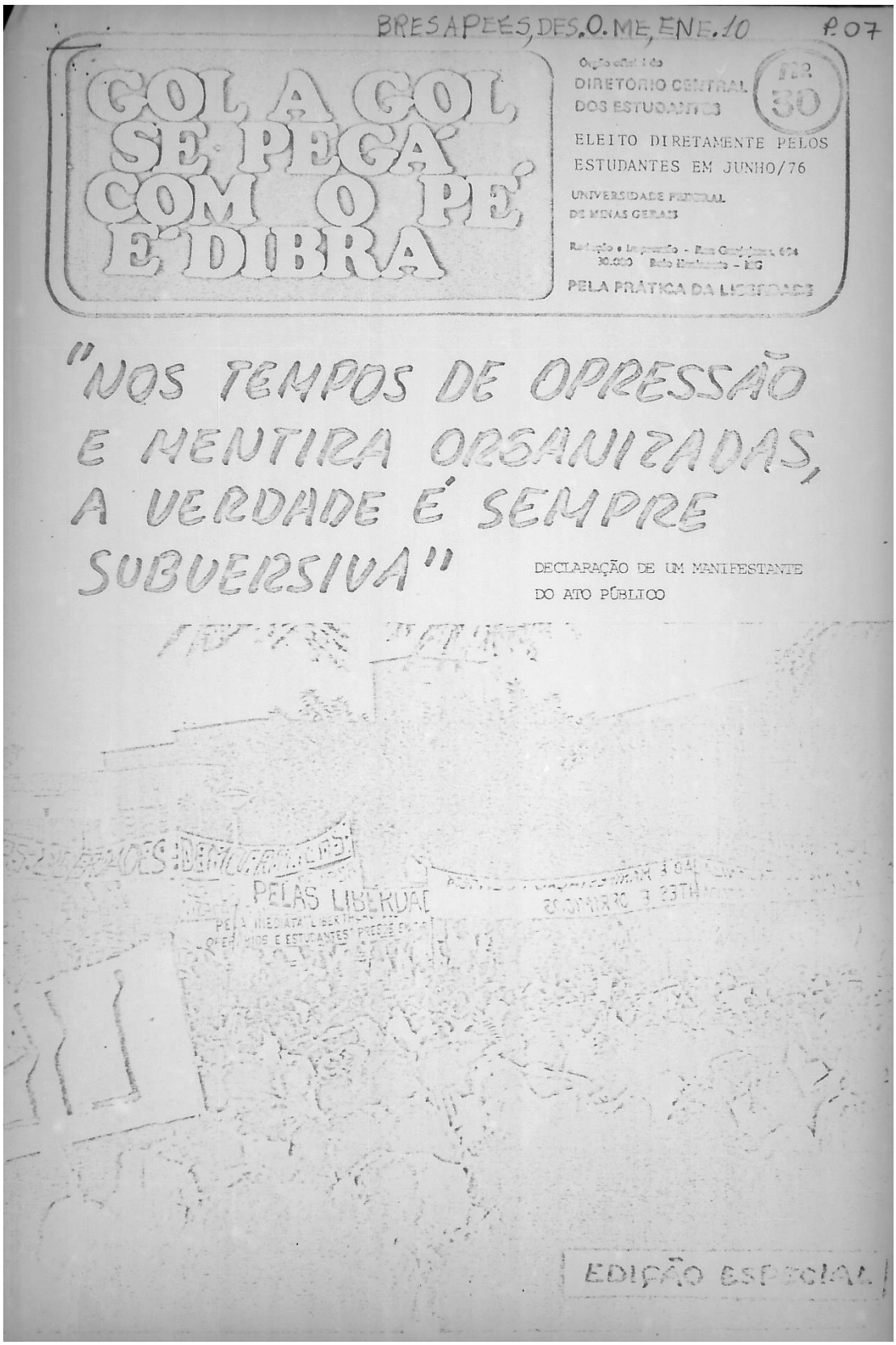
Vitoria, 24 de Setembro de 1975

Marcos Roberto de Moraes Lima, Ag. de Segurança nº 027 D.O.P.S/E.S.

Mod 12 — Emforma

Fonte: Apees (1975)

DOCUMENTO 3



Fonte: Apees (1976)

BRESAPEES, DES.O.M.E, EVE. 10 P.31

Confidencial

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO
S.I.I.-DOPS/ES

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - Serviço de Investigações e Informações S.I.I - DOPS -

Do Chefe do SII-DOPS/ES
MARIO RODRIGUES FREITAS

Ao
Ilmo.Sr.Dr.:
DOUGLAS CHAGAS TRINDADE
DD. Delegado da DOPS/ES

R E L A T Ó R I O:

Senhor Delegado:

Em cumprimento a determinação de V.Sª, no que se refere' ao PB nº 152-S/2-77-38º BI, o qual solicita impedir o deslocamento de Delegações estudantis ou lideres para o Estado de São Paulo, onde sería realizado no dia 21 próximo passado, o III Encontro Estudantil, já que o mesmo' fora proibido pelo Exmº Sr. Presidente da República por ser ilegal, desloquei-me desta SESP-ES acompanhado dos Policiais escalados por V.Sª, com -' destino a Estação Rodoviária desta Capital;

Em lá chegando, no horário das 19,40 horas, distribuí os Policiais naquele local, onde também já se encontravam vários Agentes Federais, com a mesma missão, ou seja, a de impedir o embarque dos Líderes Estudantis;

Que o serviço correu normalmente até a saída do ônibus ' que se destinava a São Paulo no horário de 20,00 horas; Que, quando o referido coletivo já se preparava para dra, digo dar partida, fui subitamente' abordado por um elemento que mais tarde vim a saber tratar-se do Agente -' Hélio da SR-DPF-ES, que o referido Agente se dirigiu para mim dizendo o seguinte: " Meu chapa: o Doutor está querendo falar com você". Então eu perguntei ao mesmo que êle era, pois o mesmo ao se dirigir à minha pessoa, -' não se identificou, só o fazendo após minha insistência com o mesmo.

Que, após se identificar como Policial da Federal, acompanhei-o à presença do Dr. Edir Lima Vieira de Castro, que, no momento em' que atendia a solicitação do Dr. Edir, um outro Agente do DPF abordou com' modos grosseiros ao Policial Hélio Martins da DOPS/ES, que me acompanhava' na citada missão;

Que, enquanto atendia o Dr. Edir do DPF, iniciou-se uma' ligeira discussão entre o Agente do DPF e o Agente Hélio Martins; Que protestou contra a maneira de que foi abordado pelo Policial Federal que tería o agarrado pelo braço, mesmo após ter se identificado como Policial da DOPS/ES;

Que em dado momento apareceu um Senhor alto e forte que' mais tarde vim a saber tratar-se do Dr. Nilton dos Santos Britto, que disse o seguinte:

"Se continuar com esse comício aí no meio da rua, mete ' todo mundo em cana"!

..... continua.....

Mod. 12

Fonte: Apees (1977)

BR ES APEES, DES. O. ME, ENF. 10

P. 32

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO
S.I.I.-DOPS/ES

..... continuação....fls 02.....

Que, após proferir estas palavras, o mesmo se retirou, nem tomando conhecimento do que se passava.

Sr. Delegado:

Nota-se que a intenção do Dr. Nilton foi apenas de humilhar os Policiais desta DOPS/ES, por mim comandados, pois o mesmo não ficou satisfeito com nossa presença naquele local.

No meu entender a nossa missão, como também a dos Policiais do DPF e demais órgãos de Segurança é de combater a subversão, a corrupção, para que a baderna não se instale novamente no País, porém da maneira que fomos tratado por uma autoridade federal, como no caso o Dr. Nilton, não existe condições para que haja um entrosamento, pois os Policiais que presenciaram o procedimento daquela autoridade ficaram revoltados com o comportamento do mesmo e então, digo estão com a firme propósito de que quando forem escalados para qualquer serviço onde houver a participação do DPF, os mesmos não participarão da missão.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para reiterar a V.Sª, os meus protestos de elevada consideração.

É este o meu relatório.

Vitória, 21 de Setembro de 1.977

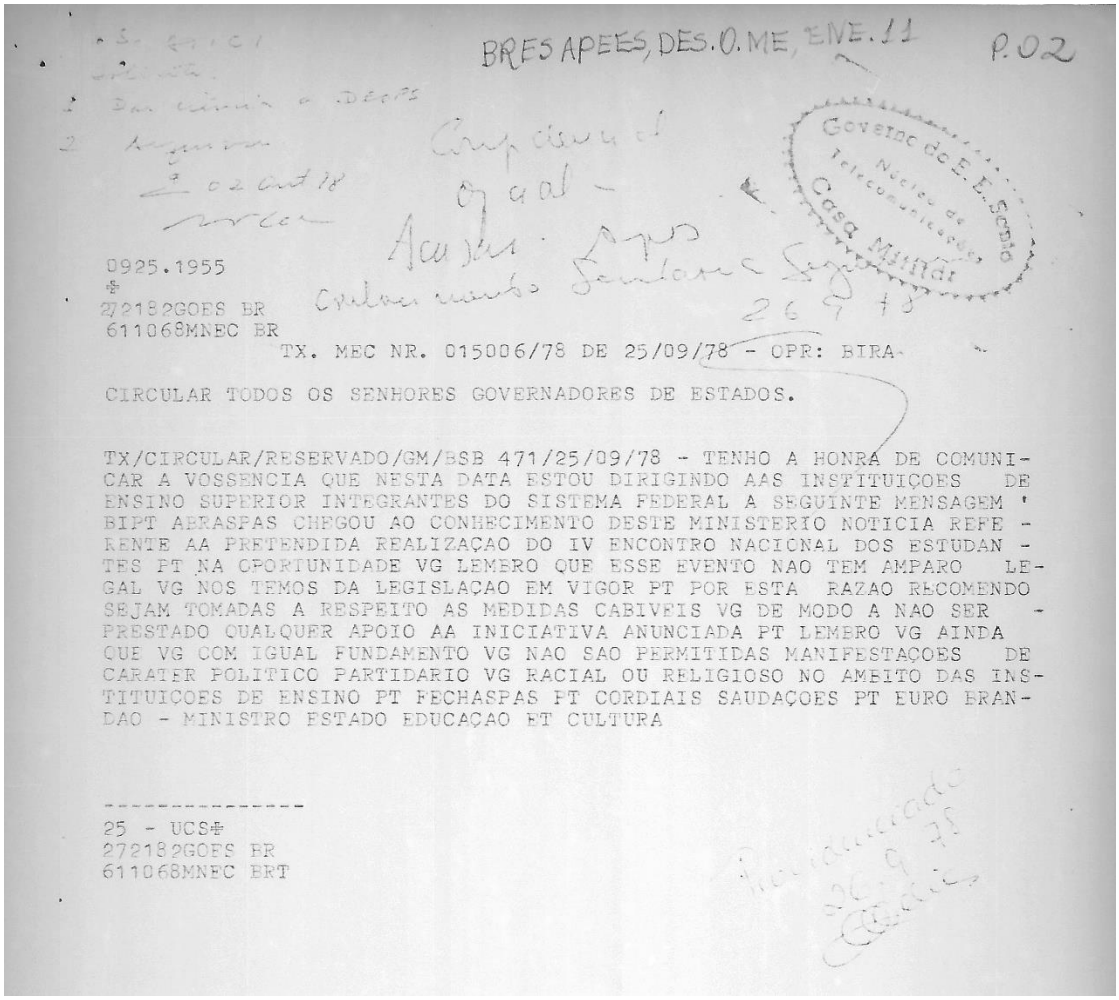
MARIO RODRIGUES FREITAS
Chefe do S.I.I.

A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil

Mod. 12

Fonte: Apees (1977)

DOCUMENTO 4



BRESAPEES, DES.O.ME, ENE.11 P.02

Governo do E. E. Santo
Núcleo de Telecomunicações
Casa Militar

0925.1955
#
272182GOES BR
611068MNEC BR

TX. MEC NR. 015006/78 DE 25/09/78 - OPR: BIRA

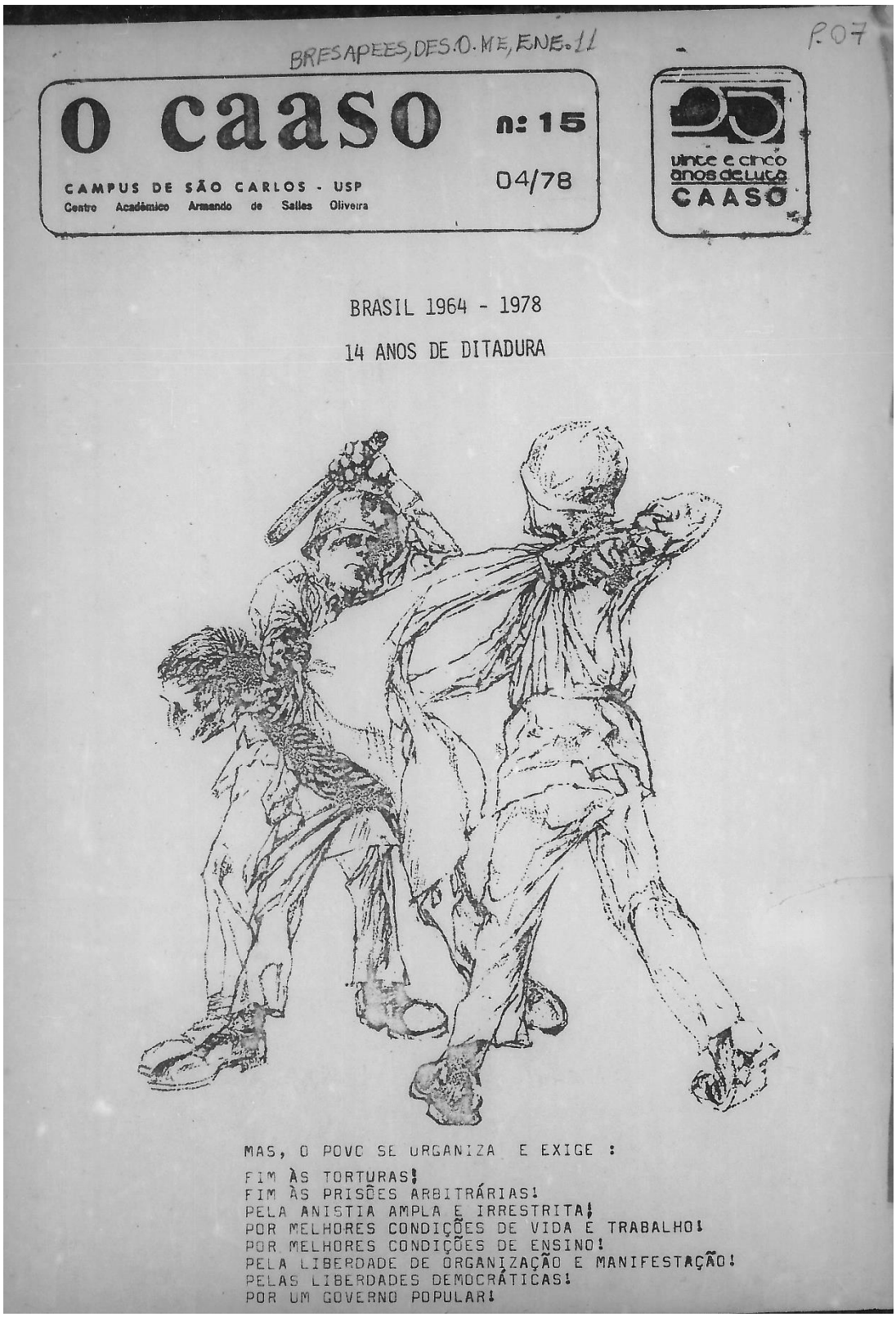
CIRCULAR TODOS OS SENHORES GOVERNADORES DE ESTADOS.

TX/CIRCULAR/RESERVADO/GM/BSB 471/25/09/78 - TENHO A HONRA DE COMUNICAR A VOSSENCIA QUE NESTA DATA ESTOU DIRIGINDO AAS INSTITUIÇOES DE ENSINO SUPERIOR INTEGRANTES DO SISTEMA FEDERAL A SEGUINTE MENSAGEM ' BIPT AERASPAS CHEGOU AO CONHECIMENTO DESTE MINISTERIO NOTICIA REFERENTE AA PRETENDIDA REALIZAÇAO DO IV ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES PT NA OPORTUNIDADE VG LEMBRO QUE ESSE EVENTO NAO TEM AMPARO LEGAL VG NOS TEMOS DA LEGISLAÇAO EM VIGOR PT POR ESTA RAZAO RECOMENDO SEJAM TOMADAS A RESPEITO AS MEDIDAS CABIVEIS VG DE MODO A NAO SER PRESTADO QUALQUER APOIO AA INICIATIVA ANUNCIADA PT LEMBRO VG AINDA QUE VG COM IGUAL FUNDAMENTO VG NAO SAO PERMITIDAS MANIFESTAÇOES DE CARATER POLITICO PARTIDARIO VG RACIAL OU RELIGIOSO NO AMBITO DAS INSTITUIÇOES DE ENSINO PT FECHASPAS PT CORDIAIS SAUDAÇOES PT EURO BRANDAO - MINISTRO ESTADO EDUCAÇAO ET CULTURA

---
25 - UCS#
272182GOES BR
611068MNEC BRT

Fonte: Apees (1978)

DOCUMENTO 5



BRESAPEES,DES.O.ME,ENE.11

P.07

o caaso

n: 15

04/78

CAMPUS DE SÃO CARLOS - USP

Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira

vinte e cinco anos de luta CAASO

BRASIL 1964 - 1978

14 ANOS DE DITADURA

MAS, O POVO SE ORGANIZA E EXIGE :

FIM ÀS TORTURAS!
FIM ÀS PRISÕES ARBITRÁRIAS!
PELA ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA!
POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO!
POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO!
PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO!
PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!
POR UM GOVERNO POPULAR!

Fonte: Apees (1978)

BRES APEES DES.O.ME.ENE.11 - P.08

O CAASO | EDITORIAL | PAGINA 02

14 ANOS : MISÉRIA DO POVO, RIQUEZA DE POUCOS

Apagaram-se as luzes. São acesas 14 velinhas ... Parabéns a você ... É a ditadura militar que faz anos.

Nasceu em 1964 para livrar a nação da subversão, da corrupção e colocar ordem na casa. Este foi o argumento utilizado pela classe dominante (industriais, banqueiros, latifundiários , etc) e pelos seus novos representantes no poder, os militares.

Na realidade o que ocorreu foi que a crise econômica, a falência da forma anterior de dominação da sociedade (democracia parlamentar), a crise política instaurada e o avanço do movimento de massa se combinaram, colocando para os dominantes a necessidade de se impor uma nova estruturação do poder. Um modelo econômico cujas bases de sustentação foram a injeção maciça de capital estrangeiro e o arrocho salarial, submetendo os trabalhadores à mais ferrenha superexploração. E para calar vozes descontentes com essa política, a ditadura lança mão da violência, da repressão.

Os sindicatos são fechados ou colocados sob intervenção, as entidades estudantis transformadas em Diretórios Acadêmicos e Centro Cívicos (ligados a direção da escola). Milhares de pessoas que se opunham à situação vigente foram presas, torturadas e assassinadas. As mais elementares liberdades democráticas -- liberdade de organização, manifestação e expressão, liberdade sindical, liberdade de imprensa, direitos de greve, habeas corpus, etc - foram guardados como o mais precioso dos tesouros para uso exclusivo da minoria dominante no poder. E tendo como características centrais a dobradinha superexploração e repressão, que a sociedade brasileira tem vivido nesses 14 anos.

Ainda baixou atos institucionais, colocou na ilegalidade os partidos políticos criando a ARENA e o MDB, aposentou e exilou pessoas que eram empecilhos para a concretização de sua política. Determinou censura rígida a imprensa e às artes, impedindo dessa maneira, o desenvolvimento da criação intelectual, tanto científica como artística.

Na área da Educação, os reflexos de sua política foram desastrosos. Com o surgimento de grandes grupos econômicos atuando na área do comércio -- redes de supermercados, grandes lojas, construtoras, escritórios de prestação de serviços --, a classe média se viu impossibilitada de ascender socialmente pelos canais tradicionais -- pequenas lojas, armazéns, escritórios etc. A alternativa que encontrou foi a escolarização de nível superior, para suprir as necessidades de mão de obra das empresas. "Estude, filho. Quem não estuda não sobe na vida!" Assim, a procura às universidades sobe assustadoramente, criando um problema social, já que o número de vagas era reduzido. A luta por mais vagas e por mais verbas alastra-se rapidamente. Milhares de estudantes reivindicam uma reforma no ensino, na política educacional, pedindo ainda um diálogo com o governo. Este responde com violência, resultando até em mortes. Não sendo a Educação -- assim como a Saúde, o bem estar da população -- prioritário ao regime, este continua destinando grande parcela do orçamento para as Forças Armadas, para construções de rodovias, hidrelétricas, sistema de comunicações, para atender as necessidades do "desenvolvimento". A saída entao foi estimular a proliferação de escolas particulares, matando-se dois coelhos com uma só cajadada: aumento do número de vagas, sem acarretar maiores gastos para o Estado.

A ditadura intervém no sistema educacional, elaborando a sua reforma do ensino (a tão criticada Reforma Universitária, no nível superior), visando adequar a Universidade às necessidades do parque industrial, formando mão de obra especializada para este. Não há a mínima preocupação de formar indivíduos que possam influir na realidade com uma visão crítica e consciente, dando a impressão que em matéria de Educação, o governo tivesse conquistado o Brasil e se dispusesse a destruí-lo, destruindo as possibilidades de criar gerações à altura de administra-lo.

Os reflexos dessa política hoje são as péssimas condições de ensino, de assistência social, médica e hospitalar; a falta de verbas, de laboratórios, de professores; a má remuneração dos docentes de categorias inferiores; as insistentes tentativas de implantação do ensino pago e a desobrigação crescente para com os encargos da Educação.

Para melhor poder enfrentar toda esta situação que é geral em todas as escolas, os estudantes se organizam, reconstroem suas entidades.

Num período em que a ditadura passa por uma crise interna e procura roupagem para seu corpo impondo reformas, num período em que o movimento operário e popular inicia um processo de franca reanimação, está colocada na ordem do dia fortalecer nossas entidades. Trata-se de travar as lutas em defesa de nossos interesses, lutando por melhores condições de ensino e por liberdades democráticas. Dessa forma resistindo aos avanços do projeto da ditadura na Universidade e cerrando fileiras com o movimento dos trabalhadores estaremos contribuindo na luta pela derrubada deste regime opressor, instaurando um governo de amplas bases populares que inaugure uma nova era em nossa História: de plenas liberdades democráticas, de uma sociedade mais justa, onde aqueles que produzem governem seus próprios destinos, de acordo com suas necessidades.

Fonte: Apees (1978)

BRESAPEES.DES.0.ME.ENE.11 P.09

PAGINA 03 | NACIONAL | O CAASO

AS REFORMAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME

" As reformas foram feitas e aí estão implantadas. Sob sua égide outras virão, no bojo de um complexo de reforma institucional que esperamos se venha a alicerçar , solidamente, em base consensual inspirada por pensamentos generosos ... "

(Trecho da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional)

Dentro das reformas anunciadas por Geisel, sob a égide do "pacote de abril", surgiram algumas propostas que em linhas gerais serão: a substituição do AI-5 pelas chamadas "salvaguardas institucionais", que não alterarão em nada o regime vigente.

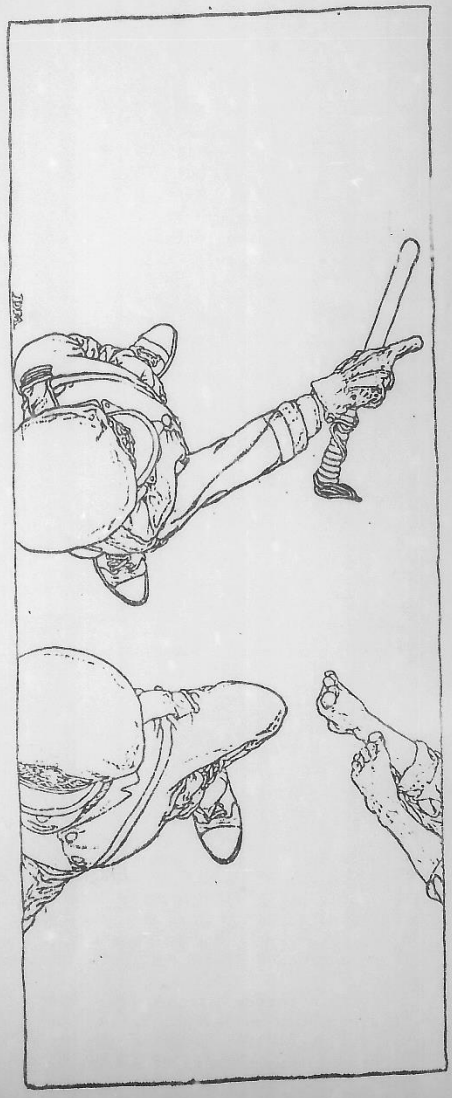
Essa salvaguardas com base no texto do AI-5 serão incorporadas como emendas à Constituição, deixando de ser atos de excessão como é o AI-5, e dando "legalmente" poderes arbitrários ao Presidente da República, que poderá: cassar mandatos, tendo o cassado, prazo de oito dias para a sua defesa; conceder o "habeas-corpus" (direito de esperar o julgamento em liberdade) que não existe hoje para crimes politicos, contra o regime, a segurança nacional, à ordem econômica e social, mas com o direito à restringi-los; decretar o estado de sítio sem a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional.

Enfim, todas essas arbitrariedades já acontecem em nome do "poder revolucionário". Agora serão definitivamente implantadas à Constituição, perdendo o caráter de atos de excessão.

E com o pacote de Abril, será facil implantá-las, pois, agora, não mais se precisa de dois terços do Congresso para a aprovação, e sim maioria absoluta (50% mais um), o que Geisel conseguirá facilmente com os bonecos travestidos de " representantes do povo ", que se tem hoje no Congresso.

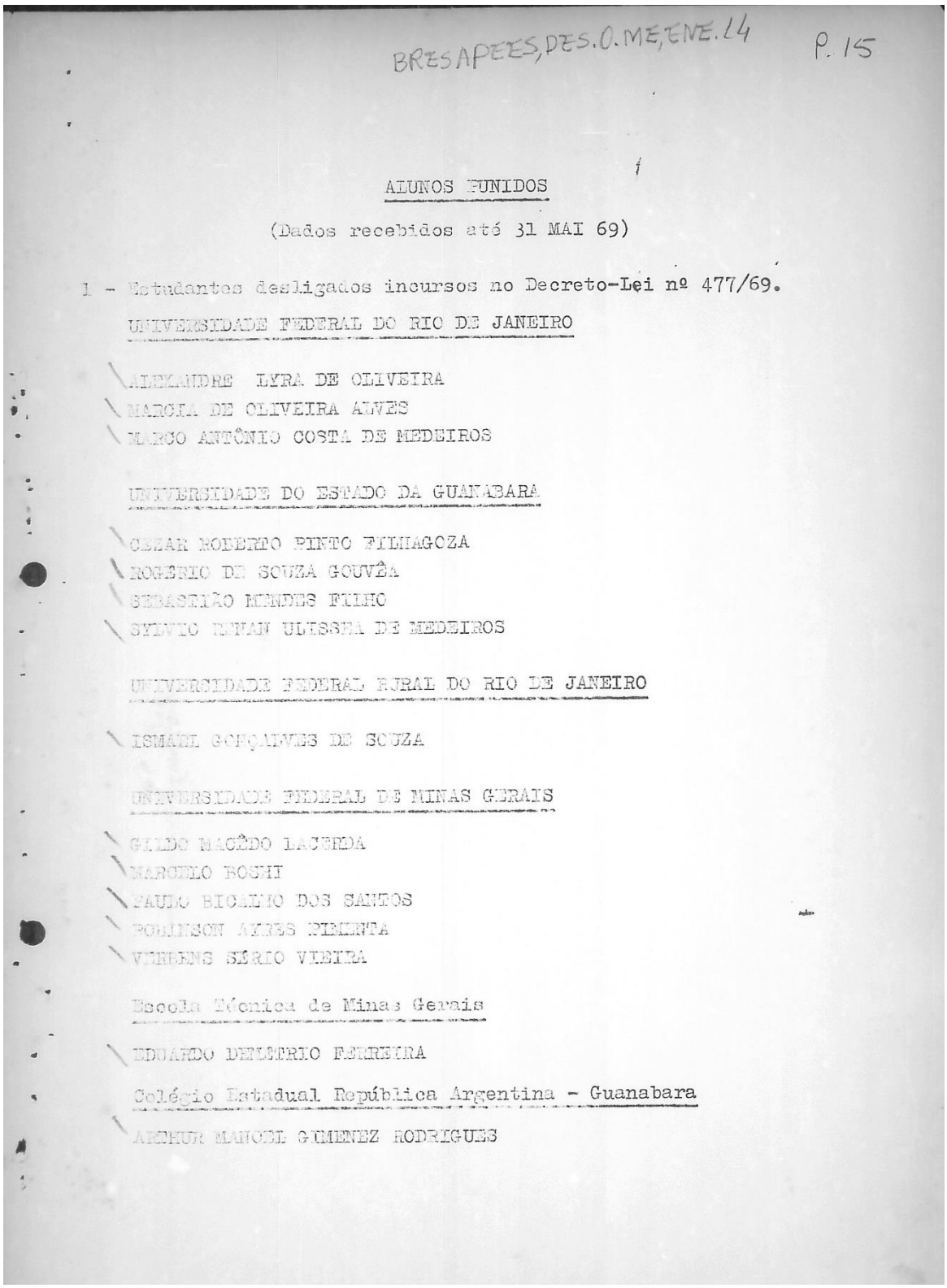
Porém, essas pseudo-mudanças não surgem do nada. Primeiramente foi o movimento estudantil que se colocou na rua, agora os trabalhadores começam a pedir a reposição salarial e liberdade sindical. Surge o movimento contra o custo de vida na Grande São Paulo. Os liberais do MDB, pressionados pelo povo começam a perder a timidez e a se posicionarem contra a ditadura. Alguns empresários até militares, devido à crise econômica, vendo serem reduzidos os seus lucros, começam a falar dos desvios em que caiu o golpe de 64.

Isso tudo chega até lá em cima, dificultando a Geisel e seu grupo continuarem a impor suas ordens.



Fonte: Apees (1978)

DOCUMENTO 6



BRESAPEES,DES.O.ME,ENE.14 P.15

ALUNOS PUNIDOS

(Dados recebidos até 31 MAI 69)

I - Estudantes desligados incursos no Decreto-Lei nº 477/69.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ALEXANDRE LYRA DE OLIVEIRA
MARCIA DE OLIVEIRA ALVES
MARCO ANTÔNIO COSTA DE MEDEIROS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA GUANABARA

CESAR ROBERTO PINTO FILHAGOZA
ROGÉRIO DE SOUZA GOUVÊA
SEBASTIÃO MENDES FILHO
SYLVIO LUTAN ULISSEA DE MEDEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ISMAEL GONÇALVES DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

GILDO MACÊDO LACERDA
MARCELO BOCHI
PAULO BICALHO DOS SANTOS
ROBINSON AYRES PIMENTA
VERGENS SÉRIO VIEIRA

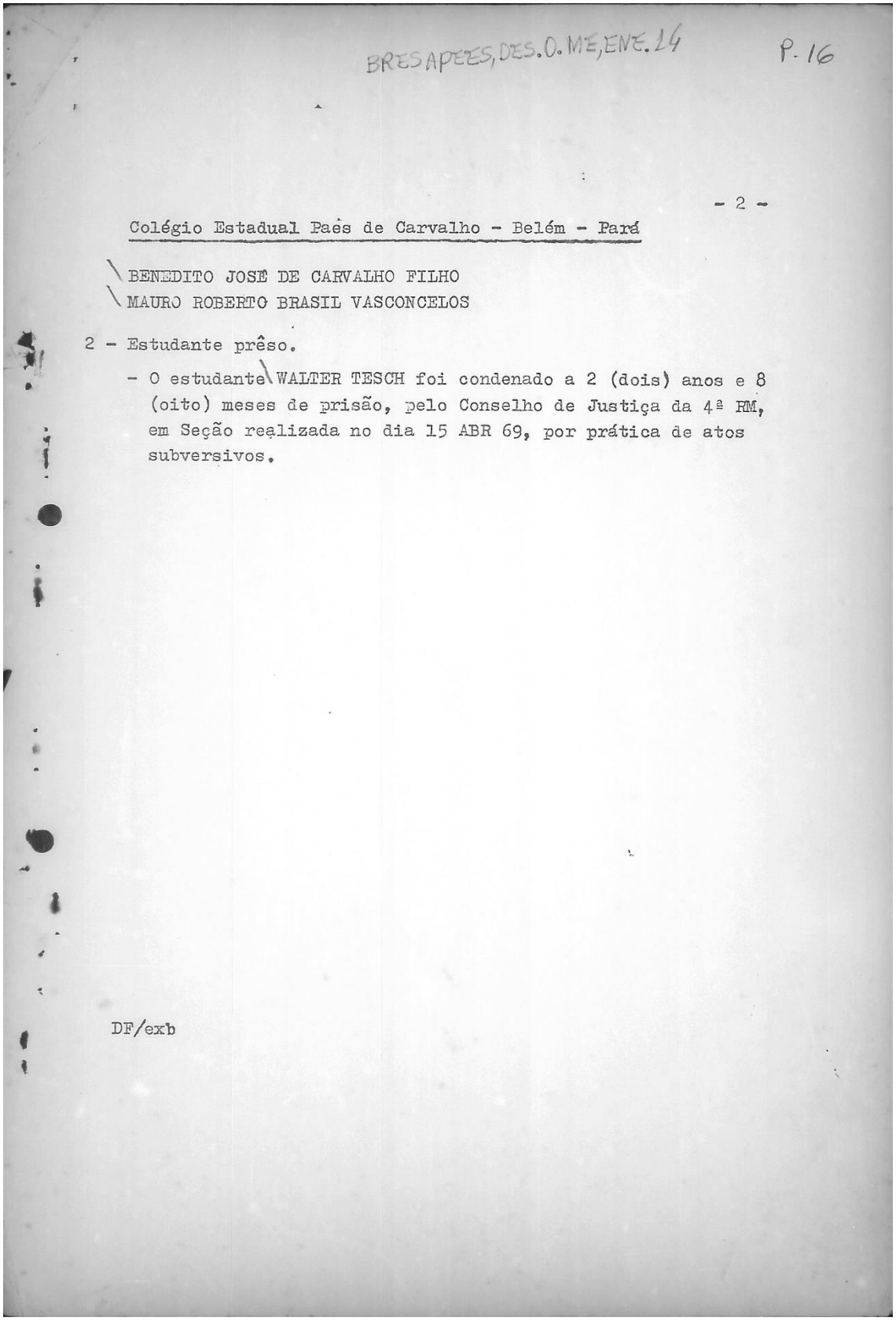
Escola Técnica de Minas Gerais

EDUARDO DELSTRIO FERREIRA

Colégio Estadual República Argentina - Guanabara

ARTHUR MANOEL GIMENEZ RODRIGUES

Fonte: Apees (1969)



BRESAPEES,DES.O.ME,ENE.14 P.16

- 2 -

Colégio Estadual Paes de Carvalho - Belém - Pará

BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO FILHO
MAURO ROBERTO BRASIL VASCONCELOS

2 - Estudante prêso.

- O estudante WALTER TESCH foi condenado a 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de prisão, pelo Conselho de Justiça da 4ª RM, em Seção realizada no dia 15 ABR 69, por prática de atos subversivos.

DF/exb

Fonte: Apees (1969)

DOCUMENTO 7

BR ES APEES, DES. O. ME, IMEES. 1

P. 26

Confidencial

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA GERAL DE POLICIA CIVIL
SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES

SUPERINTENDENCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS – SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES – SPI

R E L A T O R I O

Dos Agentes Policiáis

Ao Ilmº Sr.
Chefe do SII/SPI/ES

Senhor Chefe:

Cumprindo determinações de V. Sª. comparecemos à Praça Costa Pereira, nesta Capital, na tarde do dia 06 de janeiro do corrente ano, onde foi realizado um ATO CULTURAL pela retomada da ! Casa do Estudante Capixaba e pela Reconstrução da União Estadual de Estudantes.

Referido ato têve seu inicio às 16:00 horas contando com um número aproximado de quatrocentas (400) pessoas entre estu-- dantes universitários e populares e seu término se deu às 18:00 horas do mesmo dia.

A abertura do ato cultural foi feita por uma estudante universitária não identificada (foto anexa) que, em sua oratória, falou que o objetivo da presença dos estudantes universitários naquele local era com o intuito de protestar contra a tirania dos ditadores, principalmente do tirano Cristiano Dias Lopes Filho que na sua gestão como Governador do Estado do Espirito Santo, mandou fechar a Casa do Estudante.

Logo após, usou da palavra o estudante universitário JOSÉ ARIMATHÉA CAMPOS GOMES que anunciou a presença dos artistas ! componentes co conjunto "Janela Abeita", em número de dois, também estudantes da Universidade Federal do Espirito Santo. As musicas ! cantadas pelo citado conjunto, na sua maioria criticavam o Govêrno.

Nesse interim, os estudantes vendiam aos presentes ! (participantes e curiosos) camisetas, bebidas alcoólicas, etc., com o intuito de angariarem fundos para a retomada da Casa do Estudante. Foi passado, também, no local um abaixo assinado que posteriormente será entregue ao Governador do Estado. O citado documento contém em seu bojo reinvidicações diversas relacionadas com a retomada da Casa do Estudante.

Foi observado no local a postura de diversas faixas com dizeres, tais como: "PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E DE EXPRESSÃO", "PELO FIM DO APARATO REPRESSIVO DOS CENTROS ACADEMICOS LIVRE

Mod. 12 — Emforma

continua.....

Fonte: Apees (1982)

..BR ES APEES, DES. O. ME, IMEC

Confidencial

SUPERINTENDÊNCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES
S P I

P.27 3

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO POLICIAL.....Fls.02

DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL E CENTRO LIVRE DE HISTORIA E ENGENHARIA", "SUPERFLUOS: FOME E DESEMPREGO, REPRESSÃO E CORRUPÇÃO", "A CASA DO ESTUDANTE É NOSSA VAMOS RETOMÁ-LA-D.C.E", "NA LUTA PELA CASA DO ESTUDANTE".

Cêrca de 01,30 horas após a apresentação de músicas sátiras e críticas diversas ao regime governamental por parte dos estudantes universitários presentes, um policial integrante do policiamento local, educadamente, pediu ao estudante JOSÉ ARIMATHÉA CAMPOS GOMES para que, em companhia de seus companheiros evacuassem a Praça Costa Pereira por que havia uma portaria do Sr. Secretário do Estado da Segurança Pública proibindo manifestações daquela natureza naquele local tendo, inclusive, sugerido a continuação do Ato Cultural no Aterro da Conduza, situado no Bairro Praia do Canto, retirando-se em seguida.

JOSÉ ARIMATHÉA ao invéz de acatar a solicitação feita, começou a agitar dizendo para os presentes "É ASSIM QUE O PDS QUER GANHAR ELEIÇÕES MANDANDO OS LEÕES DE CHÁCARA PARA ACABAR COM UM ATO CULTURAL PACÍFICO".

Os policiais, ouvindo as criticas maldosas feitas ao Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Policiais, solicitaram refôrço para o local tendo os estudantes começado a desfazer o encontro.

Nesse interim chegou ao local o Presidente do DCE-UFES ESTANISLAU KOSKTA STEIN "STAN" muito exaltado provocou, novamente a volta dos estudantes ao local que passaram a gritar em côro: "ABAIXO A REPRESSÃO","ABAIXO O P.D.S", etc.

Em sua oratória, ESTANISLAU falou que o ex-Governador Cristiano Dias Lopes Filho tinha roubado a Casa dos Estudantes Capixabas e que êles estavam dispostos a lutar para conseguir a qualquer preço a retomada da mesma.

Foi observado no local a presença de um expedicionário de nome SEBASTIÃO, que se diz advogado e professor filiado a UPES (União dos Professores do Espirito Santo) que incentivava os estudantes mais euforicos e insultava os Policiais militares. Em seguida convidou os estudantes a sentarem na Praça e cantarem o Hino Nacional.

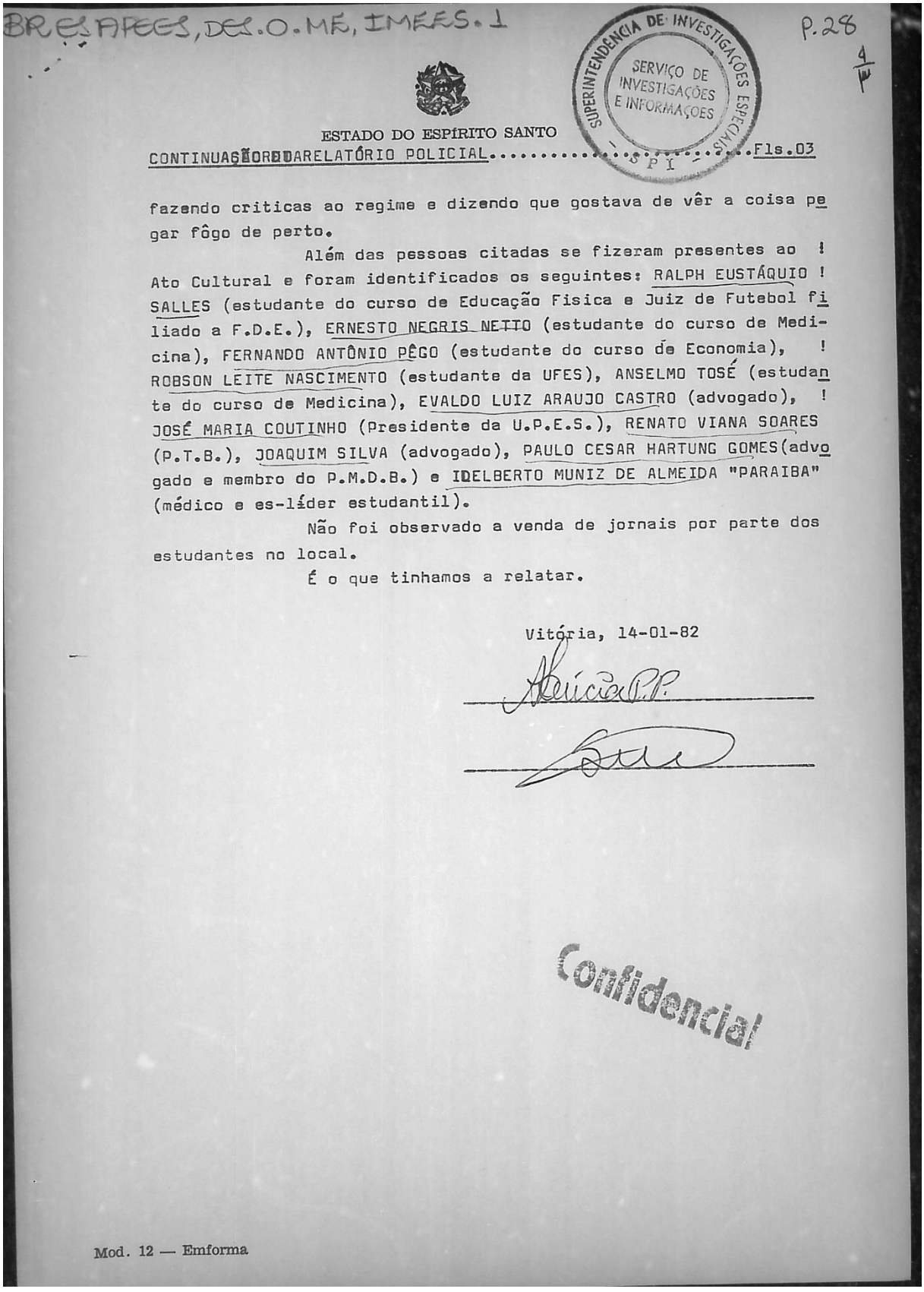
O 2º Secretário da U.P.E.S. DARCIONE ANTONIO DE CARVALHO foi um dos oradores que se posicionou a favôr dos estudantes em suas reinvidicações.

Estava presente, também, no local, MYRTES BERVILAQUA CORRADI que descalça seguia os estudantes atrás dos policiais

Mod. 12 — Emforma

continua.....

Fonte: Apees (1982)



BR ES APEES, DES. O. MF, IMEES. 1

P. 28

SUPERINTENDÊNCIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS
SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES
- S P I -

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO POLICIAL..... Fls.03

fazendo criticas ao regime e dizendo que gostava de vêr a coisa pegar fôgo de perto.

Além das pessoas citadas se fizeram presentes ao Ato Cultural e foram identificados os seguintes: RALPH EUSTÁQUIO SALLES (estudante do curso de Educação Fisica e Juiz de Futebol filiado a F.D.E.), ERNESTO NEGRIS NETTO (estudante do curso de Medicina), FERNANDO ANTÔNIO PÊGO (estudante do curso de Economia), ROBSON LEITE NASCIMENTO (estudante da UFES), ANSELMO TOSÉ (estudante do curso de Medicina), EVALDO LUIZ ARAUJO CASTRO (advogado), JOSÉ MARIA COUTINHO (Presidente da U.P.E.S.), RENATO VIANA SOARES (P.T.B.), JOAQUIM SILVA (advogado), PAULO CESAR HARTUNG GOMES (advogado e membro do P.M.D.B.) e IDELBERTO MUNIZ DE ALMEIDA "PARAIBA" (médico e es-líder estudantil).

Não foi observado a venda de jornais por parte dos estudantes no local.

É o que tinhamos a relatar.

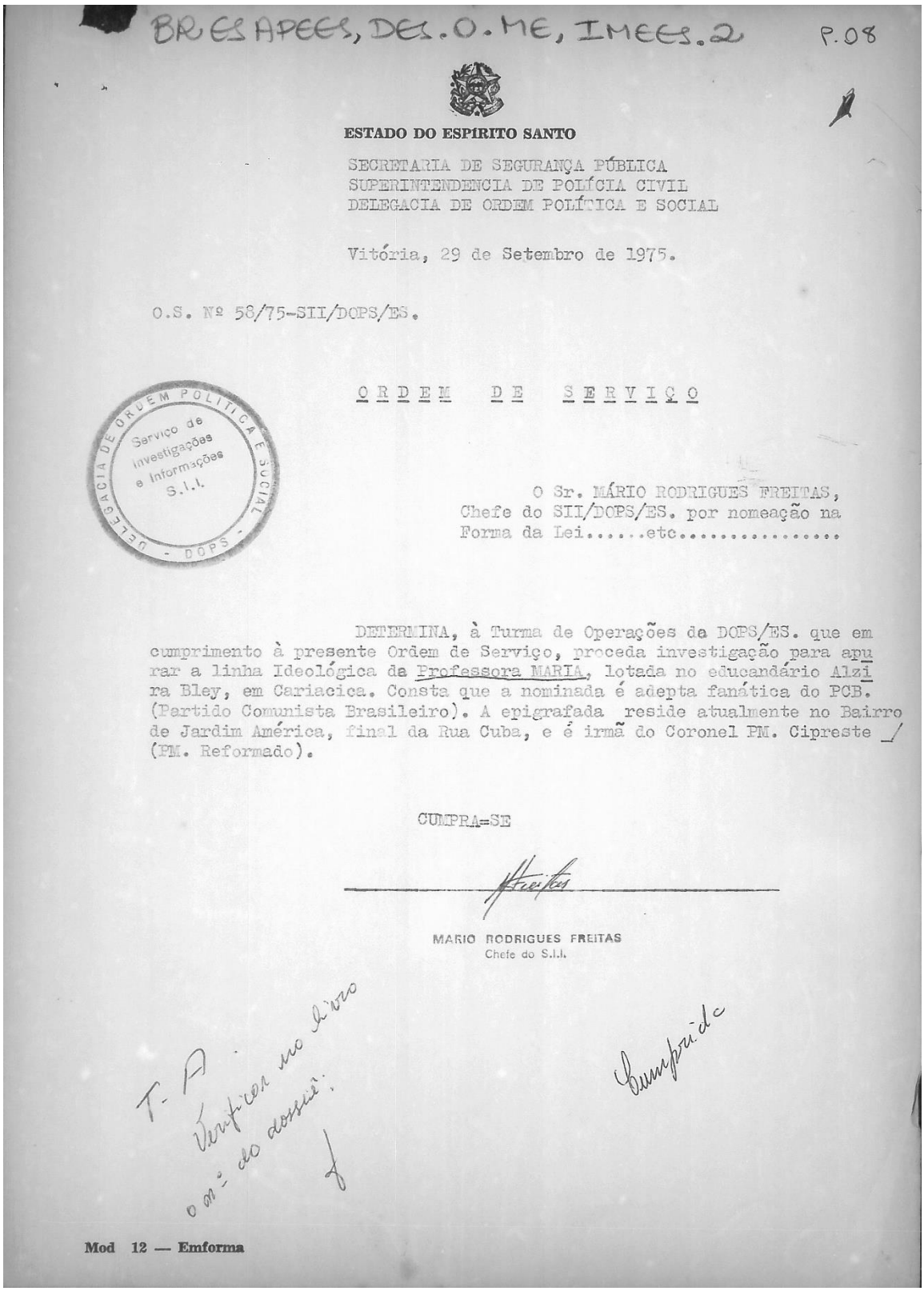
Vitória, 14-01-82

Confidencial

Mod. 12 — Emforma

Fonte: Apees (1982)

DOCUMENTO 8



BR ES APEES, DES. O. ME, IMEES. 2 P. 08

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Vitória, 29 de Setembro de 1975.

O.S. Nº 58/75-SII/DOPS/ES.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL - DOPS - Serviço de Investigações e Informações S.I.I.

O R D E M D E S E R V I Ç O

O Sr. MÁRIO RODRIGUES FREITAS,
Chefe do SII/DOPS/ES. por nomeação na
Forma da Lei.....etc.....

DETERMINA, à Turma de Operações da DOPS/ES. que em cumprimento à presente Ordem de Serviço, proceda investigação para apurar a linha Ideológica da Professora MARIA, lotada no educandário Alzira Bley, em Cariacica. Consta que a nominada é adepta fanática do PCB. (Partido Comunista Brasileiro). A epigrafada reside atualmente no Bairro de Jardim América, final da Rua Cuba, e é irmã do Coronel PM. Cipreste _/ (PM. Reformado).

CUMPRA=SE

MARIO RODRIGUES FREITAS
Chefe do S.I.I.

T-A
Verificar no livro o nº do dossiê.

Cumprida

Mod 12 — Emforma

Fonte: Apees (1975)

BR ESAPEES, DES.O.ME, IMEES.2 P.09

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
SUPERINTENDENCIA DE POLICIA CIVIL
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DO AGENTE DE SEGURANÇA:MARCOS ROBERTO DE MORAES LIMA
AO CHEFE DO SETOR DE SINDICANCIAS: DOUGLAS CANCELIERI

RELATÓRIO (FAZ)

Em cumprimento a O.S., nº 58/75-S.I.I/D.O.P.S/E.S, dirigi-me ao Educandario Alzira Bley, localizado no municipio de Cariacica, afim de levantar os dados ideologicos de uma professora denominada MARIA, oque segundo consta reside a rua Cuba, no bairro de JARDIM AMERICA, sendo que segundo as fichas e arquivadas na secretaria do mesmo educandario não conseguimos localizar a referida pessoa, mas sim uma de nome MARIA CLARA DOS SANTOS, que reside a rua SÂLVADOR, no mesmo Bairro e que sendo por mim interrogada nada deu a entender que fosse a pessoa referida na ordem de serviço, deslocando-me do educandario ate a rua CUBA, não consegui saber da residencia da pessoa procurada, pois ninguem a conhece e nunca souberam que ali residia a tal pessoa, mas prossegguindo nas investigações , soube que na rua PIAUI, transversal com a rua CUBA reside uma Maria, desloquei-me ate la e indagando cheguei a conclusão de que não é a pessoa por nos procurada.

Semmais para o momento deixo aqui as minhas saudações POLICIAIS

Vitória,06 de outubro de 1975

Marcos R. de Moraes Lima. 027.

Mod 12 — Emforma

Fonte: Apees (1975)

DOCUMENTO 9

BRES APEES; DES. O. ME; UFES. 1 P.167

Carta à população

Esta é uma carta aberta que os estudantes da UFES trazem à população Capixaba, para que o leitor compreenda a situação dos estudantes brasileiros diante da medida tomada pelo General Rubem Ludwig, o Ministro da Educação.

Assim como todos estudantes têm direito a uma passagem de ônibus à metade / do preço (passagem subsidiada) nós, os Universitários tínhamos direito a uma alimentação, também subsidiada. Uma parte nós pagavamos, a outra pagava o MEC. Na UFES, para / que nós pudéssemos nos alimentar lá e ter melhores condições para aprender e estudar, pagávamos até Dez de 81, Cr$ 25,00 por cada refeição (BANDEJÃO). Esse preço era corrigido, ano a ano, em negociação da Reitoria com os estudantes, através do DCE.

Porém, em janeiro deste ano o General Ministro Luduwig violou a pouca autonomia que a Universidade tinha para determinar os preços do Bandejão e impôs, sem querer saber o que pensávamos sobre isso, um aumento de 420% com reajustes semestrais segundo o INPC, no preço do Bandejão fazendo-o passar de Cr$ 25,00 para Cr$ 130,00. Um aumento que é uma afronta aos salários daqueles que sustentam os estudantes e, quando/ muito, são corrigidos ao nível do INPC.

Os estudantes, buscando o diálogo com o MEC, foram a Brasília para uma audiência que foi solicitada pela UNE - União Nacional dos Estudantes - mas que o Ministro não concedeu e, num ato de extremo autoritarismo, proibiu o Ministro de receber os estudantes alegando que esse assunto é de natureza técnica e, por isso não justificava / uma discussão com estudantes.

Essa é a visão do Sr. Ministro. A alimentação subsidiada do estudante é assunto técnico !! Esquece o Sr. General que cada estudante custa à sua família, por / mês, nada menos que Cr$ 15 mil.

O Ministro vai mais além, esquece-se que todos pagamos impostos (ICM, IPI, sobre a Renda etc...) e que eles deveriam ser utilizados na construção de mais escolas / primárias e secudárias na remuneração digna dos professores, na alimentação escolar do 1º Grau à Universidade. Colocou propaganda na televisão dizendo que a prioridade do Governo é o 1º Grau, mas tenta enganar a população ao dizer que será a retirada do subsídio do nosso Bandejão (por isso o aumento que ele impôs de 420%) que garantirá essa / prioridade para o 1º Grau.

Ora, caro leitor, o que o MEC gasta este ano com a alimentação universitária representa 0,6% do seu orçamento e serve a 60 mil estudantes que comem no R.U.. Como pretende o General Ludwig garantir essa prioridade, se nos 1º e 2º Graus existem / cerca de 25 milhões de estudantes? sem contarmos os mais de 7 milhões que não tem escolas de 1º Grau.

Não será fechando a Universidade que se deverá transferir os recursos dela/ para o 1º Grau. É necessário aplicar os nossos impostos mais em educação do que em ARMAS.

O orçamento das Forças Armadas é superior ao da educação em mais de Cr$ 103 bilhões.

A Universidade vive uma crise enorme e profunda e diminuir ainda mais os / seus recursos será piorar a formação profissional dos futuros médicos, engenheiros, dentistas, advogados, economistas, químicos, biólogos, farmaceuticos etc...

E por tudo isso e para evitar que no futuro o leitor e nós percamos direitos já adquiridos, que nós nos dirigimos às autoridades do MEC exigindo diálogo, o fim do radicalismo e início da NEGOCIAÇÃO, com a revogação da Portaria do MEC.

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

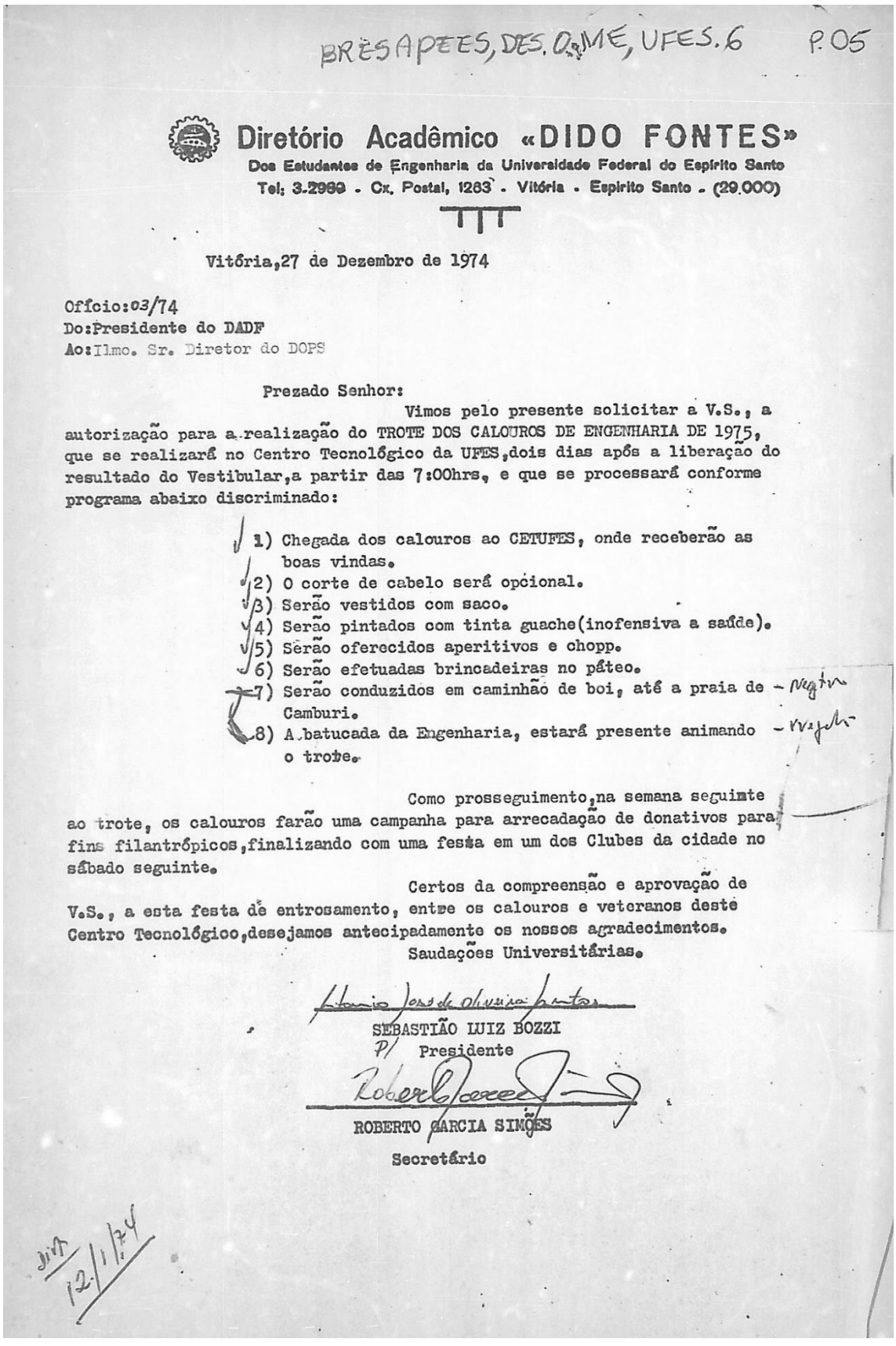
DIRETORIOS ACADÊMICOS E CENTROS ACADÊMICOS DA UFES

DCE [redacted]

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

Fonte: Apees (198?)

DOCUMENTO 10



BRESAPEES, DES. 0, ME, UFES. 6 P. 05

Diretório Acadêmico «DIDO FONTES»

Dos Estudantes de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo

Tel; 3.2989 - Cx. Postal, 1283 - Vitória - Espírito Santo - (29.000)

Vitória, 27 de Dezembro de 1974

Ofício: 03/74
Do: Presidente do DADF
Ao: Ilmo. Sr. Diretor do DOPS

Prezado Senhor:

Vimos pelo presente solicitar a V.S., a autorização para a realização do TROTE DOS CALOUROS DE ENGENHARIA DE 1975, que se realizará no Centro Tecnológico da UFES, dois dias após a liberação do resultado do Vestibular, a partir das 7:00hrs, e que se processará conforme programa abaixo discriminado:

1) Chegada dos calouros ao CETUFES, onde receberão as boas vindas.
2) O corte de cabelo será opcional.
3) Serão vestidos com saco.
4) Serão pintados com tinta guache (inofensiva a saúde).
5) Serão oferecidos aperitivos e chopp.
6) Serão efetuadas brincadeiras no pátio.
7) Serão conduzidos em caminhão de boi, até a praia de Camburi.
8) A batucada da Engenharia, estará presente animando o trote.

Como prosseguimento, na semana seguinte ao trote, os calouros farão uma campanha para arrecadação de donativos para fins filantrópicos, finalizando com uma festa em um dos Clubes da cidade no sábado seguinte.

Certos da compreensão e aprovação de V.S., a esta festa de entrosamento, entre os calouros e veteranos deste Centro Tecnológico, desejamos antecipadamente os nossos agradecimentos.

Saudações Universitárias.

SEBASTIÃO LUIZ BOZZI
P/ Presidente

ROBERTO GARCIA SIMÕES
Secretário

12/1/74

Fonte: Apees (1974)

APÊNDICE VI - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: ARQUIVO PÚBLICO E EXPERIÊNCIA EM RÜSEN: DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE DIDÁTICO METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Pesquisador: Lucas Rodrigues Barreto - CPF: xxx.xxx.x-70 RG: x.x.518-ES

Email para contato: lucas.barreto111@gmail.com

Pesquisadora/Orientadora participante: Professora Dra. Sabrine Lino Pinto

Endereço: Rua Sete de Setembro, 414 – Centro CEP: 29.015-905 - Vitória / Espírito Santo

O/A Estudante está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada " ARQUIVO PÚBLICO E EXPERIÊNCIA EM RÜSEN: DOCUMENTOS ESCRITOS COMO FONTE DIDÁTICO METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA", coordenada pela mestrando Lucas Rodrigues Barreto, do Mestrado Profissional em Educação em Ensino de Humanidades, do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória.

Esta pesquisa tem por objetivo explorar o conceito de Consciência Histórica e explorar as potencialidades do uso das fontes escritas presentes no APEES como material didático para usos na Educação Básica. Os dados coletados serão compilados e poderão ser apresentados em congressos e/ou artigos científicos sendo resguardada a sua confiabilidade.

Esta pesquisa justifica-se, em articular os documentos presentes no APEES com os conteúdos ensinados na Aula de História, com o intuito de contribuir com a reflexão e novos conhecimentos dentro do ambiente escolar e fora dele.

A metodologia desta pesquisa consistirá em realizar uma visita com estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual de Ensino Médio, Maria Ortiz, na cidade de Vitória, com o objetivo de ter um diálogo com os/as estudantes e levá-los a uma visita ao Apees, para realização de uma atividade utilizando fontes documentais escritas. Os dados coletados serão compilados para serem analisados e trabalhados em uma dissertação de mestrado e poderão ser transformados em textos apresentados em congressos e/ou artigos científicos sendo resguardada a sua confiabilidade.

O risco mínimo que os participantes possam vir a ter na pesquisa poderá ser timidez em compartilhar suas opiniões. No caso de dos formulários e questionários, não será obrigatório responder qualquer pergunta ou parte de informações obtidas em formulário online, caso não se sinta confortável para fazê-lo.

Durante a prática pedagógica serão realizadas observações, conversas, fotografias, gravações, possíveis filmagens e aplicação de questionários, no entanto, as informações são confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, sem identificar os participantes, a não ser entre os responsáveis pelo

estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Será assegurada confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz, não havendo qualquer dano ao participante. Haverá garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes.

Os dados coletados nesta pesquisa como gravações, entrevistas, fotos e filmagens, entre outros, ficarão armazenados em computador sob responsabilidade do pesquisador. Informamos que haverá garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa. O participante não terá nenhum gasto com a pesquisa. Sua participação é voluntária.

Caso este Termo de Consentimento contenha informação que você não compreenda, as dúvidas poderão ser tiradas com o pesquisador, sendo assim, quando todos os esclarecimentos forem dados e você concordar com a participação como voluntário no estudo, solicitamos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via será entregue a você e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Reiteramos que haverá garantia de plena liberdade na participação da pesquisa. Você é livre para decidir participar ou não da pesquisa. Depois de consentir com sua participação, desejar desistir da permissão, terá esse direito em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, poderá entrar em contato com o pesquisador nos contatos acima citados. Caso aceite consentir com a participação na pesquisa, poderá preencher os dados a seguir.

Este termo de Assentimento é um documento digital. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão armazenados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e após esse tempo serão destruídos. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N. 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA NA PESQUISA

DECLARO ter compreendido os objetivos, a natureza, os riscos e os benefícios deste estudo, que estão descritos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa. Estou consciente que posso deixar de participar deste estudo em qualquer momento, durante ou após minha participação, sem penalidades, perdas ou prejuízos para minha pessoa ou de qualquer equipamento ou benefício que possa ter adquirido, que possuí tempo razoável para decidir, livre e voluntariamente, participar deste estudo.

( ) Concordo em participar da pesquisa ( ) Não concordo em participar da pesquisa

Dados do participante

Insira seus dados a seguir. Lembre-se que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa de qualquer forma identificá-lo (a), será mantido em sigilo.

Nome completo: _____

Data de Nascimento:_____

RG/CPF: _____

Endereço:

_____

_____

E-mail: _____

Confirmo que o pesquisador explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em participar como voluntário(a) desta pesquisa. Por meio deste documento, o pesquisador fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos e culturais, imagens e depoimentos, coletados no decorrer do projeto, no todo ou em parte, editado ou não, com a ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo.

_____

Assinatura do Responsável